

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VINÍCIUS LUIZ CORRÊA

AUTONOMIA E HORIZONTALIDADE NO MOVIMENTO SECUNDARISTA DE
OCUPAÇÕES: PRINCÍPIOS GENÉRICOS OU LOCALIZADOS?

Curitiba

2022

VINÍCIUS LUIZ CORRÊA

AUTONOMIA E HORIZONTALIDADE NO MOVIMENTO SECUNDARISTA DE
OCUPAÇÕES: PRINCÍPIOS GENÉRICOS OU LOCALIZADOS?

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de licenciado em Ciências Sociais,
Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Prof^a Dr^a Monica Ribeiro da Silva

CURITIBA

2022

RESUMO

A monografia é resultado de uma pesquisa documental e bibliográfica com o objetivo compreender o desenvolvimento territorial do movimento secundarista de ocupações a partir da comparação entre relatos secundaristas em diferentes localidades, na região metropolitana de Curitiba e no interior do Paraná. A metodologia se caracteriza por ser qualitativa, cujo procedimento técnico foi a análise de conteúdo de fontes documentais, bibliográficas e entrevistas semiestruturadas, a análise orientou-se teoricamente pelo materialismo histórico-dialético. Parte-se do campo já estabelecido de análise sobre o movimento secundarista de ocupações para reavaliar um dos aspectos das conclusões correntes à luz de novos dados, pois, frequentemente, conclui-se que o movimento se pautou por alguns princípios organizativos e políticos para produzir suas ocupações, quais sejam, os princípios da autonomia e da horizontalidade. Em 2021, surgem novos dados com a pesquisa nacional desenvolvida sob a coordenação do professor Luis Antonio Groppo intitulada “Ocupações Secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: formação e auto-formação política das e dos ocupas” que possibilitam uma reavaliação dessas interpretações anteriores à luz de novos dados, esforço realizado no presente trabalho a partir do fenômeno do território. Os objetivos específicos da pesquisa foram: interpretar as relações internas e externas do movimento secundarista de ocupações, sobretudo entre secundaristas e apoiadores; cotejar dados sobre as ocupações secundaristas em diferentes locais para mediar as particularidades de cada local em relação aos princípios gerais da autonomia, horizontalidade e protagonismo estudantil; mediar particularidades dentro do próprio movimento secundarista de ocupações, rompendo com explicações que se focam na Região Metropolitana de Curitiba ou São Paulo e que foram generalizadas para o conjunto do movimento secundarista de ocupações. Tendo em mente estes objetivos, uma hipótese foi levantada: a abrangência territorial do movimento secundarista de ocupações traz consigo a municipalização do movimento, de forma que cada município cria características organizativas e políticas próprias que se concentram no território. O resultado da pesquisa apresenta-se pela parcial confirmação da hipótese, sendo possível constatar algum grau de municipalização do movimento secundarista de ocupações, mas sem poder generalizar as características baseadas no município. Sob outra perspectiva, é possível afirmar que os princípios da autonomia e da horizontalidade, sintetizados sob o princípio do protagonismo é menos geral do que se supõe, permitindo a produção de ocupações nas localizações específicas constituídas a partir das relações concretas e imediatas disponíveis a cada escola do movimento secundarista de ocupações.

Palavras-chave: Movimento secundarista de ocupações. Juventude e participação política. Movimento Estudantil.

ABSTRACT

The following work is a document and bibliographical research which objective is to comprehend the territorial development of the high-school student occupation movement by comparing students' descriptions in different locations. The methodology characterizes as qualitative, its technical procedure is content analysis of documents, bibliography and semi-structured interviews, the analysis uses historical-dialectical materialism as its theoretical basis. From the established field of work about the high-school student occupation movement it is possible to reevaluate some previous interpretations based on new data, as it is frequent to conclude that the movement based itself on two organizational and political principles, principle of autonomy and horizontality. In 2021, new data was published by the national research developed under professor Luis Antonio Groppo named "High-School Student Occupations in Brazil 2015 and 2016: formation and self-formation of ocupas" that allows for reevaluation of these former interpretations informed by new data, this effort was realized within the work from the phenomena of the territory. The specific objectives of the research are: to interpret internal and external relationships of the high-school student occupation movement, especially between students and supporters; collate data about the high-school occupations in different places to mediate particularities of each location in relation to the general principles of autonomy, horizontality e student protagonism; mediate particularities within the movement. With these objectives in mind, a hypothesis was created: the large territorial coverage of the high-school student occupation movement results in specific organizational and political characteristics concentrated on the territory. The results show a partial confirmation of the hypothesis, being possible to confirm some degree of municipalization of the high-school student occupation movement, yet it is not possible to generalize characteristics based on the city, otherwise, it is possible to say that the principles of autonomy and horizontality, synthesized under the principle of protagonism is not as general as supposed, allowing the production of occupations based on specific locations constituted from the concrete and immediate social relations available to each school of the high-school student occupation movement.

Keywords: High-school student occupation movement. Youth and political participation. Student Movement.

LISTA DE SIGLAS

CEP – Colégio Estadual do Paraná
CEPAJ – Colégio Estadual Pe. Arnaldo Jansen
DCE – Diretório Central dos Estudantes
ENEM – Exame Nacional dos Estudantes
FAG – Federação Anarquista Gaúcha
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PPL – Partido Pátria Livre
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
MBL – Movimento Brasil Livre
MP – Medida Provisória
MSO – Movimento Secundarista de Ocupações
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NEP 13 de Maio – Núcleo de Educação Popular 13 de Maio
NOC – Núcleo de Ocupações de Curitiba
NRE – Núcleo Regional de Educação
LPJ – Levante Popular da Juventude
RMC – Região Metropolitana de Curitiba
SISU – Sistema de Seleção Unificada
UBES – União Brasileira dos Estudantes
UBES Beltronense – União Beltronense dos Estudantes
UJS – União da Juventude Socialista
UMESP – União Municipal dos Estudantes Pontagrossenses
UNE – União Nacional dos Estudantes
UPES – União Paranaense dos Estudantes
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2 MÉTODOS E FONTES DE ANÁLISE.....	18
2.1. Fontes e materiais bibliográficos.....	18
2.2 Métodos e estratégias de análise.....	19
3 REVISÃO DE LITERATURA: O MODELO ORGANIZATIVO E POLÍTICO DO MOVIMENTO SECUNDARISTA DE OCUPAÇÕES.....	28
4 O MODELO DA AUTONOMIA E HORIZONTALIDADE REVISITADO, O ASPECTO TERRITORIAL DO MOVIMENTO SECUNDARISTA DE OCUPAÇÕES.....	49
4.1 As ocupações em Curitiba e Região Metropolitana, horizontalidade, autonomia e tensão política.....	51
4.2. A transmissão da tática de ocupação de escolas no território.....	63
4.3 As ocupações no interior do Paraná e o princípio da horizontalidade.....	69
4.4 O princípio da autonomia revisitado, o papel do apoiador nas ocupações secundaristas.....	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	112

1. INTRODUÇÃO

O movimento estudantil secundarista é historicamente desvalorizado perante a sua contrapartida universitária, pois o destaque reservado em lutas como a luta antifascista no Brasil, as campanhas “O Petróleo é nosso” e contra a entrada do Brasil na segunda guerra mundial e na guerra da Coreia e, especificamente, na luta contra a ditadura empresarial-militar esteve com os estudantes universitários, com pequena e tímida discussão da participação dos secundaristas nas lutas. Apesar disso, foi a morte de um secundarista em 1968 que serviu de estopim para as lutas históricas dos estudantes contra a ditadura, em sua maioria universitários (Leme, 2018).

Após a ditadura empresarial-militar o movimento estudantil se aglutinou no ensino superior, controlado majoritariamente por organizações do campo democrático-popular e disputado em menor medida pela esquerda radical, também neste cenário o movimento secundarista teve participação nas *Diretas Já* e no *Fora Collor*. Desde então, o movimento estudantil, seja ele universitário ou secundarista, passou por um refluxo significativo – levando à quase inexistência da luta secundarista –, que levou alguns sociólogos e cientistas políticos a pensarem as gerações posteriores à ditadura como apáticas ou despolitizadas, outros a pensar em novas formas de participação política da juventude (Boghossian e Minayo, 2009; Tomikazi e Danilauskas, 2018).

A partir de 2013 podemos afirmar com segurança que a participação política da juventude passou a mudar no Brasil, contudo, não sabíamos ainda que a participação política da juventude estudantil inverteria sua tendência histórica, pois em 2015 foram secundaristas puxando universitários para a luta política, e em 2016 essa tendência se amplificou.

Em uma conjuntura particularmente regressiva, governos alinhados à política econômica neoliberal passam a atacar a educação pública com projetos de redução de gastos voltados para o suposto aumento da eficiência da gestão pública da educação, sob tal justificativa o governo de São Paulo propôs uma “reorganização escolar” baseada em uma análise pseudocientífica derivada da influência de uma única variável – o turno escolar – sobre resultados em testes quantitativos na educação. A conclusão a que o governo chegou foi que escolas que tinham apenas um turno – infantil, fundamental ou médio – tinham melhor desempenho, e portanto, todas as escolas da rede estadual de São Paulo se tornariam escolas de turno único.

O resultado seria claro, mais de noventa escolas seriam fechadas no estado, gerando aumento de alunos por turma, aumento da distância percorrida pelos alunos entre casa e escola, demissão de professores por excesso de contingente, rompimento de laços afetivos dos estudantes, professores e comunidade escolar com a escola e a

separação de irmãos em diferentes escolas. Enquanto essas consequências levariam necessariamente a uma redução da qualidade da educação, o governo tratava a medida como inevitável, defendendo com repressão e propaganda a proposta, levando a cabo um ajuste bastante justo sob a ótica do Banco Mundial, dada seu objetivo explícito no aumento da razão estudante professor.

Contra essa proposta estudantes secundaristas passaram a se organizar novamente, participando de atos de protesto unificados nas ruas, realizando intervenções culturais em suas escolas e se manifestando nas redes sociais. Com a constante negação do diálogo por parte do governo estadual, os estudantes passaram a um novo grau de radicalidade da luta estudantil, optando pela ocupação de escolas a partir de 9 de novembro de 2015, tática de luta que se espalhou rapidamente pelo estado de São Paulo, abrangendo mais de 200 escolas.

Durante os meses de novembro e dezembro, secundaristas de todo o estado ocuparam as suas escolas contra a medida neoliberal do governo Alckmin, realizando protestos com alguma variação tática como o boicote ao SARESP – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo, intervenções culturais com participação de artistas regionais e nacionais e os trancaços em ruas movimentadas da cidade com o objetivo de chamar a atenção para a pauta da educação pública.

A mobilização estudantil passa a diminuir depois do dia 4 de dezembro, quando o governador anuncia uma “revogação” da reorganização escolar, essa revogação na realidade foi anunciada como um adiamento, apesar de seu caráter não-oficial da proposta que não tinha um decreto, portaria ou lei, portanto, não poderia ser revogado sem ter sido promulgado, apesar da existência real do projeto. Esta revogação foi considerada uma vitória do movimento estudantil secundarista, apesar da reorganização silenciosa ocorrida durante os anos posteriores (Ramos, 2020).

O movimento secundarista paulista parecia ter arrancado uma vitória sobre o governador do estado, a reorganização foi nominalmente revogada, a popularidade de Alckmin despencou e havia apoio popular às ações dos estudantes. Esse clima de otimismo com relação à luta dos estudantes serviu em grande parte de gatilho para que outros movimentos de ocupação surgissem posteriormente.

Aos secundaristas paulistas somaram-se os goianos, fluminenses, cearenses e gaúchos em lutas ligadas à rede estadual de ensino. Em todos esses casos, jovens levantaram-se contramedidas neoliberais de contingenciamento de verbas, ou contra o efeito delas, no caso de Goiás as organizações sociais, no Rio de Janeiro, Ceará e Rio Grande do Sul contra a falta de investimento em infraestrutura, pagamento de salários

aos professores, no caso específico deste último estado, contra o projeto Escola Sem Partido.

Essas mobilizações duraram quase todo o ano de 2016, e em outubro, após o *impeachment* de Dilma Rousseff explodem as ocupações paranaenses contramedidas nacionais, a Proposta de Emenda Constitucional 241/2016 (posteriormente PEC 55) e a Medida Provisória 746/2016 da reforma do ensino médio. O movimento logo se expande e nacionaliza, atingindo mais de 20 estados da federação e 1197 escolas, institutos federais, universidades e núcleos regionais de educação ocupados, sendo 850 dessas ocupações no Paraná.

A reforma do ensino médio abre caminho não só para a parceria público-privada, mas pela completa submissão da educação pública aos ditames do capital sob uma pedagogia das competências renovada (Silva, 2018), transfere a produção de políticas públicas educacionais para o capital privado (Ball, 2016; Faria e Silva, 2019) e submete a formação das gerações futuras a uma adaptação selecionada para o regime de acumulação flexível (Harvey, 2008; Antunes, 1999) em sua manifestação mais bárbara, aquela derivada da crise de 2008 cuja forma *sui generis* do trabalho é a individualização do contrato de trabalho (seja pela terceirização, pejetização ou uberização) mediado por uma ideologia do empreendedorismo, revelando um projeto de nação, no qual o projeto de educação se ancora, que se desenvolve pelo desemprego estrutural, responsabilização pessoal pela performance de si e pela ausência de garantias mínimas de serviços básicos como saúde, educação, moradia e trabalho.

Estranhamente, o segmento menos experiente e que parecia apático ou despolitizado até pouco tempo atrás se destacou para dirigir a classe trabalhadora, tomando a frente das lutas em um período de forte ataque aos direitos conquistados pela classe nos últimos trinta anos, pois não houve naquele contexto qualquer mobilização popular de similar envergadura e duração a luta estudantil secundarista, encabeçada por adolescentes em idade escolar.

Frente a isso, o movimento secundarista de ocupações (MSO) se torna um objeto de particular interesse, resultando em uma significativa produção acadêmica, compreendida por uma quantidade massiva de materiais que se dividem entre artigos, monografias, dissertações, teses, livros (empíricos e políticos), documentários, notícias, entrevistas (jornalísticas e sociológicas) que nos servem de fontes para compreender o processo no seu desenvolvimento.

Esta produção acadêmica produziu consensos mínimos sobre as características fundamentais do MSO. Esses consensos mínimos podem ser apontados por algumas noções ou princípios chave que permeiam a quase totalidade dos trabalhos sobre o MSO.

As ocupações secundaristas são descritas como lutas produzidas autonomamente pelos secundaristas, procurando se diferenciar de interpretações midiáticas ou estatais sobre o movimento que procuram imputar à luta secundarista uma dependência de organizações políticas, sobretudo partidos, e que por possuírem um caráter político não teria legitimidade. Segundo esta linha de pensamento, adolescentes não possuem a capacidade de organizarem-se politicamente, portanto logicamente eles teriam que ser coordenados ou dirigidos por agentes externos que os manipulariam para atingir objetivos políticos espúrios.

Contra isso surge a necessidade dos estudantes afirmarem sua autonomia, mas que se reflete na literatura acadêmica e política como um marco singular da organização e do ideário secundarista, tornando-o um princípio geral. Este princípio da autonomia se orienta por um slogan, “não tomar a frente”, e serve para a relação dos secundaristas com agentes externos, inclusive partidos políticos, esta orientação mantém a distância necessária entre o apoio e a direção, diferença fundamental que garante o nível de qualidade da inserção de não-secundaristas nas ocupações, pois a direção estava vetada para não-secundaristas (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016; Steimbach, 2018; Medeiros; Januário; Melo, 2019).

O princípio da autonomia serve para contextualizar a ação das organizações políticas que, de fato, estiveram dentro das ocupações. É por este princípio que se situa a distância entre aqueles que dirigem e que apoiam, estes colocados na posição de legitimidade secundária de apoiadores, os apoiadores possuem dentro das ocupações as funções de realizar doações e participar com oficinas, aulas e palestras, mas não de decidir os rumos decisórios do movimento. A partir dessa distância se pode pensar aqueles que, de fato, dirigem as ocupações – os secundaristas – e aqueles cuja função é externa, que participam sem uma posição destacada. Essa distância coloca os estudantes secundaristas em uma posição de protagonismo da luta, um princípio que orienta as ações dos próprios apoiadores, que traçam o limite de suas próprias ações em infringir o protagonismo estudantil.

Não só se orientou pela autonomia, mas também repudiou abertamente a presença de entidades estudantis ligadas à coletivos de juventude partidários, a história do MSO é permeada por conflitos entre lideranças institucionalizadas. Estes conflitos manifestam a distância entre a forma tradicional de organização do movimento secundarista,

frequentemente burocrático e distanciado das bases estudantis, para a organização secundarista espontânea que emana diretamente das bases secundaristas (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016; Pacheco, 2018; Steimbach, 2018).

Por conta desta distância que houveram diversos momentos de tensão e disputa entre as entidades estudantis e outros setores do MSO, sobretudo àqueles ligados ao autonomismo¹, alguns autores chegam a posicionar as entidades estudantis no exterior do movimento ou então como agentes ligados aos governos cuja função seria desmobilizar a luta secundarista por meio de negociações com o Estado.

Em todo caso, é importante ressaltar que uma constante do MSO em suas múltiplas manifestações é a divergência significativa entre setores institucionalizados e independentes que levaram a rupturas, o resultado frequentemente foi a vitória independente na disputa, conquistando legitimidade perante a massa do movimento, enquanto que as entidades estudantis se distanciaram ainda mais dos estudantes que as viam como instrumentos contrários ao desenvolvimento da luta estudantil, agindo com interesses de autoconstrução da entidade e dos coletivos partidários que a constroem – a UJS principalmente – ao invés do fortalecimento da luta.

Até mesmo os grêmios estudantis aparecem alheios a luta secundarista, frequentemente desligados das bases estudantis da escola, os grêmios são vistos como organizações ligadas às direções escolares e não como um meio de integração e mobilização estudantil. Dessa forma, a maioria dos grêmios existentes não foram operadores políticos do movimento, pelo contrário, estudantes exteriores aos grêmios foram frequentemente aqueles que organizaram as ocupações em suas escolas, ressaltando ainda mais o princípio da autonomia (Steimbach, 2018; Falavinha, 2020).

Em conjunção com o princípio da autonomia aparece o princípio da horizontalidade, cuja função é garantir que o processo decisório do movimento seja realizado segundo a democracia direta, a horizontalidade se refere à possibilidade de todos os secundaristas se manifestarem livremente e terem influência real na decisão tomada, além disso, significa que a maioria das decisões deveriam ser tomadas por consenso em assembleia (Medeiros; Januário; Melo, 2019; Coelho, 2019). Para realização das tarefas decididas em assembleia havia uma divisão de tarefas igualitária, voluntária e rotativa, orientada pela paridade de gênero. É significativo que a

¹ Entende-se autonomismo como uma corrente política envolvida em movimentos sociais com influência no movimento secundarista de ocupações. Pautado por princípios organizativos voltados para a democracia direta de todos os seus membros em posições de horizontalidade, ou seja, rompendo com as tradicionais lideranças de movimentos sociais, nesse sentido se aproxima do anarquismo. No movimento secundarista de ocupações esteve fortemente representado pelo Coletivo Antifascista de Curitiba enquanto apoiador da luta secundarista.

horizontalidade foi importante para garantir força política para populações historicamente oprimidas dentro das ocupações, sobretudo mulheres e LGBTQIA+ que se sobressaíram frequentemente nas ocupações secundaristas.

Um terceiro princípio aparece com o que pode ser chamado de primazia da pauta e imediatismo da ação, porém estes são menos consensuais, aparecem em Campos (2019), mas representam uma continuidade nos estudos do MSO por desvelar algo sobre a própria forma dos princípios da autonomia e horizontalidade. Segundo a autora, os estudantes organizaram sua ação em torno de uma pauta, e não de um projeto de educação ou econômico qualquer, e que esta ação possui uma orientação imediata e unificada em torno de uma tática única, cuja mobilização sobrepõe o processo burocrático de construção de centrais decisórias.

Por sua vez, o aspecto pedagógico do MSO é uma constante durante toda a literatura sobre a luta secundarista, desde os primeiros escritos até os mais recentes ressalta-se o salto de qualidade realizado no processo de aprendizagem dos estudantes lotados dentro das ocupações (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016; Borges, 2019; Steimbach, 2018; David, 2019; Silveira, 2019; Corso, 2020). Curiosamente, nenhuma dessas análises do salto de qualidade leva em consideração resultados em testes padronizados ou outras medidas quantitativas, isso não é um acaso, mas uma consequência do próprio conteúdo do aprendizado, cujo conteúdo foi menos ligado aos ditames de um currículo oficial construído em torno das ciências historicamente consolidadas pelo conhecimento humano, mas à disposição de novas formas de pensar e agir no mundo enquanto sujeito político.

A formação das ocupações é uma formação política, portanto, não tão diferente da formação da educação escolar regular, sua diferença é afirmar esta formação política explicitamente e procurar transformar aqueles que protagonizam a luta enquanto procuram transformar a realidade realmente existente. É neste processo formativo que se constitui um novo ser, que constitui novas formas e situar-se no mundo e também de afirmar sua identidade perante este mundo, assim pode-se dizer que o secundarista é qualitativamente diferente do estudante de ensino médio porque o lutar pressupõe a formação de outros valores, ideias, linguagens, formas de agir e pensar.

Esse processo é chamado por grande parte da literatura de subjetivação política (Groppo et al, 2017; Groppo; Silva, 2020; Groppo; Araujo; Moraes, 2021), pois a relação do indivíduo com a coletividade se altera tornando-o parte desta coletividade que expressa diversos particulares, fazendo com que estudantes relatem mudanças significativas na sua maneira de perceber o mundo, ou seja, produzindo alterações no senso comum

estabelecido e reconfigurando-o. Não a toa muitos secundaristas relataram o momento das ocupações como uma transformação subjetiva ampla (Sallas; Meucci, 2021), que perpassa também preconceitos arraigados no ser (Moresco, 2020), realizando um maior efeito no sujeito do que o processo da educação escolar regular.

Esta dinâmica de aprendizagem estava condicionada pela abrangência de espaços formativos como oficinas, palestras e aulas realizadas nas ocupações, estes espaços frequentemente tocaram em questões excluídas do currículo escolar como direitos da juventude, ou então tinham temáticas que confrontavam o conservadorismo político, como gênero, sexualidade e racismo. Mas não só, pois o próprio ato de organizar as ocupações é altamente formativo e pressupõe pela horizontalidade a superação da separação entre trabalho manual e intelectual, pois se todos trabalham coletivamente, de forma rotativa e voluntária com decisão tomada pelo processo de assembleia, produzindo uma horizontalidade que se reflete também na igualdade entre aqueles que trabalham e decidem, pois todas as pessoas exercem ambas as funções, subjetivando-os de uma nova forma.

A organização das ocupações não só foi autônoma e horizontal, frequentemente se ressalta a preponderância das mídias sociais digitais para garantir a ligação entre os secundaristas, favorecendo o desenvolvimento horizontal e logarítmico das ocupações que rapidamente se espalharam pelo território. Em todos os locais onde o MSO se manifestou o número de ocupações cresceu rapidamente e com uma relativa similaridade organizativa. Isso é explicado por um amplo uso das mídias sociais digitais, principalmente o *WhatsApp* e o *Facebook*, o que garantiu a comunicação interna do movimento (Steimbach, 2018; Torresan, 2019; Tori; Homma; Fiacadori, 2020). Mais do que isso, a comunicação externa foi realizada por páginas do Facebook que eram utilizadas para divulgar a versão secundarista da luta, de ações realizadas nas escolas ocupadas, assim como das medidas contestadas pelos estudantes.

A importância da comunicação externa surge da tendência dos governos estaduais de fazer pronunciamentos enviesados e frequentemente caluniosos sobre a luta secundarista, acusações de partidarismo e manipulação por parte de partidos políticos e sindicatos foram constantes em diversos momentos, declarações como estas foram divulgadas pela mídia e os estudantes passaram a utilizar as redes sociais para contrapor a versão oficial dos fatos com suas próprias análises, mas frequentemente com atividades internas das ocupações, sobretudo aquelas ligadas ao cuidado com a escola e à formação estudantil.

Mas o governo combateu as ocupações não só por declarações ideológicas, foi frequente a repressão aos estudantes com força policial e com medidas judiciais. Outra forma adotada pelos governos para desarticular as ocupações foi a completa negação da possibilidade de diálogo com as demandas estudantis.

Essa postura governamental foi apoiada por largos setores da mídia hegemônica, que atuou propagando as versões oficiais do governo sobre as ocupações secundaristas. Entretanto, a mídia teve maior porosidade para as demandas populares em São Paulo do que em outros locais como Curitiba (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016; Steimbach, 2018; Pacheco, 2018), onde a mídia não só procurou amplificar a narrativa governamental, como construir uma narrativa própria e original contra o MSO.

A repressão ao movimento também assumiu contornos paraestatais, ao longo de todo o movimento as Secretarias de Educação e os Núcleos Regionais de Educação agiram como verdadeiros articuladores da desocupação das escolas, cuja operacionalização era executada pelas direções das escolas, sobretudo nas cidades menores (David, 2019). Professores se dividiram entre aqueles que se posicionaram ao lado dos estudantes e aqueles que foram abertamente contrários a eles, mas mesmo os professores sofreram represálias por participarem dos movimentos de ocupação de forma ativa, e o clima de pânico moral causado por pautas como o Escola Sem Partido fortaleceu a vigilância sobre a atuação política dos professores, fazendo com que vários professores favoráveis ao MSO se abstivessem de apoiar a luta secundarista.

Outra forma de repressão paraestatal foi realizada por organizações da sociedade civil de cunho conservador e neoliberal, estas organizações realizaram rondas nas escolas durante a noite, arremessaram bombas e pedras na direção das escolas, invadiram as escolas e procuraram realizar atos em favor da desocupação das escolas, este contra-movimento ficou conhecido como movimento desocupa. A organização central dessa articulação foi o Movimento Brasil Livre (MBL) cuja atuação tanto nas mídias sociais digitais quanto presencialmente foi o pilar de sustentação do movimento desocupa (Steimbach, 2018; Pacheco, 2018; Torresan, 2019). Entretanto, essa segunda forma de repressão paraestatal foi prevacente apenas nas ocupações ligadas às pautas nacionais e concentradas massivamente apenas no Paraná, especificamente em Curitiba.

Analisando o apoio da sociedade civil, é importante notar que os secundaristas paulistas tiveram acesso a maior grau de legitimidade, inclusive com forte inserção de pais de estudantes, e principalmente mães. Entretanto na segunda fase (nacional) houve um menor nível de adesão, de forma que os pais frequentemente se juntaram aos contramovimentos reacionários. Essa ligação com a sociedade civil é importante por

conta da relação de apoio ao movimento, seja com elementos materiais ou subjetivos, fortalecendo ou enfraquecendo a capacidade de manutenção da luta secundarista.

No seio das ocupações surgiu uma série de coletivos, que procuraram unificar secundaristas em torno de um corpo político novo, estes coletivos em sua maioria não mais existem. Entretanto, durante o período pós-MSO, havia um clima de otimismo bastante significativo com relação a estes coletivos e a capacidade de mobilização contra-hegemônica resultante do MSO (Steimbach, 2018), levando autores a apostarem em uma possível transformação social futura partindo do aprendizado realizado nas ocupações por parte dos secundaristas.

É necessário ainda tecer alguns comentários sobre a interpretação acerca das diferentes manifestações do MSO, ou seja, de como agrupar essas diferentes manifestações em ciclos ou fases mais ou menos coerentes. Groppo (2018) divide o movimento secundarista de ocupações (doravante MSO) em duas ondas. Uma primeira, de dezembro de 2015 até julho de 2016, que abrange todos os movimentos ligados a pautas estaduais, possuindo seu próprio ciclo e relativa independência entre si, abrangendo apenas escolas de ensino médio. Uma segunda onda, de outubro a dezembro de 2016, estaria ligada a uma luta comum, à resistência contra a PEC 241 e a MP 746, ou seja, com pautas de caráter nacional envolvendo dezenas de estados da nação, assim como institutos federais e universidades públicas.

Medeiros, Januário e Melo (2019) têm outra interpretação dos ciclos ou fases do movimento, para eles, há uma primeira fase de revolta estudantil em São Paulo e Goiás iniciada no final de 2015 contra medidas governamentais economicamente liberais, sendo esta fase relativamente bem-sucedida, uma segunda fase de protestos de indignação contra a austeridade fiscal que agravava a condição estrutural da educação pública em todo o primeiro semestre de 2016 no Rio de Janeiro, Ceará e Rio Grande do Sul, assim como um “ciclo da merenda” em São Paulo, fase esta com ganhos relativos, e uma terceira fase de *resistência nacional* protagonizada por Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo contra as propostas nacionais do governo Temer, essa última não teve sucesso nas suas reivindicações. No caso deste trabalho, me referirei à mobilização estudantil neste período pela divisão em lutas estaduais e nacionais segundo Groppo.

Partindo desta série de consensos mínimos sobre o movimento secundarista de ocupações, construí um projeto de pesquisa que guia as discussões sobre o movimento ao longo da monografia.

A maioria dos estudos sobre as ocupações secundaristas se concentram em uma área territorial determinada, normalmente uma cidade. Como a imensa maioria dos

trabalhos utiliza dados primários coletados pelos próprios autores, há uma limitação da possibilidade comparativa entre diferentes locais para conseguir generalizar características das ocupações, apesar disso, muitas vezes as análises dos autores se remetem aos consensos previamente discutidos.

Contudo, no ano de 2021 foram publicadas mais de 50 entrevistas semiestruturadas de secundaristas que ocuparam as suas escolas em todo o Brasil, isso permite que o pesquisador parta de um campo de estudos mais amplo, pois não é restringida à capacidade e investimento limitada de uma só dissertação ou tese. Estas entrevistas foram publicadas no site² da pesquisa nacional das ocupações, nomeada “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: Formação e auto-formação política das e dos ocupas” e coordenada pelo professor Luis Antonio Groppo.

Trabalhando em cima deste conjunto de dados passei a questionar um dos consensos sobre o MSO, aquele que versa sobre a similaridade organizativa das ocupações secundaristas sob os princípios da autonomia, horizontalidade e a demanda por protagonismo dos estudantes. Chegando à seguinte pergunta de pesquisa: Os princípios da autonomia, horizontalidade e protagonismo estudantil se manifestam da mesma maneira em diferentes manifestações do movimento secundarista de ocupações?

Desta pergunta varia o objetivo de compreender o desenvolvimento territorial do movimento secundarista de ocupações a partir da comparação entre relatos secundaristas em diferentes locais. Seus objetivos específicos são:

- Interpretar as relações internas e externas do movimento secundarista de ocupações, sobretudo entre secundaristas e apoiadores;
- Cotejar dados sobre as ocupações secundaristas em diferentes locais para mediar as particularidades de cada local em relação aos princípios gerais da autonomia, horizontalidade e protagonismo estudantil;
- Mediar particularidades dentro do próprio movimento secundarista de ocupações, rompendo com explicações que se focam na Região Metropolitana de Curitiba ou São Paulo generalizando para o todo do MSO.

Destes objetivos aparece uma hipótese sobre o desenvolvimento do movimento secundarista de ocupações: a abrangência territorial do MSO traz consigo a municipalização do movimento, de forma que cada município cria características organizativas e políticas próprias que se concentram no território.

² As entrevistas utilizadas no trabalho se encontram disponíveis no site: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 12 abr. 2022.

As fontes utilizadas no trabalho não abarcam todas as entrevistas semiestruturadas disponíveis no site referido acima, foi realizado um recorte abrangendo apenas o estado do Paraná cuja grande disponibilidade de fontes bibliográficas permite um diálogo mais fértil pela abundância do material. Com isso, foram levadas em consideração quinze entrevistas semiestruturadas, cujo material abrange cinco entrevistas de Curitiba e São José dos Pinhais, que podem ser consideradas como epicentro do MSO, e dez relativas ao interior do Paraná espalhadas por todo o estado.

Além disso, trabalhei com fontes bibliográficas e de documentários sobre o MSO no Paraná em um projeto de iniciação científica previamente realizado, *República do Caos* de Monica Ribeiro da Silva, Ana Chagas e Paulo de Jesus (2017) e *Ocupa Tudo* de Carlos Pronzato (2017), de forma que a minha aproximação com as lutas secundaristas neste estado me permitem um maior familiaridade, útil para o desenvolvimento do trabalho.

A apresentação do texto se organiza em cinco capítulos. O primeiro capítulo é introdutório e procura versar sobre o tema de forma genérica, não mediando contradições interpretativas e focando no consenso, a partir destes consensos apresentar hipóteses próprias sobre o tema e os objetivos.

O segundo capítulo retrata a metodologia utilizada pelo autor para produzir essa monografia, apresenta-se algumas breves considerações sobre o materialismo histórico-dialético enquanto epistemologia e teoria científica, assim como a estratégia de análise adotada, também procura relatar as fontes históricas e sociológicas que embasam as análises realizadas ao longo do trabalho.

O terceiro capítulo é uma revisão de literatura com o objetivo de apresentar as fontes bibliográficas mais utilizadas pelo autor em relação ao movimento secundarista de ocupações, procurando dialogar com o campo acadêmico estabelecido para embasar as discussões posteriores.

O quarto capítulo é um estudo sobre a hipótese previamente delineada, partindo de fontes históricas e sociológicas expostas neste capítulo, procura questionar qual o grau de generalidade da organização das ocupações na luta secundarista, mantendo constante diálogo com a literatura previamente existente.

2 MÉTODOS E FONTES DE ANÁLISE

2.1. Fontes e materiais bibliográficos

As fontes utilizadas para o trabalho são oriundas da referência bibliográfica baseada na produção acadêmica sobre o MSO, além de uma série de entrevistas semiestruturadas publicadas no site <https://www.ocupacoesestudantis.com.br> do projeto de pesquisa “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: Formação e auto-formação política das e dos ocupas”. Neste site estão disponíveis dezenas de textos e entrevistas semiestruturadas referidas ao movimento secundarista de ocupações, produzidas por pesquisadores de diversas áreas³.

O conteúdo do site está separado geograficamente. Neste trabalho seria impossível incorporar as mais de cinquenta entrevistas publicadas, por isso, recortei as entrevistas do Paraná para me debruçar enquanto fontes principais, por duas razões, primeiro a quantidade de fontes sobre o MSO paranaense é significativamente maior do que para os outros locais, segundo que este estado se configurou, de fato, como o epicentro das ocupações secundaristas de segunda onda, tal sorte que algumas perguntas específicas podem ser levantadas para o caso paranaense que podem ficar subjacentes em outros estados.

Conferi ainda as entrevistas dos estados de Minas Gerais e de São Paulo procurando submeter as minhas hipóteses e conclusões à crítica, contudo, não as cito frequentemente durante o trabalho, já que serviram muito mais como formas de revisar os caminhos tomados pela produção deste escrito do que fontes propriamente ditas, dito isso, é notável que o MSO em Minas Gerais assumiu contornos particulares que revelam muito sobre as lutas secundaristas do nosso tempo histórico, mas que não se distanciariam tanto daquilo que elaborei até aqui.

Sobre as entrevistas utilizadas se faz necessária uma breve observação. Até agora incorporei aos dados desta pesquisa todas as entrevistas referentes ao Paraná que totalizam quinze referentes a sete diferentes localidades (Curitiba, São José dos Pinhais, Paranaguá, Ponta Grossa, sudoeste paranaense— sobretudo Francisco Beltrão —, região do Primeiro Planalto e região dos Campos Gerais).

É preciso fazer uma observação no que se refere ao problema do arcabouço teórico utilizado pelas entrevistas, pois a coleta de dados os pesquisadores da pesquisa

³ Os nomes dos entrevistados foram alterados para preservar a identidade dos estudantes envolvidos no movimento secundarista de ocupações.

nacional está interessada no processo de formação política e auto-formação do movimento secundarista de ocupações orientados a um só tempo por Thompson e Rancière, por isso, ausenta-se da maioria das entrevistas elementos centrais para a minha análise, como a relação entre apoiadores e secundaristas e a relação entre secundaristas e secundaristas que formam os princípios de autonomia, horizontalidade e protagonismo. Quando aparecem, estas questões estão tomadas da perspectiva do indivíduo que relata sua experiência no movimento, porque a intenção do projeto analisar a subjetividade política formada no MSO.

Contudo, acredito que as entrevistas são suficientemente ricas para subsidiar minha análise pois, apesar de terem como objetivo a perspectiva individual do ocupante trazem no seu conteúdo uma miríade de dados sobre a formação do movimento no seu processo de desenvolvimento.

Há ainda outras duas publicações que contêm entrevistas que serão incorporadas ao *corpus* analítico deste trabalho. Trata-se da tese de Steimbach (2018) e da dissertação de Pacheco (2018). Estes trabalhos trazem em seus apêndices transcrições de entrevistas que são de altíssimo valor para o pesquisador do movimento secundarista de ocupações. O diálogo com Campos; Medeiros; Ribeiro (2016) também será contínuo por conta de sua descrição densa do processo de ocupação do MSO de primeira onda. Por outro lado, Medeiros; Januário; Melo (2019) e Campos (2019) servirão como os modelos de abordagem dos princípios gerais das ocupações com os quais o objetivo do trabalho dialoga continuamente. Discuto estes trabalhos no capítulo 3 de revisão de literatura.

Além das entrevistas foi utilizado de forma esporádica o recurso às notícias e editoriais vinculados na mídia hegemônica como fonte histórica. O valor dessa fonte advém não apenas do fato de interpretar o movimento secundarista de ocupações no calor da hora, mas de fazê-lo no campo político oposto ao movimento, expressando interesses claros do bloco no poder contra uma manifestação popular. Deve-se ter em mente, contudo, que não é o objetivo do trabalho analisar a produção midiática sobre o MSO, o uso dessas fontes se dá no âmbito da datação e da confirmação de tensões sociais, sobretudo porque oferece o ponto de vista das classes dominantes e do Estado. Para o caso da descrição empírica do MSO, da luta estudantil, das movimentações e disputas no interior da luta estas fontes carecem de qualidade e são facilmente superadas pelos trabalhos acadêmicos, por conta disso foram posicionadas como fontes auxiliares.

2.2 Métodos e estratégias de análise

O método de análise é a aplicação do materialismo histórico-dialético compreendido como um método que se orienta pela totalidade. A perspectiva da totalidade é, assim como é em Hegel, uma processualidade, e, portanto, só pode ser conhecida no seu desenvolvimento, no seu devir. Marx, como se sabe, parte da teoria do conhecimento hegeliana e, segundo Engels (s/d), a vira de ponta cabeça historicizando-a, além disso, incorpora a dimensão da ruptura efetiva à supressão hegeliana que se limitava à superação no plano especulativo-conceitual (Marx, 2004).

A totalidade, para Hegel e Marx, se desvela na relação, aqui deve-se considerar a relação como o ponto de vista holístico do conceito, dizer que algo se relaciona com um outro pressupõe o conhecimento de um e de outro, e portanto, o desvelar da relação é o desvelar do ser, assim, Hegel nos imputa uma teoria do conhecer na qual a coisa só pode ser para mim, estando apenas para si — por isso mesmo fora da relação — ela está fora do âmbito do conhecer, portanto, é irracional e inexistente.

Marx não supera Hegel nesse ponto, este elemento é levado até suas últimas consequências n'O Capital quando tudo o que se desenvolve em torno do seu objeto de pesquisa é um modo de produção caracterizado por determinadas relações de produção, a relação é o ser, e a relação só pode sê-la na totalidade.

Entretanto, o ponto de partida do objeto não se dá na totalidade, trata-se da necessidade de compreender a totalidade a partir de uma realidade imediata, voltando ao meu objeto posso dizer que só posso partir do real imediato para analisar o movimento secundarista de ocupações, o que para Marx é sempre um singular, algo que se expressa na realidade empírica, mas que não é nada justamente porque desligado de uma totalidade, aqui a concordância com Hegel é explícita, o Uno (enquanto todo indeterminado) e o singular são igualmente abstratos para Hegel, algo que não está em relação com nada é o próprio nada, ele é um absoluto indeterminado, e portanto, não nos diz nada sobre si. O ser puramente empírico é um ser sem relações sociais dadas, ele apenas é. Trata-se do trabalho da consciência o desvelar das relações existentes deste singular, tornando-o um ser que é ser porque se relaciona, e em relação à totalidade se formando um particular.

A construção do objeto na perspectiva da totalidade é um constante reconstruir abstrato do movimento do real que se relaciona, em outras palavras, de encontrar determinações no objeto em direção à construção do todo. Nesse sentido, o concreto pensado é o todo não mais abstrato. Contudo, já disse que o singular é também o puro ser, ou o nada. E não é nada justamente porque o processo de desvelar o conceito é o processo de reconstruir abstratamente as determinações do objeto — que possui primazia

para Marx, portanto existem independentemente do sujeito —, determinações estas que nada mais são do que relações do objeto no seu movimento. Promove-se, então, uma saturação de determinações, ou relações, do objeto. Ao reconstruir as determinações do objeto reconstrói-se exatamente o seu ser, o singular como ponto de partida é um ser sem determinações conhecidas, e por isso mesmo é algo meramente abstrato pois a única afirmação que pode-se fazer sobre esse objeto é que ele é, ou seja, que ele existe, portanto, pode-se dizer que nada sei dele.

O singular, no nosso caso, é o movimento secundarista de ocupações ou uma ocupação específica porque no início mesmo se objetivando o todo o pesquisador só pode ver o inessencial empiricamente presente, uma ocupação ou uma série delas desconexas entre si. Sua expressão empírica deve ser o ponto de partida a partir do qual se deve pôr em relação a partir das mediações da realidade, as determinações continuamente colocadas em justaposição pelo conhecer do desenvolvimento do MSO é o próprio conhecer do conceito, é sair do abstrato singular e chegar à totalidade por um processo de saturação de determinações, entretanto, essas determinações são passos necessários para uma totalidade que se constitui verdadeiramente em cada um desses elementos.

Nota-se, entretanto, que há um movimento do pôr em relação que é essencial ao concreto, mas como se coloca um objeto em relação a algo? O particular é um singular determinado, porque posto em relação com outros singulares e com o todo, por suas relações entre si forma-se um ser de outra qualidade. Portanto, a elevação do singular que é puramente ser a um particular é, ao mesmo tempo, o encontrar do todo que se expressa particularmente naquela forma, nota-se como a particularidade é, ao mesmo tempo, o universal. Pode-se dizer que a perspectiva da totalidade é uma reconstrução ideal que versa sobre o ser imediato e sobre um todo que se manifesta no imediato, o imediato não está mais solto no ar, ele é parte de algo qualitativamente diferente. A ocupação agora é secundarista, mas é também trabalhadora⁴, não é um ou outro, mas

4 Não se trata, entretanto, de afirmar que todos os secundaristas são trabalhadores enquanto trabalhadores empíricos. São estudantes. O movimento, entretanto, se situa no processo de formação de uma classe (enquanto processo histórico), não por sua posição específica nas relações de produção. De forma similar, um desempregado é também parte da classe trabalhadora, assim como uma mulher que realiza especificamente trabalho doméstico, sua classe ainda vive da venda da força de trabalho, se formos pensar junto com Ricardo Antunes. Assim, o pôr-se em luta destes sujeitos é um pôr-se em luta de elementos particulares da classe trabalhadora. O estudante, é, nesse sentido, um lutador que representa um interesse de classe particularizado no objeto educacional, mesmo que o estudante empiricamente existente não seja, ele mesmo, um trabalhador engajado na venda da força de trabalho. Em contrapartida, é também possível que um trabalhador empiricamente existente também constitua parte das classes dominantes quando se coloca em luta, o que determina, portanto, o conteúdo de classe é exatamente a formação da classe no processo de luta de classes e não sua situação de classe, seu nível de renda, inserção na circulação e consumo de mercadorias como em versões weberianas do conceito de classe.

ambos dialeticamente ligados por suas relações reais tornadas inteligíveis a partir de um imediato relacionado ao genérico, a ocupação.

Parte-se, portanto, do MSO enquanto abstração empiricamente existente, deve-se tomar aquilo que aparece no imediato e analisar no seu movimento: autonomia, horizontalidade, divisão do trabalho igualitária em termos de gênero, ausência de lideranças explícitas, relações intersubjetivas formadas por uma nova sociabilidade, negação do Estado e dos partidos políticos, primazia da pauta de revogação dos projetos neoliberais assim como a incapacidade de formar alternativas reais aos projetos contestados, intransigência tática⁵, ligação orgânica relativa com setores autonomistas. Para depois disso particularizar essas características perante outras e compreender o MSO como um todo.

Mais significativo, é compreender como cada uma dessas mediações particulares se relacionam entre si, qual resultado de suas combinações e quais efeitos eles possuem sobre uma estrutura social dada.

Portanto, é partindo da descrição do objeto que se deve compreender sua relação com a sociedade na qual os estudantes secundaristas em luta se inserem, o que significa o mesmo que dizer que o autonomismo não explica o movimento secundarista de ocupações, assim como a horizontalidade, a primazia da pauta, a intransigência tática ou qualquer outro princípio, mas é sua relação com o todo expresso no movimento da luta que o explica. Decorre-se disso a necessidade de compreender como cada um desses elementos se expressam na singularidade.

Como o MSO é uma parte do ser genérico da classe, se o ser genérico da classe se movimenta, então ele se movimenta dialeticamente com o movimento de seus momentos particulares.

Entretanto, para o método marxista o movimento dialético é insuficiente, pois ao contrário de Hegel, o limite do desvelar do ser em movimento não ocorre no movimento do pensamento, mas no movimento real, na efetividade do ser. A dialética se liga à história como base real do materialismo, por isso, é insuficiente reconstruir idealmente apenas o desenvolver do movimento secundarista de ocupações, deve-se fazê-lo considerando as condições materiais — que não são puramente econômicas — nas quais esse processo se deu.

⁵ Entende-se por intransigência tática a tendência do movimento secundarista de ocupações de insistir na ocupação de escolas como tática de luta a despeito da transformação das condições concretas sobre as quais se dá o conflito. Esta postura, a meu ver, constitui uma das características fundamentais do movimento em seu desenvolvimento, apesar disso, está fora do escopo do trabalho dissertar sobre suas determinações.

Entendendo as categorias filosóficas de singular, particular e universal, é necessário compreender como o MSO é ao mesmo tempo uma manifestação particular da classe trabalhadora, devido a sua inserção destacada de um intuito genérico, mas que expressa em si elementos substantivos da classe em movimento. Mais além, como todo particular é em si uma totalidade, o MSO pode ser analisado também pelas suas relações internas, de forma que o movimento passa a ser caracterizado como um concreto derivado de múltiplas determinações.

Essas múltiplas determinações vão se expressar nas ocupações e nas contradições internas do movimento, cujo meio de captar é o singular, este ser filosófico que só tem sentido mediado por seu contexto histórico e social, mas que é também aquela manifestação empírica riquíssima que nos permite acessar a informação que deve ser mediatizada nos diferentes níveis do todo.

A ocupação é a unidade coletiva mínima do MSO, é nela que podemos identificar empiricamente o que foi esta coisa a que chamamos ocupação em relação a outras ocupações, os singulares postos em relação entre si nos fornece uma particularidade dentro da particularidade. Por isso é necessário colocar as ocupações em suas determinações reais e específicas perante outras, estas diferentes formas criam relações sociais complexas que expressam ali uma figura particular do todo, do MSO, mas que de forma alguma pode ser extrapolada para o todo, a construção deste todo só pode vir das múltiplas determinações que formam particularidades dentro do próprio particular.

Feito este movimento de particularizar o singular, é necessário compreender como o particular, MSO, se relaciona ao todo, a classe. Contudo, este momento está excluído do objeto deste trabalho, que focará apenas na manifestação do MSO.

No processo de análise realizado neste trabalho, foi realizado desenho e redesenho do projeto de trabalho baseado na negação do objeto à interpretação prévia, tal sorte que as hipóteses foram constantemente reconstruídas para se adaptar aos dados utilizados pelo autor. É necessário deixar claro que foi durante a realização deste projeto de pesquisa que as entrevistas da pesquisa nacional das ocupações foram divulgadas, e que levaram a uma reconstrução quase completa do projeto de pesquisa. Dissertarei brevemente sobre esse processo.

Em um primeiro momento, analisei a disputa comunicativa em torno do MSO por meio de produções audiovisuais, este foi o objeto de um projeto de iniciação científica durante os anos de 2020 e 2021. Ao fim deste projeto passei a construir um novo objeto sobre o mesmo tema, mas que era voltado principalmente para uma pergunta que, hoje,

vejo como um equívoco: Qual a razão para a derrota do MSO de segunda onda dada sua imensa mobilização?

Esta é uma pergunta equivocada fundamentalmente pela natureza de seu objetivo, afirmar a razão por uma derrota primeiro passa pela afirmação da derrota, quando grande parte dos secundaristas afirmam o MSO como uma vitória, mesmo que não nas reivindicações diretas do movimento. Mais do que isso, seria necessário mediar relações com o Estado cujo interesse foi ficando menor à medida que o problema do desenvolvimento da consciência de classe se tornou mais central na minha trajetória acadêmica, algo que veio junto de novos estudos sobre o materialismo histórico-dialético.

Depois de não só catalogar, mas analisar o material bibliográfico em uma primeira aproximação, cheguei à conclusão de que há uma similaridade descritiva sobre o MSO em torno de sua manifestação empírica, aquilo que chamei de consensos mínimos sobre o objeto, ou seja, dos elementos que aqui foram delineados como princípios.

Neste interim, foram publicadas as entrevistas da pesquisa nacional sobre as ocupações, produzindo uma transição significativa no meu pensamento sobre o objeto do MSO, de certa forma, os dados ali contidos foram uma verdadeira negação do objeto à minha interpretação naquele momento, por outro lado, me colocaram em contato com uma variedade de manifestações do MSO que até aquele momento eram impossíveis de se ter acesso.

Estes novos dados expressavam novas particularidades do MSO, permitindo com que novas perguntas sobre as ocupações fossem colocadas, especialmente porque até então os trabalhos acadêmicos se focaram muito no epicentro da luta secundarista, seja na primeira ou na segunda onda.

Ali havia, portanto, uma clara indicação de que o objeto poderia ser analisado de uma outra perspectiva, procurando nas novas singularidades apresentadas pelas entrevistas interpretações outras sobre o fenômeno do MSO, sobretudo por conta da presença significativa de entrevistas ligadas ao interior dos estados, território bastante negligenciado até aquele momento. Neste momento, desenhei uma segunda pesquisa focando no problema da liderança e da autonomia dentro do movimento secundarista de ocupações, este foi, portanto, o primeiro ponto de trabalho da negação do objeto em relação à sua manifestação ideal em direção à problematização do objeto. Neste momento o problema da liderança se tornou o meu objetivo.

Outro ponto que me levou a problematizar o objeto foi a falta de sucesso nas pautas centrais do movimento e na formação de organizações posteriores ao movimento — que existiram mas desvaneceram pouco tempo depois —, portanto, nos primeiros

rascunhos da pesquisa delineei uma hipótese para compreender que a forma organizativa e ideológica do MSO pautada pelos princípios acima referidos causavam uma desagregação posterior do movimento, tendo como objetivo compreender quais eram as causas da derrota na luta — seja em termos de conquista objetiva da classe, seja nos termos subjetivos. Nota-se aqui a manutenção da temática da derrota como um problema central na pesquisa.

Uma segunda grande negação do objeto sobre sua manifestação ideal ocorreu quando pude entrar em contato com as análises lotadas no “Ocupar e Resistir: Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)”, pois havia uma contradição entre as explicações fornecidas pelos autores dos princípios gerais das ocupações, sobretudo delineados por Medeiros; Januário e Melo (2019), e as entrevistas do interior do Paraná que serviam de base para a escrita do projeto de pesquisa. Ali percebi a possibilidade de mediar a generalidade de princípios descritas no livro, mas principalmente no capítulo acima referido, com as singularidades apresentadas pela pesquisa nacional das ocupações, abrindo para a produção de um novo projeto de pesquisa.

Então uma próxima versão do projeto de pesquisa foi delineada, uma mais madura pois orientada já de uma dupla negação do objeto ao pensamento do autor. Agora, menos relevante do que imputar a um tipo de organização ou ideologia o fracasso do movimento, me parece mais interessante o caminho de pesquisa que analisa como se formou tal tipo de organização ou ideologia. Abarcando dimensões estruturais e conjunturais mediando a particularidade do MSO com a classe.

A partir deste novo objetivo, o de relacionar a classe com o MSO, se torna imperativo que o MSO passe a ser relacionado como um todo, e as hipóteses formuladas no trabalho dialogavam justamente com a tentativa de particularizar este todo em relação a um todo genérico, de forma que o desenvolvimento do MSO passa a ser fruto das relações estruturais e locais, antes do que de uma problemática sobre a liderança ou a forma organizativa em abstrato.

No desenvolvimento deste trabalho pode-se notar uma terceira negação, a da possibilidade de realizar esse movimento de particularizar o MSO em relação ao todo, pois durante a realização do movimento o conjunto de abordagens ficara demasiado amplo, dispersando a análise realizada em objetivos por vezes conflitantes e levando a conclusões incapazes de refazer o movimento geral do MSO perante a classe, resultando, antes que no concreto pensado em uma nova abstração indeterminada que necessitaria um novo trato analítico.

Por isso, o trabalho foi redesenhado a partir de um dos elementos que faziam parte deste todo procurando diminuir o escopo da análise e rejeitar o retorno à classe como todo dialético, inclusive por razões de tempo hábil para finalização do trabalho. Assim, foi escolhido o aspecto territorial das ocupações secundaristas procurando mediar as singularidades descritas nas entrevistas semiestruturadas e nos trabalhos bibliográficos que permitem o foco em um aspecto específico do MSO enquanto um todo, ao invés de chegar à totalidade da classe. É desta forma que se chega ao objetivo aqui planteado, de compreender se os princípios gerais de organização e orientação política descritos por analistas do MSO podem ser generalizados ao todo da luta secundarista.

Realizadas estas hipóteses, o processo final foi um retorno às fontes, aquelas entrevistas, as monografias, dissertações e teses, notícias, filmes e livros. A forma empírica oferece agora uma nova compreensão porque consubstanciada por um caminho idealmente percorrido, assim, a hipótese até aqui levantada pode elevar-se da forma especulativa à forma conceito, ou então serão descartadas pela negatividade da realidade, em todo caso, terminamos nosso caminho no ponto de partida, este que agora se torna inteiramente diferente do que era no início de nossa caminhada porque impregnado de determinações.

Portanto, o método do materialismo histórico-dialético permitiu a este projeto de pesquisa amadurecer perante a negação radical das fontes ao pesquisador, que constantemente teve de se defrontar com seus próprios erros e redesenhar o projeto para formular novas interpretações sobre o real, a imposição do método dialético de abstrair do empírico e retornar a ele conduz à constante readequação do projeto, algo que foi realizado algumas vezes neste curto trajeto.

Para além do materialismo histórico-dialético, foi utilizado análise de fontes documentais e bibliográficas para dispor a análise, a análise de conteúdo (Bardin, 1996) função de administração da prova, servindo para testar hipóteses previamente estabelecidas a partir do debate com a literatura precedente sobre o movimento secundarista de ocupações, a análise de conteúdo se dá sob a forma de questões, com uma análise rigorosa que deve confirmar ou infirmar a hipótese.

Foi também necessário para cotejar as informações dispostas nas diversas fontes, tanto elementos ideológicos – no caso das fontes auxiliares como notícias e editoriais da mídia hegemônica – e lacunas frequentes nos relatos das entrevistas secundaristas, por isso foi necessário trabalhar com oclusões e consultar fontes variadas, sobretudo para confirmação de datas e veracidade de afirmações.

Sendo em sua maioria textos, a análise de conteúdo pareceu ser suficiente como método de análise, mas para além disso, foi necessário trabalhar uma grande quantidade de referências bibliográficas que acabam, no caso do movimento secundarista de ocupações se tornando fontes históricas pois produzidas a partir de relatos primários.

Não foi utilizado, para fins deste trabalho, uma proposta metodológica de construção de um quadro analítico pormenorizado para fins de alocar ausências e presenças nos textos referenciado, isso porque não se trata de uma descrição do objeto analítico de forma empírica, mas na produção de uma análise de cunho sociológico que visa compreender relações antes do que de reconstruir um relato histórico, por conta disso, se há uma apresentação de narrativa histórica este é um efeito secundário da produção do texto.

Além disso, o objetivo não foi analisar uma fonte em profundidade, mas uma série de fontes desagregadas, de forma que o procedimento de produzir um quadro analítico fixo seria menos útil, dado que são citados documentos de muitas ordens diferentes, mesmo que grande parte deles se origine na pesquisa nacional das ocupações. É certo que outro arranjo dos mesmos dados produziria resultados diferentes.

É nesse sentido que a função da análise de conteúdo aqui utilizada foi compreender o singular e o genérico das ocupações descritas nos relatos, de forma que a perspectiva analítica que guiou o trabalho de análise dos dados foi a comparativa, de forma que é o diálogo entre as entrevistas e as fontes bibliográficas foi necessário para produzir as interpretações aqui defendidas, procurando encontrar continuidades ou rupturas com os princípios gerais do MSO em termos organizativos ou políticos, ou seja, remetendo continuamente os relatos secundaristas às descrições das fontes bibliográficas.

Mas sempre tendo em mente uma perspectiva relacional tendo em mente o materialismo histórico-dialético, de forma que a produção das ocupações é uma função das relações sociais estruturais e simbólicas prévias, mas também constituídas no processo do ser do MSO. De forma que o ser do MSO não é nem um produto completo da teleologia, nem um determinado mecânico das relações estruturais da sociedade, sendo antes, uma síntese de múltiplas determinações que se constituem no ser enquanto processo colocado em relação, portanto, abrangendo tanto teleologia quanto suas relações estruturais.

3 REVISÃO DE LITERATURA: O MODELO ORGANIZATIVO E POLÍTICO DO MOVIMENTO SECUNDARISTA DE OCUPAÇÕES

Este capítulo se dedica a discutir algumas das abordagens acadêmicas sobre movimento secundarista de ocupação, seu objetivo é partir dos trabalhos já realizados para substanciar a análise realizada no capítulo seguinte, de forma que se utilizará esta discussão para reconstruir um modelo de organização e de princípios políticos para a luta secundarista naquela conjuntura.

Esse modelo não será construído por mim, ele já se encontra reproduzido em alguns textos que serão discutidos ao longo dessa revisão, por isso, o trabalho aqui é criar um panorama geral das discussões acerca do movimento secundarista de ocupações, dando ênfase aos aspectos organizativos e políticos.

Um levantamento sistemático sobre a produção acadêmica sobre o tema ainda tem de ser realizado, por ora, devo considerar incluída na revisão de literatura apenas dissertações, teses e livros que tive contato com a leitura, há uma clara lacuna, ainda faltam uma série de trabalhos a serem estudados e incorporados à análise, entretanto, o corpo até agora conhecido parece ser suficiente para embasar o início de um trabalho sistemático acerca do MSO.

A tese de doutorado de Steimbach (2018) nos oferece um relato empírico sobre a experiência da Região Metropolitana de Curitiba com imensa envergadura, realizando entrevistas individuais seguidas de quatro grupos focais para substanciar sua análise. Partindo de uma concepção plural de juventude, mas mantendo o lastro material, característico de uma análise neomarxista. Munido por Gramsci, o autor desemboca na conclusão de que o MSO é um movimento contra-hegemônico e que, nesse sentido impele o Estado de uma forma a tomar um espaço estatal subvertendo sua hegemonia pela nova forma possível de organização, mobilização e enfrentamento das questões políticas, por isso, o papel educador do movimento é ressaltado ao constituir a transformação das consciências, sobretudo em uma hegemonia na qual os jovens não podem falar ou serem ouvidos.

Steimbach irá descrever as ocupações chegando a algumas conclusões centrais. Há uma clara oposição dos ocupantes em relação a organizações políticas e representativas, em nenhum dos casos estudados o grêmio, UPES, UBES, UJS e quaisquer organizações representativas tiveram papel preponderante no estabelecimento das ocupações ou de um apoio. Inclusive os estudantes se opuseram a elas por pensarem que tais organizações procuravam liderar um movimento que não ajudaram a construir, as ocupações também são analisadas como lutas apartidárias, apesar de não antipartidárias. Ressaltando o princípio da autonomia.

Para Steimbach, e certamente para os estudantes, a existência dessas organizações contribuiu para o caráter horizontal da organização das ocupações, que foram realizadas em regime colaborativo, sem liderança destacada ou hierarquia estabelecida, mas como um grupo organizado na divisão de tarefas coletivamente, ressaltando o princípio da horizontalidade.

De forma que a oposição entre estudantes secundaristas horizontalmente organizados e as entidades estudantis verticalmente organizadas foi ressaltada, procurando demonstrar a inefetividade da estrutura contemporânea do movimento estudantil organizado. À representação proposta pelas entidades estudantis desengajadas do movimento aparecem as assembleias baseadas na democracia direta, na ausência de lideranças e na produção coletiva das tarefas mediadas pelo trabalho voluntário.

Sobre o princípio da autonomia Steimbach (2018) é bastante restrito, analisa a produção das ocupações como uma forma quase que inteiramente secundarista, dando pouca ou quase ênfase às relações com apoiadores que aparecem em sua maioria das sem citação de organizações políticas. Da mesma forma, o autor analisa o conhecimento dos estudantes sobre as medidas contestadas, no caso, a reforma do ensino médio e a PEC do teto de gastos, para então comprovar a autonomia dos estudantes sobre o movimento.

Em todo caso, a relação entre secundaristas e apoiadores foi bastante ausente, de forma que não é possível inferir deste texto maiores informações sobre o princípio da autonomia por conta desta ausência, apesar de que o autor reforça constantemente o caráter autônomo da luta secundarista.

Os alunos também tiveram a preocupação de ressaltar o caráter formativo das ocupações, com atividades contínuas de educação sendo realizadas dentro do espaço das ocupações. Sendo que rotineiramente eram realizados aulões, atividades, oficinas. Assim como atividades para manutenção da organização das escolas, limpeza e

manutenção da estrutura dos prédios. Steimbach conclui que os alunos tiveram um profundo impacto em suas subjetividades enquanto sujeitos políticos, tornando-se mais conscientes de sua efetividade e de seu poder de ação político, mas também de sua própria existência, constituindo-se na afirmação de sua identidade e do respeito à diferença, da tolerância e da boa convivência mediada por identidades múltiplas. Nesse sentido aparece a afirmação de uma força contra-hegemônica que se manifesta pelo aspecto formativo do MSO.

Steimbach ressaltou em grande parte a repressão sofrida pelo MSO, relatando suas múltiplas manifestações, sobretudo o caráter paraestatal oriundo de contra-movimentos reacionários, sobretudo ligados ao Movimento Brasil Livre – MBL. Segundo o autor, todos os entrevistados relataram violência sofrida pelo movimento, abrangendo ameaças, intimidações e outras violências psicológicas ou físicas.

O caráter da repressão ao MSO variou de ocupação para ocupação, em alguns casos sendo largamente ligada ao aparato estatal de repressão, por vezes funcionários da escola ou pais de alunos foram responsáveis pela repressão, mas mais frequentemente o movimento civil organizado foi responsável pela organização de um movimento de desocupação organizado, se utilizando de táticas como atos de protestos pela desocupação em frente às escolas, vigília das ocupações em carros, arremesso de objetos e explosivos nos pátios das escolas e invasões noturnas. A repressão ao MSO foi uma constante, mas assume caráter específicos em Curitiba e Região Metropolitana por conta da organização dos contra-movimentos.

Mais significativa é a contribuição de Steimbach como fonte histórica, seu trabalho traz em apêndice a transcrição de grupos focais sobre o MSO, tal sorte que, a despeito de se utilizar de uma técnica de pesquisa voltada à enunciação do secundarista sobre si há uma forma coletiva dessa enunciação, resultando em uma perspectiva coletivizada da fala que advém da necessidade de cada integrante do grupo remeter-se a outros que corroboram consigo. O resultado dessa técnica quando comparado com o resultado das entrevistas semiestruturadas é um maior nível de relação entre os relatos e o movimento secundarista de ocupações enquanto manifestação coletiva, enquanto que frequentemente a entrevista semiestruturada direciona a coleta dos dados para uma descrição largamente individual. Por conta disso, os dados apresentados por Steimbach serão integralmente incorporados ao corpus deste projeto.

A dissertação de Carolina Simões Pacheco (2018) é uma referência singularmente importante para a construção deste trabalho, porque sua metodologia de trabalho se destaca ao ser uma etnografia participativa da perspectiva de uma apoiadora. A autora da

dissertação não só apoiou a ocupação, como o fez a partir de sua inserção enquanto militante da organização política Levante Popular da Juventude (LPJ) dentro do C.E Pedro Macedo.

É na participação direta da pesquisadora e militante na luta secundarista que vamos ter acesso aos dados da dissertação, cuja principal fonte é o diário da autora na ocupação.

Esta pesquisa engajada na luta política produz uma perspectiva singular das contradições internas das ocupações, trazendo não apenas uma descrição do processo de ocupação, mas uma perspectiva por vezes crítica e demonstrando a inflexão da sua organização dentro daquele espaço, dando voz também ao apoiador enquanto parte da luta secundarista. Ademais, a pesquisa traz consigo a transcrição de um grupo de discussão com os estudantes que é bastante frutífero. Junto das entrevistas semiestruturadas da pesquisa nacional previamente citadas, esta será a fonte mais utilizada por mim para reconstruir as relações sociais do movimento secundarista de ocupações.

Suas considerações sobre o MSO são bastante parecidas com outros autores, apesar de levantar contradições internas mais frequentemente que outros autores, contudo, ressalta os elementos pedagógico, a formação de uma nova sociabilidade. De original sua contribuição maior é o acompanhamento da dinâmica do cansaço resultante do lutar, cuja descrição é única dentro da bibliografia sobre o MSO.

Pacheco utiliza do método comparativo para particularizar a ocupação na qual se engaja, por isso, há dois momentos específicos na narrativa da autora, um primeiro onde ela relata a visita à ocupação do Colégio Estadual do Paraná (CEP) e um segundo momento, no C.E Pedro Macedo onde a autora de fato irá realizar a maioria de sua pesquisa.

Dessa comparação surge o destaque das diferenças organizativas entre ambas, compreendendo que a ocupação do CEP é fortemente ligada à militantes antifascistas cujo ideário autonomista se destaca, também verifica neste espaço a cartilha *Como ocupar seu colégio?* da *Frente de Estudantes Libertários da Argentina* durante o processo do movimento de ocupações argentino e traduzida pelo coletivo autonomista O Mal Educado, que nada mais é do que um manual de instruções de organização das ocupações de escola, versando sobre a forma decisória, sobre a divisão de tarefas em comissões, sobre a postura do Estado e da mídia, assim como a realização de assembleias partindo da democracia direta.

No C.E Pedro Macedo a situação é um pouco diferente, a ligação com a cartilha autonomista se faz presente, mas vem com algumas contradições internas produzindo conflitos internos sobre a forma de se realizar a democracia direta preconizada na cartilha. Apesar disso, o ideário da organização autonomista se fez presente, mesmo que com forte atuação de militantes do LPJ nessa ocupação.

A autonomia secundarista é relativizada no trabalho de Pacheco, porque coloca em dúvida a possibilidade da construção de uma ocupação independente de agentes externos, demonstrando como laços de solidariedade com apoiadores influenciam fortemente na composição dos espaços internos às ocupações, na estrutura decisória e nos princípios políticos que são realizados.

Isso, entretanto, coloca Pacheco longe de interpretações midiáticas ou do Estado, que procuram aliar as ocupações como fabricações artificiais de sindicatos e partidos, pois no seu caso a autora é capaz de mediar a relação secundarista-apoiador de forma matizada, permitindo-a abordar ao mesmo tempo a produção conjunta que ocorre no espaço da ocupação mantendo a autonomia dos secundaristas em algum nível, autonomia esta que se dá sobre as decisões mais relevantes no tocante às táticas e ações coletivas, permitindo que se conheça de perto o processo decisório da ocupação e matizando interpretações que podem exagerar a autonomia secundarista ou então exagerar a influência dos apoiadores na produção de uma ocupação, tal sorte que a autora partindo da posição de apoiadora reconhece a influência dos militantes do LPJ e antifascistas dentro da ocupação do colégio, mas também permite reconhecer o limite das ações desses grupos políticos e as ações independentes dos estudantes.

A dissertação de Isabela Batista Silveira (2019), procura partir de entrevistas semiestruturadas de mulheres que atuaram nas ocupações secundaristas de segunda onda procurando a um só tempo pensar o protagonismo feminino das ocupas e o processo do 'auto-fazer-se' da classe (E.P Thompson) em um contexto em que a luta das mulheres se funde cada vez mais com a luta de classes.

A autora conclui que as ocupações aparecem como espaços de fortalecimento das percepções positivas acerca da vivência feminina, ao mesmo tempo que um momento de articulação com outras opressões estruturantes da sociedade como raça e classe, sobretudo por conta da divisão de tarefas. Ademais, pensa o MSO como processo de formação da consciência de classes ao mobilizar a cultura, as identidades e as experiências contra um projeto político antagônico aos interesses da classe trabalhadora.

Enquanto parte de uma das determinações da classe partindo da referência a Angela Davis, o gênero aparece com uma das experiências formativas da consciência nas

ocupações, visto que várias das entrevistadas por Silveira foram iniciadas aos debates de gênero e feminismo pelas ocupações, entretanto, a experiência das ocupações não se limita ao debate de ideias acerca da igualdade de gênero, mas pela aplicação prática dessas ideias mediante a divisão de tarefas empregadas de forma voluntária e contestando a presença de lideranças explícitas, mas permitindo lideranças tácitas femininas na parte organizativa, resultando inclusive na conscientização dos homens ocupantes pela própria necessidade sentida pelas mulheres ocupantes em lidar com eles de forma didática e firme, o que para a autora representa uma própria necessidade para a superação do patriarcado enquanto determinação combinada ao capitalismo e ao racismo, aparece aqui o conceito de empoderamento como chave para pensar o processo formativo do auto-fazer-se das mulheres (e portanto da classe) nas ocupações.

As ocupações aqui aparecem como espaços de fortalecimento das percepções positivas acerca da vivência feminina, ao mesmo tempo que um momento de articulação com outras opressões estruturantes da sociedade como raça e classe, em um sentido de poder-se afirmar um empoderamento e protagonismo feminino que se apoiam mutuamente. Há de se considerar que a escola fora reinventada pelas ocupações, permitindo novas discussões e uma submissão do modelo inflexível por um modelo relacional, no qual estudantes pautaram suas demandas e a partir delas constituíram-se em um processo de rica formação, resultando em relações raciais e de gênero mais positivas e uma recusa dos dispositivos de controle dos corpos, enquanto o processo de auto fazer-se atua pela experiência de uns com os outros, nas relações concretas situadas na ocupação, local *sui generis* de formação subjetiva e política, e subjetivação política.

A autora trabalha com o conceito de experiência de Thompson para afirmar as ocupações como processos de assimilação, sistematização e compartilhamento de novas experiências que contribuíram para o processo de auto-fazer-se da classe, tida aqui como um agrupamento complexo com uma multitude de determinações culturais historicamente dadas e que se constrói materialmente pela experiência anterior ao processo de formação de consciência de sua classe, processo este dado pela própria luta pelas questões de interesse antagônico na luta de classes. Ao fazer parte de uma determinação da classe, o gênero aparece com uma das experiências formativas da consciência nas ocupações, visto que várias das entrevistadas por Silveira foram iniciadas aos debates de gênero e feminismo pelas ocupações.

Aliada à interseccionalidade, a experiência de empoderamento está presente frequentemente nos relatos citados por Silveira (2019) como um processo de afirmação

de si a partir de percepções críticas sobre sua condição social feminina que possibilita a afirmação do protagonismo e ocupação dos espaços políticos das ocupações. Além disso, a dinâmica de protagonismo feminino também reafirma o princípio democrático e horizontal das ocupações secundaristas.

Parte do princípio da horizontalidade tem grande força na análise de Silveira, pois a divisão de tarefas realizadas nas ocupações pressupõe um trato relativamente igualitário, que produz, por sua vez, a contestação de hierarquias de gênero estruturais na sociedade contemporânea. Nesse processo, a autora permite avançar na compreensão do princípio da horizontalidade para além de um princípio político e que se manifesta no organizativo, pois permite pensá-lo também como ferramenta de prefiguração de uma sociedade de novo tipo pela superação das hierarquias de gênero e sexualidade, aliando essas pautas estruturantes à manifestação de um corpo coletivo da classe que se constitui ao mesmo tempo, não sendo possível no texto da autora a dissociação entre classe e gênero.

Essas opressões são questionadas pelo próprio trabalho nas ocupações, para a autora, é na divisão dessas tarefas de forma a contestar tais hierarquias que se produz em eco um novo tipo de sociabilidade, mas também de subjetividade política pela experiência da classe trabalhadora ao colocar a questão de gênero no centro do debate sobre a organização política e os princípios que a regem.

Scarlett Giovana Borges (2019) tem como objetivo refletir sobre a dialética das experiências cotidianas pensando as transformações da consciência social dos estudantes participantes do MSO a partir de quatro entrevistas semiestruturadas com estudantes de ocupações diferentes, postagens no *Facebook* e reportagens jornalísticas nas ocupações de primeira onda em Caxias do Sul.

A autora vai ressaltar a violência sofrida pelos ocupantes como o maior impeditivo para que se consolidasse o movimento, violência esta que foi consentida pelo Estado e a sociedade, o que Borges constata a partir das postagens do *Facebook* das ocupações e relatos dos estudantes. Fica claro que para a autora, ocupações que não tiveram assembleias para decidir sobre a ocupação tendem a ser mais frágeis em sua organização. Sua maior contribuição é no tratar as ocupações como locais de diferentes desenvolvimentos tratando cada uma das ocupações com suas singularidades e que refletem nos efeitos.

As ocupações são interpretadas na lógica da experiência por vivenciar as contradições do próprio viver escolar e da escolarização, ao agir na contramão da lógica neoliberal as ocupações criaram redes de solidariedade entre as escolas e abriram espaço para a autonomia, o diálogo, a participação dos estudantes dentro de uma outra

democracia escolar, no que Borges chama de transformações para um ideário militante, transformando os estudantes em estudantes militantes. É nesse sentido que Borges vai afirmar que houve no movimento de ocupações um aspecto de aprendizagem política característico que compõe uma aprendizagem modificada, propondo uma nova vida política baseada na horizontalidade das relações, nos laços de solidariedade, no pensamento crítico e democracia direta.

Constata que no espaço da internet se constitui uma polarização entre grupos contrários e favoráveis às ocupas, resultando em uma interpretação da autora que pensa o espaço virtual como um espaço que pode naturalizar a expressão da violência por conta do anonimato, da instantaneidade e do distanciamento geográfico que tornam a violência virtual uma prática comum.

Angela Maria Corso (2020) faz uma análise do MSO focado na cidade de Irati (PR) a partir de entrevistas semiestruturadas, sua tese contribui no sentido de compreender as representações estudantis sobre o movimento, mas traz uma especificidade da análise da juventude iratiense que coloca luz sobre as trajetórias e as representações produzidas.

Ao desenvolver a tese demonstra as desigualdades, as experiências dos ocupantes em suas diferenças, sobretudo marcadas por uma realidade neoliberal que os força à precarização laboral e escolar, marcados por divisões de gênero e sexualidade, repressão familiar onipresente sobretudo sobre as mulheres. Ressalta a situação para com a repressão, menos presente do que em outras cidades, assim como da especificidade do movimento de desocupação ter sido articulado pela secretaria de educação, ainda trata das tensões familiares sentidas pelos ocupantes.

Houve ainda a menção de algumas especificidades da ocupação na cidade, como a relação entre gêneros, ressaltada pela autora como uma “ajuda” dos meninos às meninas, o que foi reproduzido pelos relatos secundaristas sobre o trabalho doméstico na ocupação, o que leva a autora a pensar que as relações de gênero antes de serem subvertidas acabaram por assumir uma lógica da manutenção da estrutura do trabalho feminino-doméstico, mas agora aliado ao trabalho masculino-doméstico em momentos de maior penúria ou necessidade, por isso pode-se dizer que antes de reconstituir a representação masculina sobre o trabalho doméstico em direção à reconstrução estrutural desse trabalho há uma reprodução da estrutura patriarcal do trabalho, onde o feminino mantém-se responsável pelo trabalho doméstico, cuja função masculina é essencialmente a ajuda, um estatuto que dirime a responsabilidade.

Outra dimensão foi a tutela adulta das ocupações iratienses constatada pela autora, afirmando que havia sempre um “responsável pelas ocupações” presente,

entendido como um adulto, o que indica para a autora que os próprios secundaristas não se entendiam como responsáveis. Essa dimensão permite pensar o princípio da autonomia sob outra lente, pois se alguns autores consideram que a autonomia foi central para a autodeterminação do movimento, Corso não considera isso um aspecto central e considera importante que as ocupações tivessem indivíduos mais velhos que atuavam também em relações de cuidado dentro da ocupação.

Analiticamente a autora vai concluir que a ocupação possui a função de transformar os indivíduos que ocuparam em sua relação com a escola e com o mundo, aqui a autora altera pelo menos em certa medida o escopo de análise, pois se antes trabalhava com a noção de juventude, de representação social e de classe (amparada pelo materialismo histórico-dialético) passa a constatar o elemento individual em sua transformação, o que a retira do âmbito coletivo em sua transformação. Ela constata que as ocupações se constituíram como processos de experiência de vida significativas no sentido de que a vida seria constituída a partir de suas experiências e que elas constroem a visão de mundo do sujeito, que se apreende enquanto sujeito histórico e político, constatando a dimensão do aprendizado político via experiência, retomando os temas abordados por Thompson.

David (2019) realiza uma pesquisa parecida com a de Corso, mas para a cidade de Francisco Beltrão trabalhando com entrevistas semiestruturadas, mas também se valendo de dados de jornais e mídias sociais. Como muitos outros até aqui, vale-se do conceito de experiência em Thompson.

A autora vai ressaltar a tendência autonomista do movimento, assim como sua utilização das redes sociais para organizar e formar politicamente seus membros, assim como a divulgação de abusos do Estado contra os ocupantes, parte do pressuposto postulado por Paes e Pipano (2017) de que as ocupações tiveram uma orientação utópica. Vai apontar para a repressão do movimento, assim como da ação da mídia de criminalizar o movimento.

As ocupações sofreram com a mídia local e a comunidade externa, se intensificando a partir da "campanha Desocupa", que resulta no fortalecimento das tentativas de desocupações, assim como a presença da força policial nestas ocasiões. Além do mais, Francisco Beltrão é responsável por um acontecimento único no MSO, o caso de uma audiência pública no Fórum da cidade onde os estudantes foram abertamente atacados pelo Estado, pela comunidade e pelo movimento de desocupação.

A autora também vai trabalhar com os movimentos contrários às ocupações, organizados principalmente em torno do Jornal Beltronense (JB), o que é relevante para

se pensar a experiência do conflito entre os estudantes, suas reações e seus pensamentos sobre as relações conflituosas construídas. David vai analisar as matérias do JB e demonstrar como 13 das 15 matérias do jornal sobre as ocupações tiveram orientação pejorativa, com o objetivo de deslegitimar as ocupações e construir argumentos contrários à ela, algo abertamente reconhecido entre os estudantes.

A maior contribuição da autora é trazer um relato de alta qualidade sobre a história do MSO no caso de Francisco Beltrão, procurando ligar suas especificidades e nos permitindo pensar a relação dela com o todo, suas conclusões são bastante similares aos outros trabalhos sobre o movimento, o que também é um efeito da mobilização do mesmo referencial teórico, E.P. Thompson.

As ocupações, por conta da experiência dos estudantes, se efetivam em um processo formativo, que prefigura formas escolares distintas. Partindo de teóricos da educação popular marxista, a autora pensa na auto-organização e na autogestão dos estudantes como parte da experiência formativa que se daria pela própria atuação prática da democracia direta. Seu resultado seria a constituição de um "espírito" auto-organizativo. Sob outra lente, relata a função da divisão do trabalho horizontal dos estudantes para combater hierarquias estruturais de gênero manifestas ideologicamente por meio de estereótipos.

Por isso, pode-se dizer que a autora corrobora com o princípio da horizontalidade pensando que a auto-organização dos estudantes se dá de forma autônoma e sob o princípio da democracia direta, permitindo com que os estudantes formem-se no processo do agir, da experiência de lutar.

A participação em um movimento de democracia ampliada no sentido da horizontalidade traz uma compreensão da realidade educacional em sua possibilidade de mudança, assim como com a sociedade como um todo. Quando retorna à classe a autora traz um dado interessantíssimo, mas não problematizado, que é o fim das ocupações secundaristas em Francisco Beltrão terem resultado na construção coletivos, mas que se manifesta na reativação da UBES Beltronense, da UJS e alguns coletivos do PT e do PSOL.

Torresan (2019) tem uma abordagem largamente diferente sobre o movimento secundarista de ocupações, dado que procura analisar as redes sociais comparando páginas do *Facebook* secundaristas com a página do MBL (escolhendo não trabalhar com páginas como Jornalistas Livres, Mídia Ninja ou CWB contra Temer).

O resultado é bastante revelador no sentido de demonstrar uma larga diferença entre os engajamentos de um e outro, com larga vantagem para o MBL, mas também de

demonstrar como o tom do debate secundarista se afasta das pautas concretas na qual os estudantes se engajaram, deixando campo aberto para o MBL ressignificar o debate em torno do PT, por vezes se utilizando de argumentos ideológicos ou falsos em torno de uma narrativa antipetista.

O autor também problematiza a desigualdade de recursos entre o MBL profissionalizado e o MSO, largamente amador, mas que também tinha uma série de outras atividades no movimento além de manejar as redes sociais. Junto de uma forma comunicativa complexa, difusa e altamente personalizada, essas condições transformam o MBL naquilo que Torresan considera como o maior adversário das ocupações.

Para o autor, o movimento fracassou em capilarizar-se na população e foi isolado, suas mídias sociais refletem esse comportamento à medida que Torresan demonstra como os ocupantes não foram capazes de discutir a realidade problemática da Reforma do Ensino Médio ou da PEC 241 na esfera pública, a despeito de uma considerável quantidade de discussões internas sobre a reforma, que impede com que o movimento imprima suas pautas a nível nacional na tentativa de construir apoio popular massivo.

O que também não implica na conclusão contrária de afirmar que se as ocupações tivessem feito campanhas massivas nas redes sociais contra a Reforma elas teriam atingido o êxito, há de se considerar que a legitimidade do discurso da reforma do ensino médio estava em disputa e, como Torresan tem o mérito de afirmar a possibilidade do MBL ter se omitido de discutir a Reforma se deu justamente pelo fato das ocupações serem incapazes de discuti-la efetivamente, logo, se elas possuíssem a capacidade de imprimir críticas concretas à reforma do ensino médio ligadas a ações concretas e uma tentativa de angariar apoiadores a sua causa é possível pensar que isso seria acompanhado de um contra-discurso do MBL e dos órgãos de mídia tradicional em defesa da Reforma do Ensino Médio.

Uma das conclusões de Torresan sobre a relação das ocupações com o MBL é bastante significativa, pois ele afirma que ao MBL entrar na arena de disputa política alteraram-se parcialmente os esforços de comunicação dos estudantes, mas também porque não houve entre os estudantes habilidade, experiência acumulada, tempo e estrutura suficientes para trabalhar uma ação comunicativa para responder aos ataques tanto virtuais (pela utilização do antipetismo) quanto presenciais (construção de apoio popular em um apelo anti-ocupação que fortaleceu grupos locais de desocupação e a criação de outros) realizados pelo MBL.

Torresan ainda termina o texto em uma tônica fatalista pois para ele, as ocupações ressaltam o que ele considera ser uma tendência na política atual que se dá pela

utilização mais bem pensada pela direita e ultra-direita das redes sociais para propagarem suas ideias à sociedade do que as mobilizações políticas de esquerda, pois possui a faculdade de se pautar concretamente pela personalização e utilizando-se da comunicação digital em larga escala, enquanto que o maior poder de barganha dos ocupantes se deu justamente pela ocupação de prédios públicos.

Aqui saio do ambiente das teses e dissertações para adentrar o dos livros. Em 2016, poucos meses depois das ocupações em São Paulo e antes disso se tornar uma onda de fato, é escrito *Escolas de Luta* de Antonia M. Campos; Jonas Medeiros e Marcio M. Ribeiro. Este é um livro seminal para o estudo do MSO, leitura obrigatória para qualquer pesquisador que se aventure em pensar não só a luta secundarista, mas esse tempo histórico e seu movimento, por algumas razões fundamentais.

A primeira e mais óbvia é que o *Escolas de Luta* compõe a pesquisa de maior envergadura já realizada sobre o MSO, foram 30 entrevistas em todas as regiões da capital paulista e da região metropolitana quando da primeira fase ou onda do movimento secundarista de ocupações na luta contra a reorganização escolar do estado de São Paulo, resultando naquilo que é, até hoje, o melhor relato da experiência das ocupações escrito. O nível de detalhes e dados presentes no livro o tornam uma referência fundamental, insubstituível para o estudo do MSO. Não à toa são raros os pesquisadores que não o citam em seus trabalhos.

A segunda, é que o livro também inaugura uma tendência histórica de pesquisa, descrição e interpretação sobre o período ainda intocada. Metodologicamente, inicia-se a tendência de pesquisar o tema partindo de entrevistas semiestruturadas, algo que se mantém até hoje.

A descrição do *Escolas de Luta* segue uma forma bastante característica, que, à primeira vista, parece ser uma particularidade da sua forma de exposição do tema, caracterizada por sua notória “Nota Metodológica” ao início do texto:

Tanto quanto fomos capazes, optamos por reconstruir a luta contra a ‘reorganização’ escolar da perspectiva dos estudantes. Com este recorte, acabamos por não privilegiar outros caminhos que também seriam válidos, mas provavelmente menos ricos, como o acompanhamento exaustivo da grande imprensa, uma análise profunda da política pública da ‘reorganização’ ou a reconstrução da atuação dos grupos políticos apoiadores — no último caso, tentamos apenas iluminar o lugar destes do ponto de vista dos estudantes (Campos Medeiros; Ribeiro, 2016, p. 17).

A perspectiva secundarista sobre a luta secundarista domina o ponto de vista da produção acadêmica, se isso é uma vantagem em determinados momentos, impedindo

vieses adultocêntricos, ou então o ponto de vista de organizações políticas sobre o MSO, em outros impede que haja uma mediação clara entre esse ponto de vista dos secundaristas e a totalidade, dado que o ponto de vista secundarista é exatamente isto, um ponto de vista, e portanto uma particularidade interpretativa sobre os fatos que devem ser cotejados tendo em mente a totalidade, pelo menos para o materialismo histórico-dialético.

A alta qualidade do trabalho realizado no *Escolas de Luta* condensa em si uma orientação dos estudos de juventude no Brasil que já vinha se desenvolvendo desde a década de 1990, e que se expressa melhor em autores como Juarez Dayrell (2003; 2007) e Marília Sposito (2000), que procuram dar ao sujeito a perspectiva da interpretação sobre o sujeito, algo que, para a análise da particularidade da juventude em sua desagregação plural faz sentido por permitir a compreensão não estigmatizada do jovem, porém, quando a juventude se coloca em movimento como corpo coletivo ela o faz movimentando-se menos como uma série de pessoas desagregadas pela diversidade interior a esse corpo coletivo, e sim pela superação da negatividade da diversidade, o que se manifesta por uma identidade própria, que é, por isso mesmo, uma particularidade de classe que é largamente incompreendida pela própria juventude no caso do MSO.

Saindo do âmbito da discussão sobre o campo da produção intelectual sobre o MSO, devo voltar à discussão das conclusões sobre o livro de Campos; Medeiros e Ribeiro (2016). Os autores monitoram a luta secundarista desde os momentos anteriores das ocupações, quando das primeiras movimentações dos estudantes no *Facebook*, assim como os atos esporádicos e os atos centralizados na cidade de São Paulo, culminando nas ocupações de escola e chegando à “revogação” da reorganização por parte de Alckmin, de forma que o estudo possui grande envergadura e manifeste a totalidade das movimentações secundaristas naquele período.

Na análise dos autores, o movimento secundarista de ocupações surge a partir de uma tensão entre organizações tradicionais dos movimentos sociais e os setores autonomistas, tensão esta que se generaliza por diversas outras manifestações do MSO, mas que no caso de São Paulo é solucionada com a preeminência autonomista perante as organizações tradicionais, estas majoritariamente controladas pela estratégia democrático-popular.

Reconhece-se a importância dos setores autonomistas na constituição das ocupações — via divulgação da cartilha *Como ocupar seu colégio?* —, mas desconsidera essa atuação no movimento secundarista como direção, para os autores se trata de uma atuação catalisadora, na qual o coletivo O Mal Educado teria sido capaz de canalizar uma

demanda latente pela radicalização da luta via apresentação de uma tática de ocupação das escolas.

Consolidadas as ocupações aparecem aquelas características que permeiam grande parte das interpretações sobre o movimento secundarista, os princípios da autonomia e horizontalidade, apesar de serem descritos pela primeira vez de forma sistemática neste livro, me parece que para citá-los posso recorrer também a outros textos dos autores do *Escolas de Luta*, especificamente Medeiros; Januário; Melo (2019) e Campos (2019) que auxiliarão na exposição do que vem a ser tais princípios.

O princípio da autonomia foi sintetizado por Campos; Medeiros e Ribeiro da seguinte forma: “A palavra-chave utilizada pelos estudantes em todos os episódios é ‘tomar a frente’: respeitar o protagonismo estudantil e a autonomia dos alunos na direção do seu próprio movimento”⁶, como isso se manifesta na prática é que “toda ajuda sempre foi bem-vinda, mas qualquer tentativa de intromissão ou direção exógena seria denunciada como intolerável”⁷.

O princípio da horizontalidade, se manifesta na divisão de trabalho realizada por comissões voluntariamente apontadas e composição rotativa, assembleias secundaristas com direito amplo de voz e voto assumiu a técnica decisória central e nesta organização foi possível perceber a constante preocupação em utilizar a divisão de trabalho para contestar relações sociais misóginas. Também é característica desse princípio a ausência de lideranças e a tensão com secundaristas que procuravam posicionar-se em uma posição de liderança explícita, apesar de haver lideranças tácitas no desenvolvimento do MSO.

Essa forma de organização está minuciosamente descrita na cartilha autonomista *Como ocupar seu colégio?* traduzida pelo coletivo O Mal Educado, recorrendo a assembleias diárias e pela democracia direta, pela formação de comissões para determinadas funções como alimentação, limpeza, comunicação interna e externa, etc., e, apesar de diferenças significativas entre cada ocupação, quando ambos os princípios se manifestaram isso se deu majoritariamente pelo sucesso dessa cartilha, e portanto, manifesta forte relação dos setores autonomistas da luta com o MSO.

O terceiro princípio organizativo, a primazia da pauta/imediatismo da ação — este mais sintomático do fracasso da estratégia democrático-popular e do período de crise de hegemonia no movimento da classe trabalhadora — aparece junto das chamadas redes de ativismos na cidade de São Paulo, identificada no MSO pelo coletivo O Mal Educado. Em termos práticos resulta na ausência de instância deliberativa centralizada como

⁶ Campos; Medeiros; Ribeiro (2016), p. 160.

⁷ Medeiros; Januário e Melo, 2019, p. 24

pressuposto da unidade de ação, pois esta foi assegurada pela pauta e tática: “Estudantes em torno de uma só estratégia e uma só pauta: ocupar até o governo recuar. [...] todas as escolas ocupadas permaneceriam unidas em torno de uma única pauta e estratégia e não seria mais possível, por exemplo, que o governo tentasse negociar escolar por escola”⁸.

Pode-se dizer que a primazia da pauta constitui uma forma de intransigência tática — o que não quer dizer que outras táticas não foram incorporadas na luta —, o imediatismo da ação configura-se quase que literalmente e acompanha a primazia da pauta, pois antes de buscar consensos estáveis sobre determinado problema social unifica-se buscando “uma vitória coletiva em torno de uma pauta bem definida”⁹. Portanto, pode-se dizer que aquilo que garante a unidade de ação é a pauta e a ação, em detrimento de uma estrutura externa organizada — um movimento social homogêneo ou um partido.

É também no *Escolas de Luta* que surge a primeira interpretação acerca do elemento pedagógico do movimento. Os autores vão extrair das entrevistas a noção de que “a cada dia o mesmo exercício se repete, fazendo da ocupação um espaço formativo único e precioso, como os próprios estudantes reconheceram. O aprendizado percebido é de diferentes ordens: vai do político ao psicológico e rompe radicalmente com o que aprenderam nas escolas.”¹⁰.

No aspecto político os autores afirmam que ao contrastar as atitudes autoritárias do governo Alckmin e a democracia direta das assembleias constitui-se um aprendizado acerca da democracia, sob o aspecto da sociabilidade pode-se dizer que há um rompimento do individualismo em favor de uma “união” rompendo com a divisão social por grupos de interesses pessoais normalmente existente dentro das escolas, mais além, desafiou-se as relações de gênero predominantes junto da divisão sexual do trabalho expressado pelo protagonismo feminino das mulheres ocupantes e da sociabilidade de pessoas LGBT em desafio à própria atitude repressora das escolas para com os estudantes que acaba por reforçar estruturas binário-generificadas na sociedade. Segundo os autores: “as ocupações também ajudaram os alunos a visualizarem uma escola diferente, mais democrática e com aulas prazerosas.”¹¹. Sobretudo porque as atividades realizadas destacaram temas controversos e frequentemente ignorados pela

8 Campos, 2019, p. 85.

9 Ibid, p. 82.

10 Ibid, p. 133.

11 Ibid, p. 149.

escola tradicional, estando problemas de gênero, sexualidade, racismo entre os mais citados.

Trata-se de uma atitude político-pedagógica dos estudantes que, ao fazer as atividades das ocupações, reivindicam uma educação que dialogue com as experiências estudantis, mas sobretudo que rompa com o marasmo das aulas tradicionais e que tenha como ponto central a participação dos estudantes na definição das práticas educacionais, coadunando com aquilo que os autores pontuam como central da educação sob a perspectiva dos estudantes secundaristas: “o pensamento crítico é parte fundamental de uma ‘educação de qualidade’”¹². As ocupações para os autores assumem as atividades formativas citadas acima por ser o aspecto educacional em falta na educação tradicional, mas que os estudantes ainda valorizavam as disciplinas tradicionais e que isso expressa a “valorização dela [escola] como espaço de formação”¹³.

Outra contribuição do livro é caracterizar a repressão na primeira onda, pois nela aparece uma forma de repressão combinada entre a repressão violenta e ideológica, de forma que o governo do estado recorre à perseguição de alunos fora das escolas e à dispersão violenta de protestos, mas também ao que ficou conhecido como “guerra da informação” em um áudio vazado pelo Jornalistas Livres¹⁴. A tática a partir deste momento seria a “guerra da informação”, incluindo desinformação e informações falsas sobre as ocupações para deslegitimar o movimento estudantil.

Um segundo livro dessa escola foi produzido, uma coletânea de uma série de pesquisadores de todo o Brasil e que, de uma forma ou de outra, são tributários da mesma linha epistemológica e interpretativa que os autores do *Escolas de Luta*, este livro é o “Ocupar e Resistir: Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)” de Jonas Medeiros, Adriano Januário e Rúrion Melo.

Este livro traz treze artigos, todos eles são estudos de caso e focam em algum eixo temático ligado ao movimento secundarista de ocupações, o livro se separa em três partes, uma primeira parte foca nos movimentos estaduais, a segunda trata dos movimentos nacionais, enquanto que a terceira abarca eixos temáticos: protagonismo feminino e LGBTQI+; relação com o poder judiciário; estudo comparativo entre os movimentos cotejando interpretações sobre a sociedade civil e a esfera pública.

Em todos os textos há uma orientação contínua de descrição das características das ocupações em suas particularidades, entretanto, é na introdução escrita pelos

12 Ibid, p. 153.

13 Ibid, p. 153.

14 Secretaria de Educação prepara “guerra” contra as escolas em luta!. Jornalistas Livres. 29 nov. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=68qbymS6Xvc>. Acesso em 4 mar. 2022.

organizadores que aparecem os princípios referidos, tidos como norteadores da compreensão do movimento naquilo que é mais fundamental: a auto-organização, defesa da legitimidade da ação direta¹⁵, aponta a tensão com o Estado, destaque para os elementos formativos e subjetivos do movimento: “Os estudos de caso são praticamente consensuais no sentido de afirmar que as ocupações de escolas tiveram um impacto direto nas trajetórias de vida dos estudantes, tendo um de seus principais significados de processo de aprendizagem e de formação de sujeitos políticos” (Medeiros; Januário e Melo, 2019, p. 29).

Além do texto de Antonia M. Campos previamente citado, dois capítulos do livro foram importantes para a construção desta monografia. O primeiro é o artigo de Tavares e Veloso (2019) que produzem uma análise do elemento territorial do movimento a partir de Badiou (2012) que se tornou uma fonte teórica significativa para os estudos por mim realizados, de forma que a dimensão da revolta histórica como analisada pelos autores serviu fundamentalmente para consubstanciar a parte onde discuto o elemento territorial das escolas, assim como a concentração, intensificação e localização da luta. A parte da judicialização da luta é particularmente importante para pensar o MSO, entretanto, porque não faz parte do objeto desta monografia deixo de lado as importantes considerações dos autores, assim como de outro capítulo do livro feito por Tavolari e Barbosa (2019) que aborda a mesma temática.

Coelho (2019) é importante porque ao analisar as ocupações de primeira onda no Rio Grande do Sul demonstra algo que ao longo desta monografia foi bastante significativo, a relação entre secundaristas e apoiadores, assim como a disputa entre entidades estudantis e outras organizações políticas apoiadoras.

É significativo que no Rio Grande do Sul as entidades estudantis controladas pelo PCdoB e pelo PPL tiveram papel importante na construção das ocupações, mas logo começam a surgir ocupações com uma orientação política divergente das entidades e ligadas ao autonomismo, formando um Comitê de Escolas Independentes (CEI) cuja forma de atuação foi bastante similar aos princípios organizativos até aqui descritos.

Uma orientação fundamental do CEI foi o rompimento com as entidades estudantis e qualquer organização que “lhes tirariam o protagonismo (ou às que julgassem capazes de fazê-lo). A A recusa, portanto, voltava-se a práticas marcadas pela hierarquia verticalizada e pelo aparelhamento, e não às organizações em si.”¹⁶. Ao descrever uma

15 Ação direta é uma tática utilizada por movimentos sociais, historicamente bastante ligada às correntes anarquistas e autonomistas, mas não só. Seu objetivo pode variar, desde a criação de correlação de forças onde não há, sendo um instrumento de pressão contra as forças do Estado ou do capital, ou então uma forma de defesa contra a repressão. A ocupação de escolas pode ser vista como uma ação direta no primeiro sentido.

16 Coelho, 2019, p. 177

dessas situações o autor demonstra a relação direta entre o CEI e duas organizações autonomistas, a Federação Anarquista Gaúcha (FAG) e O Mal Educado.

Essas organizações passaram a participar das ocupações enquanto apoiadores justamente pela identificação política entre estudantes e organizações, mas também pela inserção prévia dentro da escola por parte de uma professora. Além disso, o Alicerce (coletivo do PSOL) e o PSTU também estiveram presentes na ocupação e segundo o autor isso se deu por conta de suas tendências de respeito ao protagonismo e à autonomia dos estudantes. Portanto, o signo da autonomia é fundamental para organizar as ocupações descritas pelo autor, designando justamente quem e como se pode tornar um apoiador legitimado pelas ocupações.

O princípio da horizontalidade também foi radicalmente presente, havendo estruturas de decisão ligadas à assembleia. Apesar disso, duas secundaristas se destacaram como lideranças orgânicas do movimento, tomando a iniciativa em determinados momentos, o que leva o autor a afirmar que:

Embora as decisões mais relevantes fossem tomadas em assembleia, a prática militante acabava por estabelecer lideranças informais, em uma distinção que era percebida, aceita e respeitada – mesmo que, às vezes, sem total clareza – por todos. Em momentos de tensão, em atos ou menos na organização cotidiana, o destaque e a influência desses indivíduos é considerável. De qualquer forma, a preocupação com a distribuição do poder decisório era constante e autêntica no movimento e o papel de liderança informal não era transformado no papel de dirigente. (Coelho, 2019, p. 179).

Aqui aparece algo que está presente também no *Escolas de Luta*, a afirmação de que há uma diferença entre direção e liderança, de forma que a direção é em ambos os casos entendida como um tipo específico de liderança que se destaca da decisão coletiva e impõe de cima a baixo as decisões para o movimento, entretanto, desconsidera como uma direção pode tanto ser impositiva quanto democrática, na realidade, a diferença entre direção e liderança aqui faz parte de uma disputa semântica em torno do signo da horizontalidade.

Um outro livro foi organizado por Adriana Alves Fernandes Costa e Luis Antonio Groppo em 2018, trata-se de uma coletânea sobre o movimento secundarista de ocupações *O movimento de ocupações estudantis no Brasil*

Separado em duas partes, o livro se inicia com um panorama sobre as ocupações tomadas em seu tempo histórico ligado à educação brasileira desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, além das lutas juvenis no Brasil. Há como pano de fundo nessa primeira parte a crise do sistema político representativo, a crise econômica e a derrocada

de direitos humanos e sociais via transição para a hegemonia neoliberal na sociedade. A segunda parte foca em estudos sobre os movimentos de ocupação ocorridos em 2015 e 2016.

A maioria dos artigos no livro não destoa do que foi delineado até aqui, mas há uma contribuição singular ausente em outros compêndios sobre o movimento secundarista de ocupações, a entrevista com a secundarista Ana Julia Ribeiro, trata-se de uma singularidade dentro das produções editoriais sobre o MSO que traz uma entrevista direta como parte dos textos.

Cotejando a produção acadêmica sobre o movimento secundarista de ocupações pode-se perceber um consenso nos estudos voltado para os termos de sua capacidade de construir um espaço formativo, de construção de sujeitos políticos (apesar de haver discordância sobre quem é esse sujeito político), entretanto, não há pesquisas que hoje procuram explicar a razão pela qual o movimento se constituiu com essa formatação e não outra, como o processo de desenvolvimento do próprio movimento (em sua interação consigo mesmo, com elementos externos ou externados e com as relações sociais legadas ao movimento) molda essas características tão frequentemente ressaltadas, e mais significativamente, quais as consequências desse sujeito político construído nas ocupações, como o sujeito político criado pelas ocupações se insere dentro da realidade política da contemporaneidade.

A partir disso é preciso se perguntar, o que é o modelo dos princípios organizativos e políticos do movimento secundarista de ocupações que serão utilizados para substanciar o capítulo seguinte? Ambos são princípios ao mesmo tempo políticos e organizativos, pensando aqui em uma lógica prefigurativa do protesto político, ou seja, estamos falando de uma análise do MSO que considera que há uma homologia entre a forma organizativa, a sociabilidade e os objetivos do próprio movimento político.

Na revisão de literatura se observa que a maioria dos analistas sobre o MSO concordam que houve autonomia e horizontalidade na forma decisória dos estudantes. O que significa dizer que, por um lado, os estudantes produziram alheios às organizações tradicionais da classe trabalhadora o seu protesto político, recorrendo à sua força e a sua criatividade política produzindo um protesto de tipo novo.

Esse princípio da autonomia era regido por uma forma de relação com agentes externos, ou seja, qual o grau de relação permitida para uma ocupação com relação aos seus contemporâneos que se posicionam como apoiadores. Essa relação foi gerida, partindo desse modelo, por um distanciamento específico ou um por uma ética tácita da inserção no MSO.

Havia um limite para a ação dos apoiadores, esse limite é o que pode ser chamado de “protagonismo dos estudantes”, considerado como a legitimidade dos estudantes se liderar o processo, estar a frente da luta e tomar as decisões relevantes naquele local. Isso ficou consagrado no termo “tomar a frente”, descrito no *Escolas de Luta*. Este tomar a frente nada mais é do que conduzir ou dirigir o processo, e era decidido pelos próprios secundaristas.

Assim, se separa uma ação apoiadora legítima de uma ação apoiadora ilegítima ou intolerável, segundo o princípio, os secundaristas reagiriam contra qualquer ação ilegítima rompendo laços com esses apoiadores. Por isso, pode-se pensar como os estudantes secundaristas produzem uma forma de se manterem como legítimos portadores da luta secundarista em oposição à organizações políticas que podem atuar no sentido de cooptar estes estudantes, constituindo-se como uma ferramenta de defesa contra intromissões externas.

O princípio da horizontalidade é significativo em outro sentido, pois orienta a forma decisória e a divisão de trabalho das ocupações. Se manifesta na divisão de trabalho realizada por comissões voluntariamente apontadas e com composição rotativa, decisões por assembleias diárias com voz e voto para todos os estudantes (mas não para apoiadores) e uma preocupação constante em utilizar a divisão do trabalho para contestar relações sociais misóginas.

É importante sobre o princípio da horizontalidade ressaltar que ele foi um ponto de constante orientação para o próprio princípio da autonomia, organizações que por via de suas ações procurassem romper com a horizontalidade passavam a se tornar ilegítimas e, portanto, suas relações com as ocupações passariam a ser prejudicadas. Por isso, ambos os princípios se coadunam e agem conjuntamente para produzir uma forma político-ideológica específica, mantendo uma certa distância com relação a uma série de organizações, sobretudo as entidades estudantis tradicionais.

A horizontalidade pressupõe uma ausência de lideranças, ou pelo menos, uma ausência de liderança explícitas. Este ponto é profundamente importante para pensar como o MSO vai se organizar, porque por mais que tenham havido lideranças tácitas, em nenhum momento o princípio da horizontalidade irá tolerar uma liderança que se expresse publicamente como tal, ou seja, a tentativa de dirigir o movimento está negada pelo princípio, e por isso mesmo secundaristas que passaram a se destacar enquanto lideranças estavam suscetíveis à represálias dentro do movimento pelos outros secundaristas em função do princípio da horizontalidade.

Esses dois princípios são generalizados como princípio do protagonismo, que é a forma com que apoiadores lidam com o MSO, orientando sua inserção no movimento pelo respeito à autonomia estudantil e à horizontalidade, posicionando-se de acordo. Isso é generalizado para o todo do movimento secundarista de ocupações por Medeiros; Januário; Melo (2019) da seguinte forma: "Em todos os demais estados foi possível verificar como esta demanda de manutenção do protagonismo secundarista pautou a relação com os atores externos: toda ajuda sempre foi bem-vinda, mas qualquer tentativa de intromissão ou direção exógena seria denunciada como intolerável" (p. 24).

Contudo, é preciso conferir se de fato essa demanda de protagonismo secundarista se pautou desta forma com relação aos atores externos, porque o texto, publicado em 2019, pode ser analisado à luz de novos dados com a pesquisa nacional das ocupações secundaristas, cujas entrevistas semiestruturadas foram publicadas em 2021. É por isso, que é necessário cotejar o modelo do protagonismo, como forma política e organizativa, com as novas informações disponíveis aos pesquisadores do MSO. É a este fim que o trabalho se dedica no próximo capítulo.

4 O MODELO DA AUTONOMIA E HORIZONTALIDADE REVISITADO, O ASPECTO TERRITORIAL DO MOVIMENTO SECUNDARISTA DE OCUPAÇÕES

Este capítulo se dedica a apresentar e discutir os dados acerca da territorialização do movimento secundarista de ocupações em relação aos princípios organizativos e políticos. Para isso, é necessário iniciar uma discussão a partir da região metropolitana de Curitiba, especificamente São José dos Pinhais e Curitiba, e então submeter as ocupações do interior do Paraná a comparação.

Para além disso, é necessário discutir a produção de uma ocupação enquanto nova manifestação da luta secundarista, por isso, é necessário discutir a relação dos ocupantes com agentes externos ao movimento, especificamente aqueles favoráveis às ocupações, procurando compreender de que forma as relações sociais produzidas ao longo das ocupações se relacionam com as ocupações em sua manifestação organizativa e política.

Por efeito dessa discussão, é necessário realizar alguns breves comentários sobre a difusão do movimento secundarista de ocupações no território para dar algumas indicações acerca do desenvolvimento lateral e progressivo das reivindicações e da tática utilizada pelo movimento secundarista, ou seja, aquilo que por vezes é chamado de “efeito de contágio”.

Esse subcapítulo nasce diretamente do debate com uma corrente específica de trabalhos sobre o MSO sintetizada pelos livros *Escolas de Luta e Ocupar e Resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)*, pois se trata da forma de relação interna e externa do movimento secundarista de ocupações. Mais do que isso, é importante pensar a interpretação destes trabalhos cotejando-os com novos dados indisponíveis na data de lançamento do livro;

De forma sintética os autores generalizam esses princípios – da autonomia, horizontalidade e organizativo – para o todo das ocupações: “Em todos os demais estados foi possível verificar como esta demanda de manutenção do protagonismo secundarista pautou a relação com os atores externos: toda ajuda sempre foi bem-vinda, mas qualquer tentativa de intromissão ou direção exógena seria denunciada como intolerável”¹⁷.

Campos (2019) traz um dado significativo para pensar a relação que vou trabalhar aqui, primeiro: “a participação direta nos processos de decisões dentro das ocupações era fundamental para os estudantes na medida em que garantiria uma *autenticidade* para a

17 Medeiros; Januário; Melo, 2019, p. 24.

ação política, sendo esta vivida (e não contemplada) pelos adolescentes”¹⁸, essa autenticidade para a autora adviria da democracia direta e da horizontalidade. Um outro aspecto, e este é mais importante, é que a autora identifica corretamente uma “identidade coletiva secundarista”, uma autoidentificação que se cristaliza sob a percepção da união dos estudantes em luta.

A autoidentificação do secundarista é um aspecto fundamental do MSO para a autora e é um fenômeno que ocorre com maior ou menor intensidade na maioria dos locais onde o movimento esteve presente, aqui chamarei esta autoidentificação de identidade secundarista. Argumenta a autora que a identidade secundarista se afirma pela noção de autenticidade da luta. Campos utiliza o exemplo das entidades e dos coletivos partidários que “desde o início [foram] rejeitadas pelo simples fato de que eram vistas como um ator externo, pois não possuíam enraizamento nas escolas”¹⁹, como essa rejeição se manifesta na prática é impedindo “outros atores de falarem em nome do movimento”²⁰. De forma que nessa afirmação perante outros que a autenticidade se afirmaria.

Durante todo o capítulo, o modelo de organização e orientação política adotado para compreender como se manifesta o MSO é aquele relatado na revisão de literatura, referente aos princípios da autonomia e horizontalidade como descritos por Campos; Medeiros; Ribeiro (2016) e Medeiros; Januário e Melo (2019), perguntando-se qual o grau de generalidade proposto para pensar o MSO enquanto todo particularizado ao produzir uma comparação contínua entre as diversas manifestações do MSO dentro do estado do Paraná.

O método utilizado para realizar esse capítulo é a análise de conteúdo de Bardin (1996), visando procurar relações sociais mediante o discurso procurando nas fontes características das ocupações enquanto singulares, para então compará-las entre si particularizando-as.

A hipótese que guia essa parte do texto é de que: a abrangência territorial do MSO traz consigo a municipalização do movimento, de forma que cada município cria características organizativas e políticas próprias que se concentram no território. Esta será testada pela discussão de dados.

18 Campos, A. Escolas de luta, ladrões de merenda: dois momentos das ocupações secundaristas em São Paulo. In: Medeiros; J; Januário, A; Melo, R. (orgs.). Ocupar e Resistir: Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016). Ed. 1. São Paulo: Editora 34. 2019. p. 85.

19 Ibid, p. 86.

20 Ibid, p. 87.

4.1 As ocupações em Curitiba e Região Metropolitana, horizontalidade, autonomia e tensão política

Todo movimento social possui um conjunto de reivindicações ligadas à uma concepção de mundo particular que unifica representações sociais por vezes desagregadas, que se manifestam sob a forma de valores, de uma cultura em processo que se amalgama com uma cultura preexistente determinada pelo seu tempo histórico, e se tratando de um movimento político, uma visão de política específica que apresenta o campo de lutas para o movimento em questão.

A este conjunto de elementos chamamos de ideário, conceito que não paira no ar, se determina historicamente e quando posta em prática sob ação coletiva determina o próprio processo histórico indiretamente enquanto parte da determinação da organização, das reivindicações, dos tipos de estratégia e tática adotadas, da forma da relação interna e externa do movimento.

Ideário e reivindicações se relacionam mutuamente, mas qual é o ideário do MSO? Esta é uma pergunta com dificuldades próprias dada a celeridade do MSO, a falta de documentos 'oficiais' produzidos pelo movimento, falta de lideranças explícitas, falta de publicidade das negociações entre governo e entidades estudantis nos poucos momentos quando ocorreram.

Quais as fontes para apreender os elementos fundamentais do ideário de um movimento que não deixou para trás documentos explícitos sobre si mesmos e suas pautas? Pode-se partir de alguns conjuntos de dados, sejam eles produzidos por estudantes secundaristas diretamente ou indiretamente, a maioria são produzido indiretamente via produção acadêmica e a publicização de entrevistas semi-estruturadas, a publicação de documentários e livros de memória do movimento²¹.

Por incrível que pareça existe uma fonte sobre a origem das ideias e das reivindicações do MSO no Paraná. As primeiras discussões políticas que tais estudantes participam se ligam ao curso "Como funciona a sociedade" do NEP - 13 de Maio realizado no sindicato no qual militava a mãe de uma secundarista (Entrevista Renata, 2019), curso este que possui metodologia e pedagogia marxista e revolucionária.

A partir dessa relação direta com o sindicato que o núcleo duro da ocupação do Colégio Estadual Pe. Arnaldo Jansen (CEPAJ), quatro estudantes mulheres envolvidas com o debate político daquela conjuntura, passou a debater junto de advogados do grupo formado em torno do curso "Como funciona a sociedade?" que permitiu um debate prévio

²¹ Também são relevantes as páginas do Facebook e falas públicas gravadas que circulam na internet, contudo, não fazem parte do *corpus* deste trabalho.

acerca da PEC e da MP levado por essas estudantes para outros da cidade de São José dos Pinhais, culminando no debate do dia 30 de setembro de 2016 na praça Getúlio Vargas no centro de São José dos Pinhais que, por sua vez, tirou do papel a ideia prévia de ocupação do CEPAJ, efetivada no dia 3 de outubro (Steimbach, 2018; Entrevista Renata, 2019).

Renata: Aí depois como fui entrando nesse negócio mais político, foi quando a Manuela me chamou pra gente fazer um estudo da sociedade, que tinha... o sindicato que a mãe dela era secretária ele abria um curso pra jovens, que é pra explicar a sociedade mesmo como o que acontecia, a luta de classes e tal... e aí eu fui lá. E aí... foi lá que foi me abrindo o caminho, foi mais um rolezinho intelectual da galera.

Entrevistadora: É aquele curso “como funciona a sociedade”?

Entrevistadora: E você disse que antes você era militante de facebook.

Renata: “Como funciona a sociedade”.²²

Esses debates iniciados no curso “Como funciona a sociedade?” expandem o horizonte de ação dos estudantes do CEPAJ, formando um pequeno núcleo duro de mobilização que vai dar origem à ocupação da escola a partir de debates políticos entre secundaristas e apoiadores:

Renata: Cara, tava a irmã dela, tava o irmão dela, acho que umas duas ou três pessoas que participaram, foi quem teve a ideia... começou ali, encabeçou o negócio. O resto do pessoal foi chegando, a gente chamava, disse “ó, vem aqui”, mas a gente sempre explicando sabe? “Ó é assim que funciona”, “a gente tá tentando estudar isso aqui”. A gente sempre chamava o pessoal pra estudar antes de tudo. Tanto que antes a galera ficava falando “ah! essa galera aí não sabe o que tá fazendo”. E tipo assim, não velho. A gente pegou os advogados do sindicato falou assim... vamos estudar isso aqui, vamos estudar isso aqui. A gente pegou toda MP a gente estudou com advogados, ele explicando tudo certinho. Então a gente não tava... que nem a gente falou né... tinha um pessoal que ia só pra rolezar, mas a gente... ali... o princípio de tudo, era sério.

Entrevistadora: Não sabia disso... e essa coisa dos advogados isso já na ocupação? Ou antes?

Renata: Muito antes.

Entrevistadora: (surpresa) Como assim, me conte então.

Renata: Acho que foi uns dois três meses... eu não lembro, foi recém... tinha um tempo já essa MP. Acho que a Manuela... não sei direito o que aconteceu..., mas a Manuela recebeu essa aí, e disse “hum o que é isso? Reforma no ensino médio, o que é isso?”. Aí...

Entrevistadora: Tinha a BNCC também que estava sendo mudada.

Renata: Isso, aí ela pegou e disse “vamos ver isso aqui” aí ela pegou e chamou, junto com essa galera aí do como funciona a sociedade, pegou e “vamos estudar isso” aqui falei “vamos”. E daí a gente pegou... estudou tudo isso aí... e a gente ficou “meu, será que a gente faz alguma coisa, que será que a gente faz aí?” “Ah vamos pra frente né?” e ficou tipo meio morto essa ideia. Como a gente viu que cresceu o negócio e ninguém tava falando e tipo assim tava correndo e ninguém (gestos com a mão denotando indiferença).²³

22 Transcrição entrevista secundarista Renata, 2019, p. 2.

23 Ibid, p. 2-3.

É a partir destes debates que a possibilidade da ocupação de escolas se torna real para os estudantes do CEPAJ, não só por conta do conhecimento teórico sobre iniciativas governamentais contestadas pelos estudantes, mas também por conta de um conhecimento prático que se transmite para os estudantes de São José dos Pinhais em uma mediação com os próprios apoiadores:

Renata: E nesses encontros que a gente teve do como funciona a sociedade foi um menino de São Paulo que participou das ocupações que teve em São Paulo por causa dos colégios... [...] Aí a Manuela lembrou disso aí... aí ela ficou “mas ah!” e aí a gente correu a cidade depois dessa assembleia: “ah vamos sair pra um protestinho”, “vamos!”. A gente saiu, correu pela cidade um pouquinho e parou no terminal. Ficou uma galerinha lá, daí falei “que essa galerinha do mau está pensando?”. Daí assim... “meu, e se a gente ocupasse o colégio?”. Aí a gente pensou, “como?”. “Que culhão que a gente vai ter pra fazer isso, velho?”. Aí a gente pensou, “qual o colégio mais fácil?”. Porque tinha três colégios centrais lá em São José. E aí a gente pensou “bom, a maioria é do colégio [CEPAJ]. A gente conhece mais o colégio”, aí a gente ficou “vamos trabalhar isso”.²⁴

Por outro lado, a tática de ocupações não foi construída a partir do sindicato, mas da relação dos estudantes do CEPAJ com estudantes da UTFPR que tinham experiência prévia de ocupar sua universidade, a transmissão da tática de ocupações para o MSO no Paraná aparece, portanto, como uma ligação direta entre o movimento estudantil universitário e secundarista. Esses secundaristas atuam como apoiadores no preparo prático da ocupação, inclusive pela possibilidade de utilização do espaço físico do sindicato para reuniões de preparação, mas principalmente pela presença de militantes mais experientes que auxiliaram no conhecimento prático dos secundaristas para viabilizar a ocupação:

Aí... nossa... a gente foi muito bandidão (risos). Meu deus... a assembleia foi na sexta, essa assembleia foi na sexta feira. E aí no sábado a Manuela chegou assim, “gente, corre aqui” - que o sindicato lá tinha um espacinho no quintal lá pra trás -, “corre aqui que eu to com umas ideia aqui, umas ideia meio...” aí falei “ih meu deus”, mas era tipo umas três quatro pessoas, sabe? E daí quem foi pra ajudar a gente foi a gente também, foi o pessoal da UTFPR que antes um tempo antes, eles estavam querendo fechar o técnico de mecânica, se não me engano. E o pessoal da UTFPR foi lá, eles também faziam esse curso, daí eles foram lá. Daí a Manuela chegou e falou assim “galerinha, vamos ajudar a gente”. Porque eles já tinham ocupado a UTF, e daí eu falei assim “meu, vocês querem fazer isso?” aí a galera da UTF: “a gente pode ajudar”.²⁵

24 Ibid, p. 3.

25 Ibid, p. 3-4.

O momento de início da ocupação do CEPAJ se faz também com o auxílio de uma série de estudantes de outras etapas da educação que não só ensino médio, assim como professores, essa participação não foi apenas passiva, mas também inclui o processo decisório de realizar a tomada da escola por parte dos estudantes. Neste ponto do relato o entrevistado Luís nos fornece melhores e mais informações do que Renata:

Luís: A gente tava em uns 20, 30 alunos, né? E tinha alguns professores, alguns professores e alguns alunos de pós-graduação também. E porque a medida afetava e muito os estudantes, né? Vários estudantes se mobilizaram, não só do colégio, né?

Entrevistadora: E os da Universidade também...

Luís: E os da Universidade também. Sentiram a causa... é... e naquela noite começou a chover e a gente “e aí a gente vai ocupar com esse tanto de gente?”. E assim, a gente num grupo que já tinham pessoas que já tinham participado de movimentações, já, assim, desse nível, né? Então, sabe? E eles falavam assim “meu deus vocês querem ocupar com esse tanto aqui de aluno?” né? Tipo “será que a gente consegue?”. E a gente ficou nisso, “será que a gente consegue? será que a gente não vai? será que a gente vai? vai, não vai...”. Daí uma aluna falou “não, a gente tem que decidir.” “Então vamos votar”²⁶.

Quando a ocupação havia se concretizado os apoiadores foram de suma importância para manter as condições objetivas necessárias à tática, sobretudo quando a presença da polícia aumentou as tensões entre secundaristas e direção. A mobilização dos apoiadores para garantir condições de reprodução da vida dentro do CEPAJ na ocupação é central para compreender a estrutura consolidada que foi tão característica:

Renata: E daí ele [funcionário da secretaria de educação] chegou querendo acelerar todo mundo, ele falou assim “mano abre isso aí, vamos tirar esses pirralhos daí”, e aí como a gente viu que ia dar ruim, a Manuela pegou e ligou pra mãe dela e falou assim “a polícia tá querendo entrar, tá querendo bater na gente”. E ela falou assim “não, tudo tem limite, eu não ia me meter, até a polícia querer sentar a mão em vocês”. [...]

Aí meu professor de sociologia disse “mano, é legítimo o que eles estão fazendo, não tem nada de errado infelizmente não tem muito o que a gente possa fazer, só pegar nossas coisas e ir embora”. [...] A gente trancou tudo, a gente trocou o cadeado do portão, era o nosso acesso, e a gente pensou “e agora?”. “Não tem cama, não tem colchão, não tem comida, o que a gente vai fazer?” E aí dá-lhe coitados... a galera do sindicato correr atrás de marmita onze horas da noite. [...] Tava chovendo, tava frio, “e agora?”. Aí o pessoal já correu com doação. Vindo doação uma hora, duas horas da manhã: comida, roupa, colchão. Galera já indo atrás, pessoal já indo atrás de geladeira, fogão.²⁷

O que isso diz sobre o ideário da ocupação do CEPAJ? Não muito na realidade, porque a despeito da ligação direta com o sindicato, a teoria marxista e o movimento

26 Transcrição entrevista secundarista Luís (São José dos Pinhais – CEPAJ), 2019, p. 4.

27 Transcrição entrevista secundarista Renata (São José dos Pinhais – CEPAJ), 2019, p. 5-6.

estudantil universitário da UTFPR não se pode dizer que tais secundaristas foram dirigidos por esses agentes “externos”. Desde o primeiro estágio do MSO está presente uma tentativa de se descolar de organizações externas, o que possui apoio das próprias organizações e pessoas desinteressadas em dirigir o MSO, posicionando-se como apoiadores.

Renata (2019) aponta algumas características novas, além dos princípios referidos, sobre a ocupação do CEPAJ, a falta de assembleia estudantil para ocupação do colégio — houve apenas a assembleia geral já referida —, o forte confronto com a direção, professores e a presença da polícia militar incluindo a RONE²⁸, a integração do sindicato na organização da ocupação garantindo doações de comida, roupa, colchões, geladeira, fogão para possibilitar a ocupação, de fato, ocupação essa que se iniciou por cerca de 20 a 30 pessoas.

A partir da ocupação do CEPAJ iniciam-se outras ocupações na cidade de São José dos Pinhais, ocupações estas que tiveram de ser orientadas pelas lideranças da ocupação do CEPAJ que Renata atribui principalmente à Manuela. Essa liderança, entretanto, não era explícita, não foi tomada como liderança do movimento por um princípio de valorização da coletividade buscando construir o MSO como um movimento absolutamente horizontal, forma com que o MSO se apresenta publicamente, o que é expresso mais radicalmente na ocupação do Colégio Estadual do Paraná (CEP). Entretanto, lideranças do movimento já existiam antes das ocupações e logicamente continuaram a existir durante seu desenvolvimento, entretanto, o CEPAJ não teve controle do desenvolvimento das ocupações, como Renata ilustra:

A Manuela, ela ficou uns três ou quatro dias sem dormir direito. Porque tipo assim, a Manuela foi a cara da ocupação, porque eu sou uma pessoa que gosta de ficar no *'background'*. Não gosto de tomar a frente do negócio. Eu faço, mas não gosto de tomar a frente. A Manuela é uma pessoa que toma a frente. Daí tipo a gente ocupou na segunda. Na terça-feira de manhã: “gente o Elza tá ocupado”. [...] Tipo assim “como?”. A gente não tinha divulgado, a gente “velho ocuparam”, eu disse “como assim ocuparam?” “meu traz a Manuela aqui” [...], aí chegou a galera do Costa Viana “ah vamos ocupar também” e foi indo, uma enxurrada de ocupação. Tipo a gente foi perdendo o controle. A primeira semana foi bem louca porque a gente não tinha controle do que tava acontecendo, e o pior que esse pessoal, tinham muitos responsáveis nessas ocupações mas era uma ou duas, o pessoal mais instruído do que estava acontecendo no Arnaldo. A gente chegava lá, eles ocupavam do nada, os diretores não sabiam o que estava acontecendo. Eles não sabiam explicar pro diretor o que estava acontecendo. Então tipo, foi uma confusão bizarra, a gente teve que espalhar a nossa galera, a gente foi disseminando o negócio, sabe? Porque muita gente ocupou pelo fervo também, “Velho, não é isso. Vocês

28 Batalhão de operações especiais da Polícia Militar – PR. RONE é uma sigla para “Rondas Ostensivas de Natureza Especial”.

vão estragar o movimento, a gente tá querendo fazer uma coisa séria e vocês vão só pra rolezar, e não é o intuito, cara”. Daí a gente chamava assim “olha vamos conversar, vou explicar para você o que é a MP” (Renata, 2019, p. 6).

A entrevista de Renata é reveladora em um sentido que aparecia apenas em eco em outros momentos, Manuela já havia relatado parte dessa rotina de liderança do CEPAJ perante o MSO em São José dos Pinhais e RMC, mas sem deixar explícita a falta de coordenação de uma série de ocupações que tiveram de ser orientadas pelos ocupantes do CEPAJ, tais relatos apareceram na segunda parte do documentário *República do Caos* (Silva; Jesus; Chagas, 2017) quando Manuela relata que “O CEPAJ ajudou bastante na questão de organizar as ocupações, ajudar com alimentação de ir visitar colégio para ajudar organizar” mas em nenhum momento indica ter que explicar o que eram a MP e PEC sob perigo de ameaça ao próprio movimento como relata Renata, orientação reproduzida na matéria do Vice Brasil no CEPAJ onde uma estudante volta ao CEPAJ após passar o dia em outras ocupações em São José dos Pinhais orientando-as.

Pode-se dizer a partir disso que houve uma decisão consciente dos estudantes à frente da ocupação do CEPAJ de não se apresentarem como lideranças do movimento, decisão esta que marca o MSO durante toda sua duração, dado que em nenhum momento há uma liderança explícita que se apresente como tal no caso de Curitiba e Região Metropolitana, a despeito do fato dos próprios estudantes secundaristas reconhecerem determinadas lideranças. Pode-se dizer que o MSO formou lideranças orgânicas no processo do seu desenvolver, mas essas lideranças na maioria das vezes não assumem papel de porta-vozes públicas, de organizadoras e articuladoras do MSO enquanto um todo, tal sorte que em nenhum momento surge uma tentativa de unificar as lutas do movimento secundaristas em termos de uma estratégia centralizada. Ao mesmo tempo, a própria transformação da ocupação do CEPAJ em movimento não foi planejada.

Assim, o modelo do princípio da horizontalidade mantém organizando pelo menos idealmente a ocupação do CEPAJ e nas adjacências do colégio, e não há, de fato, informações sobre essas ocupações que nos permita contestar a realização desse princípio, de forma que parece que ele coaduna um modelo adequado de descrição dessas ocupações.

Isso se expressa também na contradição desses setores do MSO contra as entidades estudantis. Se a luta contra a PEC e MP é uma luta dos estudantes para os estudantes – importante fundamento do princípio de horizontalidade - estão logicamente qualquer conjunto de estudantes pode organizar sua ocupação com completa

independência do resto do movimento, não havendo qualquer referência ou disputa entre as ocupações organizadas no interior e do epicentro do MSO.

Por isso, podemos dizer que a localização do sujeito do MSO nos estudantes facilita processo de reconhecimento por parte de estudantes de outras localidades, o movimento dos estudantes para os estudantes indica uma articulação ideal aberta, que permite juntar-se ao movimento a partir da categoria “estudante”, tornada condição necessária e suficiente para ocupar a escola. O lema “de Estudante para Estudante” significa concretamente que uma ocupação de escola feita por estudantes será legitimada pelas ocupações já existentes, mas mais profundamente que outras ocupações se articularão para ajudar escolas em momentos de dificuldade. Estudante é, portanto, uma condição do movimento que o confere a possibilidade de estar integrado ao todo sem que haja relação direta com a origem. Em outras palavras, o modelo adotado pelo MSO em São José dos Pinhais determina pertencimento ao MSO pela categoria de “Estudante”.

Esse princípio de ação também foi fonte de atrito dentro do MSO, documentado pela primeira vez no dia 5 de outubro, quando surge uma disputa entre secundaristas independentes e organizados, sobretudo nas entidades representativas dos estudantes, a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES)²⁹ e a União da Juventude Socialista (UJS, juventude do PCdoB) que segundo a interpretação dos ocupantes do CEPAJ já nessa data estaria:

Indo nos colégios ocupados e tomando [...] a organização para eles — tirando assim o protagonismo dos estudantes que têm se organizado e gerido de forma autônoma — e gerando rixas desnecessárias ao levantar suas bandeiras. M. é bombardeada de perguntas sobre o assunto. Ela afirma que as organizações não podem tirar o protagonismo dos estudantes no movimento, que devem estar a frente, até porque não há liderança definida (Rocha e Dietrich, 2016, s/p).

A relação entre as entidades estudantis³⁰ — UPE, UNE, UPES e UBES, todas hegemônicas pela UJS — e os estudantes secundaristas independentes foi de conflito contínuo, sobretudo em dois locais: São José dos Pinhais e o CEP. Por que o CEP? O

29 A fonte utilizada para isso é a matéria previamente citada da Revista Vice (Rocha e Dietrich, 2016), dito isso, é perfeitamente possível que os autores da matéria estejam confundindo UPE – União Paranaense dos Estudantes, ligada ao ensino superior - e UPES – União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, ligada ao ensino médio -, utilizei no corpo do texto UPES porque outras fontes sugerem que os atritos mais fundamentais dos setores independentes do MSO e as entidades estudantis foram com a UPES (Silva, 2017; Steimbach, 2018; Entrevista Luís, 2019), entretanto, aparece no texto da matéria a menção à UPE, por isso modifiquei o corpo do texto.

30 Os estudantes secundaristas normalmente se referem às organizações estudantis como “entidades” ou “uniões” generalizando entidades gerais como UNE e UBES e organizações partidárias como a UJS, para efeito deste trabalho utilizarei o termo entidades estudantis quando me referir à UNE e UPES, assim como suas subdivisões estaduais, com relação à juventudes partidárias me referirei especificamente ao nome da organização em questão.

CEP como maior colégio público do estado do Paraná possui uma visibilidade significativa no MSO, inclusive sendo destacado no processo de reintegração de posse quando negociou-se a desocupação de dezenas de colégios para manter a ocupação do CEP como centro do MSO, posição negada pelos estudantes.

Essa centralidade é a fonte de disputa entre setores independentes e entidades estudantis? Sim e não. Sim porque, de fato, Matheus dos Santos — presidente da UPES no período das ocupações — utilizou o CEP como cenário de entrevistas apresentando a UPES como uma vanguarda do movimento que na realidade inexistiu. Por outro lado, não, porque a atitude das entidades estudantis desagradava setores independentes do MSO antes mesmo da ocupação do CEP no dia 6 de outubro.

O CEP parece ter sido a única ocupação que assumiu integralmente o ideário autonomista a ponto de valorizar radicalmente a horizontalidade, a ação direta e a negação total às entidades estudantis e partidos políticos e seus coletivos. Inclusive hasteando uma bandeira anarquista na fachada do colégio, assumindo esta forma organizativa como sua.

O primeiro contato de Pacheco com o MSO foi dentro do CEP e logo no início desse contato o CEP explicita uma tendência específica ausente na maioria das ocupações do MSO, pois as militantes do Levante Popular da Juventude (LPJ) (no qual Pacheco se inclui) não puderam entrar na ocupação do CEP como militantes usando roupas da organização, somente tiveram sua entrada permitida como “indivíduos”:

Não estávamos autorizadas, portanto, a fazer a oficina enquanto coletivo, mas sim enquanto indivíduos. Ainda que em discordância, acatamos as orientações e entramos. A questão das referências organizativas, como coletivos e partidos políticos, vai ser uma tensão permanente durante o processo de ocupações, onde os estudantes reivindicam o caráter apartidário em diversos momentos (Pacheco, 2018, p. 108).

Não há uma ação motivadora que retira o LPJ da ocupação do CEP salvo o fato de que é uma organização política de juventude, sua ligação com o movimento social é suficiente para barrar a sua presença, algo que não é generalizado para o todo das ocupações secundaristas. Trata-se, portanto, de um posicionamento político daquela ocupação.

Essa experiência de Pacheco não se repete em outras ocupações, segundo ela o LPJ acompanhou “com maior ou menor intensidade, nove ocupações em Curitiba e Região Metropolitana”³¹, a mais significativa sendo o Colégio Estadual Pedro Macedo

31 Pacheco, 2018, p. 120.

onde Pacheco atuou como pesquisadora e militante do LPJ em apoio direto à ocupação, situação impensável no CEP.

Não é estranho para o MSO reivindicar o protagonismo dos estudantes e o apartidarismo, esta foi uma demanda geral que perpassa todas as fases do movimento. A particularidade do CEP é a forma específica na qual ela se manifesta, o ser coletivo do LPJ foi banido de entrar no CEP, não se trata de uma tentativa de separar apoio de direção como na maioria dos casos, mas na negação explícita a uma organização de movimento social de coexistir no espaço ocupado, algo que parece ser uma exceção dentro do MSO, pois em sua maioria o que aparece é uma negação da direção, daquilo que se consagrou como “tomar a frente” (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016) e não o próprio participar da ocupação na posição de apoiador, muito pelo contrário, boa parte das ocupações registradas possui algum vínculo de apoio com movimentos sociais, com sindicatos, com juventudes partidárias ou algo próximo disso, nesse sentido a orientação do CEP é digna de nota.

A entrevista de Cristiane, estudante do CEP e participante do MSO, revela a dinâmica interna do colégio, mas devo primeiro apresentar qual o discurso público do CEP, para depois contrapô-lo com a entrevista citada. No documentário *República do Caos* o CEP aparece da seguinte forma: “É muito diferente o colégio gerido pelos estudantes. A questão do banheiro não ter mais gênero, os banheiros são todos unissex. [...] Ninguém manda, não têm pessoas que mandam umas nas outras, é sempre aconselhando e resolvendo.” (Estudante CEP 1, Silva *et al*, 2017, parte 1), a horizontalidade aparece como um princípio de ação e organização central para o CEP:

A gente está começando a tentar se organizar, não perder esses contatos que a gente conseguiu em todos os colégios e criar um coletivo autônomo de organização secundarista, até a sigla seria CAOS, que seguiria bem essa linha de horizontalidade, a gente organizado e tudo que for decidido ser sempre em assembleias, sempre horizontal, nunca vai ter uma mesa falando umas para as outras, vai ser todo mundo falando com todo mundo, ser sempre uma conversa mesmo. (Estudante CEP 1, República do Caos, parte 1, 2017).

O relato da secundarista Cristiane demonstra que a ocupação do CEP esteve fortemente marcada pela linha política autonomista, mesmo que de formas contraditórias. Segundo Cristiane a ocupação do CEP foi puxada por alunos do terceiro ano e liderada por eles, mesmo que isso estivesse em contradição com o discurso mobilizado:

Existia muito...Eu acho que essa promessa de um movimento horizontal ele era muito utópico assim, então existiam lideranças e existiam pessoas

que não gostavam dessas lideranças [...] Por mais que diziam que era um movimento horizontalizado, haviam líderes, né? Então a maior parte desses expoentes eram do terceiro ano [...] Ninguém da minha turma participou das ocupações ou tinha qualquer coisa a ver com o grêmio, ou com o movimento estudantil do colégio, então eu nem sabia que iam ocupar o colégio³² (Cristiane, 2019, p. 9,15).

Assim, neste ponto a ocupação do CEP corrobora com o princípio da autonomia e da horizontalidade proposto, mas revela uma pequena contradição na forma da enunciação do discurso e da prática quando Cristiane percebe lideranças informais, o que, para o princípio da horizontalidade não está inteiramente descartado, pois a produção de lideranças informais aparece inclusive no texto de Coelho (2019). Resta saber se essa orientação do CEP é geral ou particular. Esse princípio organizativo é demarcado também em relação às entidades secundaristas, o elogio à forma horizontal e autonomistas de organização aparece junto de uma crítica direta ao que é percebido como oportunismo das entidades estudantis: “O Matheus, presidentes da UPES na época, [...] chegou lá no CEP, marcava entrevista na frente do CEP falando: ‘olha a UPES, as ocupações da UPES e tudo mais’ (Oruê Brasileiro, Silva *et al*, 2017, parte 4), fala esta que é corroborada pela seguinte contextualização:

A gente falou: “não, a gente precisa ter uma comunicação entre essas ocupações, a gente precisa expandir esse movimento, fazer um trabalho mais intensificado de formação e de tática, porque a gente precisava fazer uma reunião com todo mundo junto”. O CEP como ponto de aglomeração, de juntar as escolas, uma parte. A gente convocou uma reunião lá no CEP que era o NOC [...] e então essa reunião, que tinha 70 pessoas, era um representante de cada colégio [...] A gente percebeu no NOC que as pessoas que tinham ocupado, as pessoas que foram eleitas nos colégios para ser representantes não eram das entidades, eram pessoas que não tinham afinidade com as entidades.” (Oruê Brasileiro, Silva *et al*, 2017, parte 4).

Para compreender a ação de entidades estudantis deve-se compreender efetivamente o que tais organizações fizeram no MSO e fora dele. É necessário pôr as entidades em relação ao movimento, relação essa que é amplamente contraditória, mas de forma alguma se configura como exterioridade absoluta ou ativa sabotagem do MSO como pode ser observado em algumas análises.

Há na RMC três ações realizadas pelas entidades que foram documentadas: a preeminência na mídia, a tentativa de negociação com o governo do estado e a assembleia geral dos estudantes. A primeira se deu pela construção da imagem das

32 Transcrição entrevista secundarista Cristiane (Curitiba - CEP). 5 de set. 2019. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 7 abr. 2022.

ocupações estudantis como um todo chamado “Ocupa Paraná”³³ — uma figura da UJS e UBES nas redes sociais — e pela presença do presidente da UPES Matheus dos Santos na mídia, tornando-se efetivamente o porta-voz das ocupações perante a mídia hegemônica, na segunda semana do MSO ele já havia concedido uma coletiva de imprensa à mídia quando assegurou ter tido uma conversa com Beto Richa para garantir que as escolas não seriam desocupadas via medida judicial³⁴.

Essa reportagem aglutina dois pontos nos quais as entidades estudantis desagradaram os setores independentes do movimento, o primeiro é o posicionamento midiático de Matheus dos Santos como liderança do movimento a despeito da UPES não estar organicamente envolvida na organização das ocupações na RMC. A segunda é a tentativa constante da UPES de estabelecer diálogo com o governo do estado.

A UPES concentra suas forças no diálogo com o governo estadual que já tinha se provado impenetrável às demandas dos movimentos sociais no passado³⁵. Ademais, Beto Richa no MSO em 2016 repete o discurso de Alckmin em 2015 afirmando que: “No nosso estado, os estudantes que ocupam escolas precisam saber que estamos abertos ao diálogo, ao debate e às boas ideias para construir uma reforma que realmente traga mais qualidade ao ensino médio abra novas perspectivas para a nossa juventude.” (Denk e Luciano, 2016). Mas nada aponta para a veracidade desse discurso, dadas as repercussões e o desenrolar do MSO.

Isso ocorre por conta de um distanciamento para com a base do movimento, pois por não haver este diálogo a tática acaba por ser descolada do movimento secundarista de ocupações, o que configura uma postura vanguardista que ignora as demandas mais fundamentais do movimento espontâneo dos secundaristas.

Nesse sentido, o MSO acaba por não ter uma articulação central coordenada para organizar as demandas do movimento e muito menos de um debate estratégico e tático que acompanhe tais demandas, o que ocorre é uma articulação partindo das entidades

33 Ocupa Paraná foi a página do Facebook criada pela UPES cuja função era divulgar informações sobre o movimento secundarista de ocupações no Estado, não se trata de uma iniciativa nova a criação de páginas do Facebook não diretamente ligadas às escolas ocupadas, já que houveram os casos da “Não Fechem Minha Escola” que era ligada ao coletivo de juventude Juntos do PSOL e teve grande engajamento nas ocupações de primeira onda (Tori; Homma; Fiacadori, 2020). A novidade aqui se estabelece ao nomear o movimento na mídia hegemônica e alguns pesquisadores se referem ao movimento por este nome.

34 Ocupações atingem 20% das unidades com ensino médio no Paraná. Eriksson Denk; Antoniele Luciano. Gazeta do Povo. 13 de out. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/ocupacoes-atingem-20-das-unidades-com-ensino-medio-no-parana-f2c9wmc1wcwyy2jzidrqa1ir8/>. Acesso em 14 mar. 2022.

35 Essa orientação da entidade se assemelha às ações da UMES nas ocupações de São Paulo em 2015, naquele caso a UMES também procurou construir assembleias com estudantes das escolas ocupadas, tais tentativas tenderam a ser suplantadas pelo Comando das Escolas Ocupadas de orientação autonomista, por conta disso em São Paulo os secundaristas não ficaram refém de uma orientação tática central, enquanto que no MSO isso não pôde ocorrer por conta das fragilidades organizativas dos setores autonomistas e independentes (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016).

estudantis que procura segundo Pacheco (2018, p. 154): “encaminhar uma proposta de plano estadual de reforma do ensino médio, para ser negociada com o governo do estado, afim de assegurar uma vitória concreta para as ocupações”.

Ao agir sob uma compreensão representativa de democracia a UPES acaba por alienar-se dos estudantes e perde a capacidade de se ligar organicamente a ela, mais do que isso, essa compreensão representativa de democracia parte de uma concepção elitista da política, que separa direção e base, de que a base precisa ser representada e não pode produzir o seu próprio movimento, manifestando um vício institucionalista e burocrático característico da estratégia democrático-popular na contemporaneidade.

No Paraná a atuação da entidade estudantil foi prejudicada por assumir *a priori* uma legitimidade perante o MSO que não existia, mas que precisava ser criada, ao não compreender o caráter espontâneo do MSO a UPES se distancia do movimento e ao invés de se constituir como direção legítima do movimento, torna-se uma organização que inspira desconfiança. Por isso, tomar a frente pode ser considerada não apenas como oportunismo, mas como uma falta de compreensão do estado do movimento secundarista, assim, sua dimensão oportunista advém justamente de não ter havido um esforço de se conectar às bases do MSO e compreender sua realidade e demandas.

A terceira e maior ação das entidades estudantis no MSO foi a organização da assembleia geral das ocupações do dia 26 de outubro. A assembleia é central para compreender o MSO e a atuação das entidades estudantis no movimento. Primeiro, a assembleia ela não se organiza às pressas como reação à morte de Lucas Mota no dia 24 de outubro e às reintegrações de posse iniciadas logo depois disso. Ela é organizada pelo menos desde o dia 19 de outubro quando a página Ocupa Paraná no Facebook divulga nota de esclarecimento sobre o ENEM que divulga pela primeira vez a assembleia.

Minucelli, Santos e Dombrowski (2016) essa orientação da assembleia comprova a pretensão das entidades estudantis de dialogar com o governo do estado e a eleição de representantes em cada uma das escolas na assembleia estadual como uma forma de controlar o MSO. Nesse sentido, a própria assembleia surge para os autores com o objetivo de: “aumentar seu controle sobre o movimento criando uma instância superior, centralizada, com poder vinculante sobre o conjunto das ocupações. Naquela altura dos acontecimentos restava saber se o movimento se submeteria a tal instituição” (Minucelli; Santos; Dombrowski, p. 259, 2016).

Pode-se ver que aqui a assembleia do dia 26 aparece como uma tática de controle sobre as ocupações utilizando de elementos burocráticos e representativos que vão de encontro com o restante do movimento, assim se pode concluir que ao decidir contra a

desocupação massiva dos colégios: “O movimento reafirmava, assim, a autonomia das ocupações, negando a transferência do poder local para outra instância”³⁶.

É necessário matizar a interpretação sobre a assembleia geral das ocupações, pensando na sua adesão por parte do MSO. É um fato que as entidades estudantis foram capazes de reunir nessa assembleia uma quantidade imensa de colégios, cerca de 600 estudantes segundos os próprios autores. Ao mesmo tempo, essa avaliação desconsidera a existência do NOC, que nada mais é do que uma articulação colegiada em forma de assembleia que foi facilmente aceita pelos setores autonomistas e independentes do MSO. Portanto, nada assegura que a assembleia estadual das ocupações tenha sido uma ideia avessa ao MSO em suas bases.

A interpretação que eu pretendo avançar sobre a assembleia estadual das ocupações é a de que a assembleia em si é favorável ao desenvolvimento do MSO, mas que foi cercada por uma estratégia equivocada por parte das entidades. Nesse sentido, se a assembleia não tivesse ocorrido o movimento de fato não teria se alterado em nada, como Oruê Brasileiro avalia no Ocupa Tudo, o que nos redireciona para pensar a razão pela qual a assembleia não afetou os rumos do MSO. Mas esse fracasso se dá porque as entidades estudantis ignoraram a sua função enquanto apoiadoras do movimento, entrando em grave conflito com as ocupações já existentes.

Saindo do epicentro do movimento. Quais são as orientações políticas e organizativas predominantes no MSO além das barreiras da RMC ao ir em direção ao interior do estado? Problema de difícil resposta por amplificar o anteriormente citado problema das fontes para estudar o MSO, temos disponíveis para realizar essa análise uma quantidade informações muito reduzida quando comparado à RMC. Mas antes disso, é necessário se fazer uma pergunta, como a tática de ocupação chega até ao interior do Paraná?

4.2. A transmissão da tática de ocupação de escolas no território

Para compreender o movimento secundarista de ocupações e sua ocupação no espaço, é primeiro importante compreender como ele se transmite de um local para o outro. Tratamos até aqui da condição espacial das ocupações, a partir daqui deve-se pensar o elemento comunicativo das condições do “efeito de contágio”. A condição é bastante simples de ser entendida: para que a tática de ocupações de escola se espalhe por contágio há necessariamente uma forma de transmissão comunicativa dessa tática, como se deu essa comunicação é um problema complexo que deve ser comprovado

³⁶ Minucelli; Santos; Dombrowski, 2016, p. 261.

empiricamente, nessa parte do artigo devo demonstrar que não só não há evidência empírica de que a internet constituiu o MSO como fator preponderante de “contágio” como há evidência — escassa — sobre o fator comunicativo do MSO ter, em larga medida, superestimado a função das mídias sociais digitais no MSO, assim como na sua organização interna.

Existe na bibliografia sobre o MSO a problemática comunicativa que tende a partir de exemplos históricos e do discurso científico corrente sobre os movimentos sociais contemporâneos para analisar o aspecto comunicativo do MSO. Essa estrutura argumentativa parte de três elementos para criar uma interpretação acerca do aspecto comunicativo do MSO que não possui qualquer evidência empírica que o comprove.

Tais elementos são: 1. A descrição de Castells (2013) sobre a Primavera Árabe que coloca ênfase na influência das redes sociais digitais para construir um modelo dos movimentos sociais contemporâneos; 2. O contexto histórico, justamente por conta da influência das redes sociais nestes movimentos citados, o que significa ao mesmo tempo que a influência teórica do autor se confunde com o tempo histórico e a estrutura comunicativa contemporânea, tal sorte que o próprio fato de que a comunicação cotidiana contemporânea seja transposto para o plano da construção dos movimentos sociais de forma direta, não-mediada com suas particularidades; 3. A idade dos estudantes é frequentemente utilizada como argumento para comprovar essa ligação orgânica com as mídias sociais digitais, como se de alguma forma a penetração das redes sociais digitais na última década tenha se dado somente em uma faixa etária e que, portanto, isso teria uma ligação direta com um movimento social jovem, a própria afirmação de que um movimento social jovem deveria se orientar pelas redes sociais parte de um estereótipo não confirmado empiricamente de que jovens se adaptam mais rapidamente e aderem à tecnologia.

Tudo isso é plausível, mas corresponde à realidade concreta do MSO? O objetivo deste ponto do trabalho é olhar para os dados sobre o MSO para cotejar a relação do interior do Paraná com a RMC, epicentro do movimento.

Neste momento os dados angariados pelas pesquisas indicam que a comunicação externa do movimento a partir das mídias sociais digitais foi demasiadamente limitada para explicar o efeito de contágio por si mesma. No âmbito externo isso é evidente, as páginas do *Facebook* do MSO, frequentemente focadas em uma única escola, tiveram alcance demasiado curto para explicar o desenvolvimento, além disso, focaram-se na sua maioria nas atividades internas das ocupações e deixaram de lado o debate sobre as pautas fundamentais do movimento — PEC 241 e MP 746 — que são citadas apenas

ocupação? elas foram positivas ou negativas?”. A falta dessas perguntas impede que essas entrevistas sejam suficientes para pensar a problemática do efeito de contágio.

Importante fazer uma distinção, a despeito do fato de que a grande maioria dos dados e pesquisas realizadas sobre o movimento tiveram recorte geográfico em Curitiba e região metropolitana, a situação desse local é profundamente singular e não pode ser transmitida mecanicamente para o resto do estado. Assim, a dinâmica interna da RMC – seja pelo circuito integrado de transporte público ou no papel de colégios como o CEPAJ e o CEP em transmitir a tática – permite uma relação direta entre os estudantes de toda a RMC permite uma relação direta entre os estudantes de toda a região entre si, o que se manifesta no NOC³⁸.

O MSO é um movimento abrangente, ele poderia, contudo, ter uma comunicação interna organizada geral como há na região metropolitana, onde há uma integração interna permitindo maior grau de coesão, assim como a transmissão da tática das ocupações. Tal possibilidade não se concretizou e a realidade é que não há evidência suficiente que ligue as ocupações da RMC às ocupações do resto do estado em termos de comunicação direta que estabeleceria a transmissão da tática das ocupações.

Vamos ver como os estudantes do interior pensam a comunicação com outros locais do MSO para pensar na influência do epicentro com o interior. Primeiro podemos ver a visão de uma secundarista cuja ocupação não utilizou amplamente das redes sociais, como no caso relatado pela secundarista Andrea de Ponta Grossa:

Nesse momento eu nem enxergava a ver o que as pessoas pensavam, porque hoje em Ponta Grossa as pessoas se atacam muito por redes sociais e na época a gente não tinha muito acesso a internet dentro da ocupação, a gente usava mais pra comunicação com as ocupações, eu não cheguei muito a ver a opinião das pessoas, mas alguns pais, porque alguns pais ficaram preocupados com o que ia acontecer porque aquele não era o lugar para os filhos deles estarem, que era um lugar para os alunos fazer baderna e tudo mais.³⁹

Em outra situação, em uma ocupação com amplo uso das redes sociais, relatada pelo secundarista José de Francisco Beltrão, parece que o uso foi restrito à organização das ocupações naquele município, procurando ligar os apoiadores às ocupações e as ocupações entre si, também nega a utilização de um material externo para orientação organizativa e política das ocupações:

38 Núcleo de ocupações de Curitiba, tentativa de coordenação de atividades entre ocupações de Curitiba e Região Metropolitana lotada no Colégio Estadual do Paraná, com liderança autonomista. Foi descrito por Steimbach (2018) e mencionado em alguns outros trabalhos como Pacheco (2018) e o *República do Caos*.

39 Transcrição entrevista secundarista Andrea (Ponta Grossa). s/d. p. 10. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 14 mar. 2022.

Entrevistador: Certo, entendi. E pra vocês se organizarem, vocês utilizaram algum material explicativo? Que material, você lembra? A UBES passou alguma coisa pra vocês ou alguma outra instituição?

Secundarista José: Material no sentido de divulgação?

Entrevistador: Uma cartilha, por exemplo. Aquela cartilha “Como ocupar seu colégio”, vocês chegaram a ver esse material?

Secundarista José: Eu lembro... Se não me engano, eu acho que chegou pra nós, mas a gente utiliza mais as mídias, né, tipo facebook, celular. Então a gente tinha um grupo das escolas do município, né, ocupadas, e tinha esse diálogo entre todas as escolas, né. Tipo, o que tava acontecendo em uma, a gente repassava, e assim por diante, né, a gente tinha esse diálogo. Quando uma precisava de alguma coisa, a gente fazia essas trocas também, né. Tanto é que um dia, a gente foi visitar outros colégios, né. Até quando deu aquele outro problema com outro colégio, que ele desocupa, né. A gente foi lá no outro colégio, foi dar esse apoio, mas não entrou, porque estava essa confusão, mas tinha sempre esse diálogo. Mas não que... A UBES, se não me engano, veio uma moça da UBES ou da UBS, mas ela veio um dia, daí ela fez uma conversa com o pessoal, né, não vou lembrar o nome dela agora...

Entrevistador: Não tem problema.

Secundarista José: Mas que não foi tão efetivo, né, não foi tão incisivo, tão participativo.

Entrevistador: A forma que vocês se organizaram, vocês montaram mais conversando com outras escolas que já estavam ocupando, que ocuparam juntas, é isso?

Secundarista José: Sim, é isso. Mais nesse diálogo de município mesmo. Tinha algumas do Sudoeste, né, alguns outros municípios menores que também ocuparam, mas que a gente também tinha essa relação. Mas mais efetivamente foi com o pessoal aqui de município.

Entrevistador: Esse diálogo era mais pelas redes sociais? Vocês chegaram a ir nas outras escolas? Outras cidades? Mais pelas redes sociais?

Secundarista José: É, não... É... Porque também como, no caso do Mário, a gente tinha bastante alunos, né, acho que em torno de 1500, mas a maior parte matutino. Mas alguns dias, mesmo assim, eram poucas pessoas que estavam lá, né, mas precisava sempre ter alguém, então a gente não conseguia ter tanto fluxo, né, de outras escolas. Então a gente precisava ficar no colégio, tanto é que pra várias ações, a gente tinha que se dividir, né. Por exemplo, no dia que teve a reunião com a promotora no Fórum, teve uma palestra aqui na Unioeste também e tinha que ficar alguém na ocupação. A gente se dividiu em 3 grupos, em 3 comissões, e a gente se estabeleceu pras atividades.

Entrevistador: Vocês formaram comissões? Você se lembra das comissões que tinham?

Secundarista José: Comissões. Eu lembro que tinha de mídia, que tinha um pessoal responsável, que era pra divulgação das palestras, foi feito até um formulário no *Google Forms*, se não me engano, que o pessoal podia, é, se disponibilizar para as palestras, né, então a gente abriu esse espaço.⁴⁰

Outra ocupação surge pelo contato com a mídia e posteriormente com a existência de ocupações no próprio município, ao invés do contato com outras cidades ou o MSO no

40 Transcrição da entrevista com secundarista José (parte 1 e 2) (Sudoeste paranaense). 6 nov. 2019. p. 21-22. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 9 mar. 2022.

epicentro, formulando uma nova perspectiva para a transmissão da tática e das reivindicações:

Entrevistador: Como começou o movimento para a ocupação de sua escola?

Secundarista Ivã: Primeiramente, nós começamos a ouvir muito na mídia, através da mídia e documentários sobre essa ideia que tava rolando sobre a PEC 155, o congelamento de 20 anos na educação e a possível retirada da filosofia e sociologia. A partir dessa ideia nós começamos a pensar assim em um grupo de amigos, em torno de 10/15 amigos, e falamos: Não podemos deixar acontecer isso, porque pode não nos prejudicar na atualidade, mas futuramente provavelmente todos vamos ser pais de família e no futuro vai nos prejudicar mais ainda. Se nós não pararmos agora, não para depois. Então começamos a tomar o passo e a ideia apareceu: “que tal ocupar o colégio e tomar alguma iniciativa” e como foram várias cidades que ocuparam quando nós descobrimos que a primeira cidade ocupou nós falamos: “vamos dar o passo inicial aqui”. Aí nós demos o passo inicial e deu o tranco. E no mesmo dia em algumas horas o Mário Andrade [Colégio Estadual Mário de Andrade] ocupou e no dia seguinte o colégio Suplicy [Colégio Estadual Dr. Eduardo Virmond Suplicy] ocupou. Assim girou a cidade e nós paramos os colégios.⁴¹

No caso de Ponta Grossa, a relação com a tática da ocupação não vem de outras cidades, mas do próprio movimento estudantil secundarista da cidade que já havia ocupado duas escolas no ano anterior em função de melhorias infraestruturais:

Entrevistadora: Como começou o processo de ocupações?

Secundarista Gustavo: A gente fez um ato da UMESP contra a reforma do ensino médio. Se não me falha a memória foi no Mês de agosto... Nós já tínhamos ocupado a Frei Doroteu e a Escola Ana Divanir Borato estava começando o processo de ocupação pelas condições de de estrutura da escola. Naquele ato nós deliberamos que a escola Polivalente também seria ocupada... Esse ato da UMESP, que foi um ato que tinha umas mil pessoas, uns mil estudantes secundaristas. Era uma época que já tinha só a UMESP como entidade representativa dos estudantes. Naquela época não tinha DCE. A gente tinha um diálogo mais fortalecido com os sindicatos, e foi aí que a gente ia em todos os atos de rua. Esse era o modo da gente se encontrar com os estudantes, de politiza-los, de proporcionar um espaço formativo e de luta na rua... Que a gente mandava ônibus para todas as escolas da cidade, para que os estudantes pegassem esses ônibus... Os ônibus lotados de gente... com certeza ônibus ilegais. Nunca esses ônibus foram parados. Nós enchíamos as ruas de estudantes. Eram atos muito representativos e aí a gente deliberou ocupara o Colégio Polivalente. Mas antes disso já tínhamos feito ato contra o governo Beto Richa, contra o governo Temer, ato para ampliação do passe livre para os universitários.

41 Transcrição entrevista secundarista Ivã. 06 nov. 2019, p. 4-5. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 14 mar. 2022.

Nenhuma das entrevistas de fora da região metropolitana indica que tivesse havido comunicação direta entre as ocupações da RMC e o resto do Estado antes da decisão de ocupar, mesmo que nem todas mencionem como a tática tenha chegado até sua escola. Isso indica que as ocupações se transmitiram pelo menos em parte por canais externos ao movimento.

Há aqui uma diferença significativa, se na RMC as ocupações se transmitem a partir de São José dos Pinhais, como elas se espalham para o resto do estado? Temos um problema em mãos, primeiro: me parece que a explicação do efeito de contágio como característica necessária dos movimentos da “era digital” não se sustenta para o caso do MSO, dado que a internet não parece ter sido esta forma de desenvolvimento entre os diversos pontos do MSO. Segundo, se não há relação direta entre a RMC e o resto do Estado então como os estudantes entraram em contato com a tática de ocupações, mais fundamentalmente.

Como as entrevistas demonstram, na maioria dos casos as ocupações de um dado município possuem relações internas entre si, mas não há evidência de que essas relações se estendam para além dos limites municipais. Ou seja, no âmbito de um município pode haver inclusive a utilização do *WhatsApp* e do *Facebook* para comunicação naquele município, mas não parece que houve uma ligação direta com as primeiras ocupações de São José dos Pinhais.

Se percebe então que a partir do momento que o elemento comunicativo se coloca em dúvida o MSO se torna largamente incompreendido, se não foi o próprio movimento mediante as mídias sociais digitais que se espalharam por contágio então se espalhou de uma outra forma, mas isso não nos interessa neste trabalho. O que interessa nesse momento é demonstrar que a adoção da tática de ocupação independe da relação com o epicentro do movimento, o que pode permitir variações entre as manifestações das ocupações nestas diferentes localidades.

4.3 As ocupações no interior do Paraná e o princípio da horizontalidade

Foram incorporadas ao *corpus* de análise as seguintes fontes; dez entrevistas disponibilizadas pelo *site* da pesquisa nacional sobre formação e autoformação políticas das e dos ocupantes coordenado por Luis Antonio Groppo, essas entrevistas contêm quatro entrevistas da região sudoeste do estado (Eliseu, Frida, Ivã e José), duas entrevistas de Paranaguá (Juliana e Márcia), uma entrevista da região do primeiro planalto (Hermínia), duas entrevistas de Ponta Grossa (Andrea e Gustavo) e uma da

região dos campos gerais (Tadeu). Soma-se a estas entrevistas as seguintes bibliografias: cinco artigos (Kuboyama, 2019; Zaluski, 2019; Corso, A. M, 2020; Groppo *et al*, 2021; Sallas e Meucci, 2021), uma dissertação de mestrado (David, 2019) referente às ocupações em Francisco Beltrão e uma tese de doutorado (Corso, 2020) sobre as ocupações em Irati.

Primeira pergunta a ser feita: como a tática de ocupação de escolas “contagia” os estudantes do interior do Paraná? A primeira hipótese é, obviamente, a transmissão via redes sociais e a cartilha *Como ocupar seu colégio?* afinal esse movimento ocorreu no caso das ocupações secundaristas de São Paulo de 2015.

Primeiro ponto, nenhuma das entrevistas públicas indicam relação direta entre as ocupações do interior do Paraná e as ocupações da região metropolitana na forma de transmissão direta, entendendo como transmissão direta a comunicação entre ponto A e B mediante o uso da internet ou da visita presencial como ocorreu nas ocupações de Goiás, visitadas por secundaristas de São Paulo em 2015 (Campos *et al*, 2016). Há pelo menos uma exceção a isso, uma ocupação em Guarapuava houve visita de estudantes de São Paulo para discutir novas táticas de luta como trançaços e manifestações de rua (Zaluski, 2019), mas como tal não parece configurar como parte do efeito de transmissão.

Não há entre os estudantes do interior entrevistados o conhecimento da cartilha *Como ocupar seu colégio?* no momento da ocupação de suas escolas. No Paraná dentro dos dados do *corpus* deste trabalho até aqui o único local onde a cartilha foi ativamente utilizada foi na ocupação do CEP (Pacheco, 2018), e conseqüentemente, nas ocupações que se espelharam no CEP. José foi o único entrevistado do interior que afirma ter tido contato com a cartilha durante o processo de ocupação, apesar disso, atribui em sua entrevista um papel mais relevante às mídias como *Facebook* para articular as escolas do município, segundo ele esse diálogo próprio dentro do município foi mais efetivo para organizar as ocupações do que a cartilha:

Entrevistador: Uma cartilha, por exemplo. Aquela cartilha “*Como ocupar seu colégio?*”, vocês chegaram a ver esse material?

José: Eu lembro... Se não me engano, eu acho que chegou pra nós, mas a gente utiliza mais as mídias, né, tipo *Facebook*, celular. Então a gente tinha um grupo das escolas do município, né, ocupadas, e tinha esse diálogo entre todas as escolas, né. Tipo, o que tava acontecendo em uma, a gente repassava, e assim por diante, né, a gente tinha esse diálogo. Quando uma precisava de alguma coisa, a gente fazia essas trocas também, né. Tanto é que um dia, a gente foi visitar outros colégios, né. Até quando deu aquele outro problema com outro colégio, que ele desocupa [sic], né. A gente foi lá no outro colégio, foi dar esse apoio, mas não entrou, porque tava essa confusão, mas tinha sempre esse diálogo. [...]

A UBES, se não me engano, veio uma moça da UBES ou da UBS, mas ela veio um dia, daí ela fez uma conversa com o pessoal, né, não vou lembrar o nome dela agora...

Entrevistador: Não tem problema.

José: Mas que não foi tão efetivo, né, não foi tão incisivo, tão participativo.

Entrevistador: A forma que vocês se organizaram, vocês montaram mais conversando com outras escolas que já estavam ocupando, que ocuparam juntas, é isso?

José: Sim, é isso. Mais nesse diálogo de município mesmo. Tinha algumas do Sudoeste, né, alguns outros municípios menores que também ocuparam, mas que a gente também tinha essa relação. Mas mais efetivamente foi com o pessoal aqui de município.⁴²

As ocupações do interior apresentaram organizações ligadas a grêmios estudantis ou atividades políticas prévias mais frequentemente do que na RMC onde a atividade do grêmio foi quase inexistente ou francamente opositora ao MSO (Steimbach, 2018).

Olha, lá o pessoal [do colégio] sempre foi muito engajado politicamente, muito, muito muito. Como eu falei, esses professores acabaram moldando tipo uma consciência crítica do que acontecia, não era só minha realidade assim, sabe? Era a instituição como um todo assim, era muito politizada, era muito engajada, os alunos como um todo, o grêmio estudantil lá era extremamente forte e grandes lideranças políticas inclusive dentro da instituição, então foi mais organizado⁴³.

Entrevistadora: Vamos por partes. Como começou? Você estava no Grêmio em 2015, 2016 também?

Juliana: Sim

Entrevistadora: Vocês articularam via Grêmio? Não necessariamente?

Juliana: Sim, foi via Grêmio. Foi sentado e decidiu que tinha que Ocupar.⁴⁴ (Entrevista Juliana, 2019)

Nós nunca tivemos acesso a essa cartilha e eu também nunca ouvi falar, se tinha isso, eu nunca ouvi falar se tinha algo escrito de como deveria ser as ocupações nas escolas e em relação em como começou a ocupação nos do grêmios que sempre estava atento as questões políticas a gente viu os cortes que o governo Temer ia cortar as verbas para educação e saúde e também teria a reforma do Ensino Médio, e no meu ver essa não era a forma mais correta. Primeiro a gente teve uma reunião com o grêmio estudantil e aí depois disso a gente começou a organizar essas reuniões como eu tinha falado, apenas com os alunos do colégio, foi de modo geral, do sexto ano, ao terceiro ano do Ensino Médio. O grêmio fez essa reunião e alguns alunos que estavam por dentro dessas questões também ajudaram nesse processo de organização da ocupação e daí, nessa reunião, na verdade foram três reuniões e na última reunião,

42 Transcrição da entrevista com secundarista José (parte 1 e 2) (Sudoeste paranaense). 6 nov. 2019. p. 21. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 9 mar. 2022.

43 Transcrição da entrevista com secundarista Márcia (Paranaguá). 11 out. 2019. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 9 mar. 2022.

44 Transcrição da entrevista com secundarista Juliana (Paranaguá). 29 ago. 2019. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 9 mar. 2022.

foi decidido que haveria a ocupação lá em [nome do município].⁴⁵
(Entrevista Tadeu, s/d)

Os entrevistados Hermínia⁴⁶ e Ivã⁴⁷ são os dois casos onde não há forma alguma de atividade política prévia ao MSO no interior do Paraná, no caso da entrevistada Frida⁴⁸ essa relação fica ambígua já que ela afirma que o líder da ocupação era bastante politizado antes das ocupações, mas não se sabe se isso indica ação política prévia - entendida como engajamento em alguma organização política ou movimento social - ou apenas uma atitude particular deste secundarista.

Isso significa que as ocupações do interior não possuem relação com o epicentro do MSO? Não necessariamente, apenas que o modelo do princípio da horizontalidade como discutido é menos presente no interior, e mesmo na RMC tem pouca força. Mas é insuficiente para comprovar a hipótese.

Outra diferença fundamental entre as ocupações da RMC e do interior é a aceitação de lideranças, se no epicentro das ocupações a questão da liderança entra em contradição necessária com as orientações políticas, no interior essa relação entre liderança e movimento parece ter criado quase nenhum conflito, tal sorte que os secundaristas se sentem mais livres para apontar lideranças da ocupação sem que isso esteja ligado a uma significação negativa. Não há nenhum caso relatado que permita-se afirmar uma orientação política necessariamente horizontal salvo no caso de Juliana de Paranaguá (Entrevista Juliana, 2019) que lidera a ocupação junto de outros estudantes do grêmio. Neste caso, curiosamente, a tentativa de aumentar a democracia direta vem dos próprios líderes, mas com resistência dos outros estudantes: “Elas [as pessoas secundaristas] não querem decidir juntas. Assim, parece uma coisa totalmente contraditória, mas sentir que as pessoas esperavam que alguém assumisse a responsabilidade sempre, isso era constante.”⁴⁹.

O que fica claro nessa fala é que os secundaristas não possuem a necessidade de instituir uma horizontalidade radical no caso dessa ocupação. Essa atitude parece estar presente também nas outras ocupações do interior. Há ainda dois casos significativos no tocante à liderança, José afirma que o grêmio estudantil optou conscientemente por abrir

45 Transcrição da entrevista com secundarista Tadeu (região dos Campos Gerais). Sem data. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 9 mar. 2022.

46 Transcrição da entrevista com secundarista Hermínia (Primeiro Planalto). 21 ago. 2019. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 14 mar. 2022.

47 Transcrição da entrevista com secundarista Ivã (Sudoeste Paraná). 06 nov. 2019. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 14 mar. 2022.

48 Transcrição da entrevista com secundarista Frida (Segundo Planalto). 2019. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 14 mar. 2022.

49 Transcrição da entrevista com secundarista Juliana (Paranaguá), p. 8. 28 ago. 2019. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 14 mar. 2022.

o processo decisório mesmo que a estrutura do grêmio fosse hierarquizada — havendo a estrutura tradicional de presidente, secretaria, tesouraria e direções —, mas essa abertura foi realizada para os representantes de sala, contrariando o modelo de democracia direta da maioria das ocupações de Curitiba e RMC:

Então, primeiramente, foi uma conversa com o Grêmio, né. O Grêmio, a gente sentou, conversou, “tava” o professor Lorenzo também. Então a gente trocava essas informações e a gente decidiu, o Grêmio, em conversar primeiro com os representantes de turma. Então a gente sempre fazia reuniões, primeiramente, com os representantes de turma, pra discutir, aí eles levavam as pautas pras salas, e depois traziam as demandas, né, ou o que eles identificavam. Mas sempre foi unanimidade, né, tanto a reforma do ensino médio quanto a PEC 241, que a gente entendia e hoje considera que estava certo, ainda mais, né, nossa noção de que traria malefícios ou que é mesmo pra precarizar ou tem essa ideia do setor da educação, né. Então a gente sempre tentou o diálogo com os representantes, então a partir dali, dessas conversas com os representantes, foi estabelecendo ações para ocupar. (Entrevista José, 2019, p. 17-18).

Condição largamente diferente é como as ocupações em Curitiba lidam com a questão da liderança, como se pode ver em um relato presente no apêndice da dissertação de Pacheco (2018) relata a mesma situação, mas como na RMC a questão da liderança passava por um ideário da horizontalidade decisória há um conflito latente neste relato:

Entrevistadora: E como é que foi, essa coisa que a gente houve muito falar da liderança. Tem líder, não tem líder?

B: Isso era um problema lá dentro.

Entrevistadora: Uma questão assim?

M: Pera, você fala no movimento da ocupação como um todo ou você fala da escola, da nossa escola?

Entrevistadora: Não, de vocês? Na dinâmica de vocês ali? Nesse processo, quem faz o que, quando? E aí quem aparece mais?

M: É muito pontual, assim.

B: É que assim, a gente tentava fazer o máximo horizontal possível.

A: Tinha pessoas que achava que tava acima. [risos]

A: A gente tentava fazer tudo horizontalmente.

M: Tinha os ditadores. [...]

B: É que acontecia assim, no começo era bem horizontal, o máximo possível. Aí tinha os líderes de cada...

A: Base.

B: E daí chegou uma época, um tempo, que tipo, às vezes, a galera tava muito cansada já. Então já não tava, sabe? Às vezes tava tipo, por exemplo, as vezes só cansava e tava: ‘ai, não quero pensar nisso agora’. Só que a gente precisava pensar, entendeu? E daí tinha momentos, eu até mesmo, tinha momentos que eu chegava e falava: ‘você vai fazer isso, você vai fazer isso, eu vou fazer isso, aquele vai fazer isso’, porque tem que ser assim, porque a galera não estava mais.

B: Eu fiz esse papel do chato várias vezes.’ (Grupo de discussão coordenado pela Prof^a. Dr^a. Ana Luisa Fayet Sallas, em 25 de novembro de 2017. In: Pacheco, 2018).

Por isso, não é nenhuma surpresa que as entidades secundaristas que foram rechaçadas pelos setores autonomistas e independentes no epicentro do MSO tiveram maior sucesso em se inserir no interior do estado, ao mesmo tempo, permitindo com que as entidades secundaristas obtivessem sucesso não só de direção de algumas partes do movimento como de recrutamento de militantes após o fim das ocupações, sobretudo para a UJS.

Em Francisco Beltrão também houve presença da UBES enquanto entidade estudantil como apoiadora do movimento, realizando falas e oferecendo representação aos estudantes, que parece ter sido bem aceita pelos secundaristas:

Entrevistadora: Alguma organização ou movimento, como partido, sindicato ou outro grupo, participou ou ajudou a ocupação? Caso sim, quais foram? Como foi?

Secundarista Frida: Não. É teve alguns professores que, não lembro se teve algum representante sindical foi, mas teve professores do núcleo da educação enfim essas pessoas ligadas, que foram participar, mas eu não lembro de nenhum partido, nenhum sindicato assim. Só a da UBES e de movimento estudantis, como o da União Estadual, enfim, representando os estudantes mesmo.

Esse apoio da entidade levou a secundarista a participar de espaços junto às entidades representativas dos estudantes posteriormente, participando da Bienal da UNE e vindo a compor a União Paranaense dos Estudantes e a União da Juventude Socialista (UJS, juventude do PCdoB).

Ponta Grossa e Pato Branco, segundo exemplo com relação à liderança, tiveram ampla ação das entidades representativas dos estudantes, no primeiro caso a UMESP — liderada por um militante da UJS — foi preponderante para organizar as ocupações mesmo antes do MSO quando secundaristas ocuparam o Colégio Estadual Frei Doroteu para reivindicar melhorias infraestruturais para a escola. No segundo caso, Eliseu atuou em uma série de ocupações como um orientador externo já que ele era universitário e fazia parte da gestão da UPE enquanto militante do PCdoB e da UJS.

Por que as entidades estudantis e o modelo de democracia representativa possuem maior adesão no interior do estado? O que precisa ser pontuado aqui é a diferença da atuação das entidades estudantis na RMC e no interior.

Mas por que no interior do Paraná as entidades puderam mobilizar estudantes para a luta? Vou iniciar com ambos os casos nos quais as entidades estudantis tiveram ampla importância para o MSO nas suas cidades: Pato Branco e Ponta Grossa.

Em Ponta Grossa a mesma situação de atuação previamente estabelecida se dá pela ocupação de uma escola estadual chamada Frei Doroteu e a luta pelo passe livre por parte da UMESP (União Municipal dos Estudantes Secundaristas Pontagrossenses), inclusive desempenhando papel ativo a frente do movimento realizando cronogramas, reuniões, negociações com outras organizações para garantir doações e a manutenção das ocupações:

O Frei Doroteu, é um colégio que fica bem afastado, no bairro da Chapada, e aí como a UMESP estava bem ativa naquele momento, por causa do passe livre e tudo mais, os estudantes vieram até nós pra falar que não tinha mais condições de estudar no colégio. As salas eram de madeira, tinha buraco, entrava bicho, chuva, vento e tudo mais. Então a situação é bem precária lá.

E aí lá foi a primeira ocupação em Ponta Grossa, e foi pela UMESP e pelos estudantes de lá e aí a gente só saiu de lá quando teve o retorno do governo. Então hoje o Frei Doroteu é outro, as salas tem uma estrutura melhor, os estudantes nos agradecem muito até hoje. Então foi muito gratificante.

Então quando a gente viu que as ocupações estavam acontecendo em nível nacional, principalmente no Paraná que foi um dos estados que mais ocupou escolas, então o Instituto foi uma consequência porque dentro do Instituto estava eu que já fazia parte da UNESP e também um amigo meu que compunha outra diretoria, então a gente fez meio que liderança lá dentro.⁵⁰

A gente fez um ato da UMESP contra a reforma do ensino médio. Se não me falha a memória foi no mês de agosto (sic!)... Nós já tínhamos ocupado a Frei Doroteu e a Escola Ana Divanir Borato estava começando o processo de ocupação pelas condições de estrutura da escola. Naquele ato nós deliberamos que a escola Polivalente também seria ocupada... Esse ato da UMESP, que foi um ato que tinha umas mil pessoas, uns mil estudantes secundaristas. Era uma época que já tinha só a UMESP como entidade representativa dos estudantes. Naquela época não tinha DCE. A gente tinha um diálogo mais fortalecido com os sindicatos, e foi aí que a gente ia em todos os atos de rua. Esse era o modo da gente se encontrar com os estudantes, de politizá-los, de proporcionar um espaço formativo e de luta na rua... Que a gente mandava ônibus para todas as escolas da cidade, para que os estudantes pegassem esses ônibus. [...]

Essa liderança se expressa na própria organização das ocupações quando da segunda onda do MSO, tal sorte que outro secundarista da UMESP passa a atuar nas

50 Transcrição da entrevista com secundarista Andrea (Ponta Grossa). Sem data. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 14 mar. 2022.

ocupações em posições significativas de manutenção das condições objetivas e subjetivas das escolas:

A gente da UMESP tinha obrigação de manter a alimentação em todas as escolas. Todas as escolas precisavam ter comida. A gente tinha que negociar com o sindicato, com o MST, com pessoas da comunidade, com os professores... uma outra dificuldade que a gente teve foi, um momento em todas as ocupações rodando as escolas, é que a gente tinha muito tédio... Primeiro foi um momento revolucionário, mas com o passar do tempo ninguém aguentava mais ficar na escola... [...]

A gente tinha uma espécie de anotação de fatos, de pesquisas, de palestras, de professores... tínhamos o contato e colocávamos na lista (infelizmente não tenho mais essa lista) e ligávamos para esses professores solicitando palestras, gastei muito crédito do celular nesse período, eu tinha que ligar pra todo mundo, a gente tinha essa lista, mas eu e a Ana fizemos a discussão sobre o feminismo e sobre LGBT.⁵¹

O que ocorre em Pato Branco é uma situação absolutamente singular no MSO, um ex-militante do movimento estudantil secundarista naquele momento militante universitário filiado ao PCdoB foi chamado a compor as ocupações. O espanto aqui não vem da presença de estudantes universitários no MSO, mas de Eliseu ser um “militante político de carteirinha” — como ele mesmo se define — ligado às entidades estudantis rechaçadas no epicentro.

Como se estabelece a relação de Eliseu com o MSO em Pato Branco? Pela sua própria militância prévia no movimento estudantil secundarista enquanto membro do grêmio estudantil de sua escola e militante da UJS:

Uma noite, no começo da tarde o presidente do grêmio do PREMEN [colégio que Eliseu estudara] me liga, que me conhecia da época do colégio ainda e pediu que eu fosse participar de uma reunião que ele tava chamando os grêmios da cidade [...] E aí começou uma semana de preparação e assim dos grêmios rodando de sala em sala em eventualmente ajudava a orientar eles, conversar com os grêmios.⁵²

As relações previamente estabelecidas de Eliseu dentro do movimento secundarista o liga diretamente ao MSO, que por sua vez só se concretiza desta forma porque existe uma série de grêmios articulados entre si na cidade procurando construir as ocupações de suas escolas, Eliseu aparece aqui como uma referência para as ocupações de Pato Branco de forma similar aos estudantes da UTFPR para o CEPAJ ou os militantes antifascistas para o CEP.

51 Transcrição da entrevista com secundarista Gustavo (Ponta Grossa). Sem data. p. 6, 10, 15. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 14 mar. 2022.

52 Transcrição entrevista Eliseu, 2019, p. 4-5.

É significativo que mesmo que ele em si não tivesse participado de uma ocupação anteriormente há uma busca dos secundaristas nele como referência e instruções práticas sobre a realização dessa tática:

Quando eu cheguei na reunião [com os grêmios da cidade] eu fiquei extremamente surpreso porque era um auditório que cabia sei lá umas 100 pessoas e aquele auditório tinha sei lá umas 70 cabeças de muitas escolas diferentes, e quando eu entrei na reunião já tinha uma pessoa falando e a tônica da fala daquela pessoa era assim “se não resolver isso a gente vai ocupar também” [...]

aí assim fui pego muito desprevenido, mas fiz uma fala uma contribuição e tudo mais e antes de terminar de falar a turma começou a me interpelar dizendo “como que faz? a gente quer ocupar nossas escolas, vamos ocupar nossas escolas”. [...] E aí começou uma semana de preparação e assim dos grêmios rodando de sala em sala eu eventualmente ajudava orientar eles, conversar com os grêmios sobre como fazer a forma de fazer.⁵³

A partir disso se constituiu a organização das ocupações na qual Eliseu, e portanto a UJS, teve papel de agir como um articulador e organizador – inclusive procurando manter a disciplina nas ocupações –, menos do que como um protagonista, formando comissões específicas e delimitando critérios para selecionar secundaristas para as ocupações:

Conforme ia acontecendo as coisas, sobretudo quando descartava a ocupação a gente começou a aprender como coordenar a ocupação. E aí o primeiro colégio ocupado foi o Colégio que era onde eu estudei no meu ensino médio, e lá eu contribuí mais ativamente porque como é o maior colégio em número de estudantes também foi o colégio mais difícil sabe, para conseguir ocupar, para manter a ocupação e para que a ocupação permanecesse organizada, esse era um grande desafio nosso, que a ocupação tivesse muita organização, então nós criamos um esquema de comissões e isso foi replicado em todos os outros colégios. Existiam 4 comissões. [...]

Foi muito bem organizado, muito bem organizado mesmo, eu como era o cara mais velho eu chegava no colégio já cobrando o tem que fazer assim, precisa ter organização, precisa movimentar não é pra fazer bagunça e galera era muito disciplinada, muito disciplinada mesmo, eu fiquei muito feliz e orgulhoso.⁵⁴

Alguns dos secundaristas entrevistados se aproximaram de partidos políticos, situação bastante diversa daquela encontrada nos casos de Curitiba e RMC, Hermínia, Frida e Márcia passaram a militar em coletivos ligados a partidos — duas primeiras na UJS e a terceira no PT via coletivo Kizomba —, enquanto que Juliana já havia militado em partido político (não se sabe qual) antes das ocupações, assim como um coletivo LGBT, mas não depois do MSO, enquanto que José afirma ter interesse em se filiar a algum

53 Transcrição entrevista Eliseu (Pato Branco), 2019, p. 4-5.

54 Ibid, p. 4-5.

partido, mas ainda não tinha decidido qual, apenas Ivã, Tadeu e Andrea dos entrevistados do interior não mencionam interesse na militância partidária. Isso não significa que a maioria dos ocupantes do interior passaram à militância partidária, os dados claramente não permitem este tipo de extrapolação, contudo, indica uma orientação político-ideológica diferente daquela que se manifesta abertamente contrária às entidades estudantis e partidos políticos onde a ação de organizações tradicionais do movimento estudantil teve grande dificuldade de inserção.

Outro dado significativo é que nas ocupações do interior do Paraná não se documenta nenhum novo coletivo após a ocupação, característica daquilo que se pretende chamar novíssimos movimentos sociais (Gohn, 2019), enquanto que em Curitiba temos os casos do CAOS - Coletivo Autônomo de Organização Secundarista e o Coletivo Cordão Sul.

É mais comum para os estudantes do interior organizarem-se nas entidades tradicionais do movimento estudantil e construir grêmios nas suas escolas após o fim das ocupações. A entrevistada Frida relata essa situação quando afirma que “Grande parte deles [secundaristas] começou a participar de entidades, começou a construir grêmios, porque depois colégios que às vezes não tinham viram que eles precisavam de uma certa liderança [...] Então a gente conseguiu uma maior participação desses jovens.”⁵⁵. O entrevistado Eliseu vai no mesmo sentido quando afirma que “as principais lideranças desse movimento eu vejo quase todos em universidades hoje, a chapa do DCE da UTFPR daqui de Pato Branco tem 24 pessoas, 8 delas saíram das ocupações”⁵⁶.

É prudente afirmar que a atuação em grêmios e o movimento estudantil não configura de forma alguma como uma oposição aos setores independentes e autonomistas, basta recordar que o coletivo O Mal Educado surge justamente da experiência de grêmios autonomistas, mas é significativo que as alternativas procuradas pelos estudantes do interior sejam preexistentes ao MSO, recorrendo a estrutura do movimento estudantil secundarista ao invés de procurar romper ela e superá-la na forma de sua organização pautada pela democracia direta, pelo contrário, o que se manifesta são grêmios caracterizados pela representação e não contra ela.

Essa diferença precisa ser analisada em seus fundamentos, primeiro, é necessário compreender quais são as referências utilizadas pelos secundaristas quando se referem à construção das ocupações, ou seja, quais são as relações imediatas que as ocupações constroem com o seu ambiente imediato. Por isso, é preciso se perguntar para além da presença das entidades estudantis secundaristas, mas também sobre as referências

55 Transcrição entrevista secundarista Frida, 2019, p. 23.

56 Transcrição entrevista Eliseu, 2019, p. 14.

formadas pelos secundaristas enquanto se põem em luta para formar a sua própria luta. Seguindo na pista até aqui traçada, é necessário se perguntar se há referências ao território nos relatos dos secundaristas no tocante à produção da organização e dos princípios políticos da luta secundarista.

Para isso, é preciso não se limitar apenas ao interior, o caráter municipal do movimento em São José dos Pinhais está presente desde antes das ocupações, estabelece-se pela assembleia na Praça Getúlio Vargas do dia 30 de setembro (Steimbach, 2018; Entrevista Renata, 2019; Entrevista Luís, 2019) que reúne cerca de 300 a 400 secundaristas de dezenas de colégios e que delibera ocupação após o ato de rua realizado em decorrência da assembleia. O relato no texto de Steimbach (2018) sobre o debate do dia 30 é sucinto, mas possivelmente o mais completo sobre esse acontecimento:

A gente chegou à conclusão que a gente não podia ocupar, sem que as pessoas soubessem o que tava acontecendo. A gente marcou um debate sobre a reforma do ensino médio na praça [...]. Todo mundo teve o direito de falar. Primeiro eu expliquei a MP, né, para galera e depois teve o debate de verdade. E daí quando acabou, isso era umas sete horas já da noite, tava escurecendo e a gente resolveu sair em um ato, para finalizar o debate [...] a gente chegou no terminal e trancou a saída dos ônibus. Aí a gente subiu numa parte mais alta do terminal e falou assim — “a gente tá pensando em ocupar [...]. Aí todo mundo (tinha cerca só de quarenta estudantes nesse momento) — “vamos ocupar, vamos ocupar, vamos ocupar!”⁵⁷.

A secundarista Natália em entrevista (2019) relata a importância desse debate na praça para a ocupação de sua própria escola, segundo ela o debate iniciou as discussões sobre as ocupações e estabeleceu contatos entre as escolas; “Todo mundo assinou uma lista com telefone e criaram um grupo de *WhatsApp* e os grupos de cada colégio começaram a conversar entre si”⁵⁸, a partir desses contatos as ocupações de São José dos Pinhais se proliferaram com algum grau de interação com a ocupação do CEPAJ: “Teve um dia no meio da manhã que os alunos do Arnaldo Jansen chegaram no nosso colégio e perguntaram se a gente queria ocupar? E a gente aceitou”⁵⁹.

Em Steimbach (2018) há a informação de que as escolas de um município possuíam uma organização central mediada por representantes eleitos por cada escola para construir ações coletivas no município: “A gente mandava no grupo [*WhatsApp*] ‘segunda-feira, reunião no [citação de nome de colégio]. Dois representantes de cada

57 Fala G1P2F1 da transcrição completa dos grupos focais, apêndice 2, Steimbach (2018, p. 246).

58 Transcrição da entrevista com secundarista Natália (São José dos Pinhais). 2019, p. 6. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 14 mar. 2022.

59 Ibid, p. 7.

colégio!’ Vinham dois representantes de cada colégio ocupado. Às vezes, vinham representantes de outras cidades, porque aqui tava muito unido as coisas, tava muito bem organizado. A gente fazia as deliberações”⁶⁰. Essa citação demonstra o caráter municipal da organização das ocupações — apesar da comunicação e da abertura para outros municípios — mesmo com o uso de redes sociais como elemento central da organização,

Entretanto, as ocupações de São José dos Pinhais operam uma função organizativa no desenvolvimento do MSO que é bastante singular. Esse caráter central de São José dos Pinhais e principalmente do CEPAJ, por este estar integrado a outros municípios da RMC para ajudar na formação da ocupação. Este dado é ressaltado tanto pelo *República do Caos* quanto pelo *Ocupa Tudo*:

Até em Curitiba, Colombo, Araucária, teve, de Colombo os estudantes de lá alugaram um ônibus, vieram 30 estudantes no CEPAJ passaram a tarde tendo uma aula sobre como ocupar, como fazer funcionar a ocupação, como organizar a ocupação, vieram estudantes de Paranaguá na ocupação também, vieram uma escola indígena, um semana depois eles voltavam “ocupamos o colégio”, foi um momento muito legal ocupar um colégio indígena. Nos primeiros dias assim, a página do CEPAJ recebeu muitas mensagens, muita mensagem mesmo pedindo ajuda como ocupar [...], O CEPAJ não parava. (Secundarista Manuela Gomiela, Silva *et al*, 2017).

Secundarista Manuela: A gente ocupou no dia 3 de outubro, no dia 4 de outubro a gente foi ajudar a ocupar mais duas escolas que foi o Elza Scherner aqui de São José dos Pinhais, que a gente ocupou com 300 estudantes e o Afonso Pena que foi ocupado com 150 estudantes. [...] Aí no dia seguinte já tinha 15 colégios ocupados (no dia 5), a gente fechou a semana com 19 colégios ocupados, na segunda-feira a gente chegou a 21 colégios ocupados e na terça chegou a 27, que foi o máximo que a gente chegou aqui, dos 30 colégios estaduais de São José dos Pinhais.

Secundarista Bruno: E a galera que estavam mais à frente eles foram nas outras escolas para conhecer né, aqui a galera do Helena Kolody [colégio em Colombo] teve a oportunidade de ir no CEPAJ, ver como funcionava. (Secundaristas Manuela e Bruno, Pronzato, 2017)

Como conciliar a municipalização do MSO e a hipótese do desenvolvimento do movimento aqui defendida tendo em vista o papel do CEPAJ? É preciso por agora ir para outros dados para pensar como o CEPAJ se situa no quadro geral das ocupações. Já pontuei a particularidade de municípios que tiveram grande relação com as entidades estudantis, assim como do município epicentro do MSO, mas a característica municipal do MSO não se limite à presença ou ausência de entidades secundaristas, para demonstrar isso é preciso abordar o caso de Paranaguá.

60 Fala G1P6F2 da transcrição completa dos grupos focais, apêndice 2, Steimbach (2018, p. 258).

Primeiro deve-se pontuar o caráter de autonomia do MSO em Paranaguá com relação ao resto do estado, como já dito, a ocupação nesse município se constitui a partir de uma cartilha própria desenvolvida a partir da relação com outros coletivos próximos da cidade, sobretudo um coletivo LGBT e alguns advogados próximos. A entrevistada Juliana nos fornece um panorama de ocupações diferentes de Paranaguá justamente por conta dessa integração municipal, segundo sua fala, havia um grupo no *Facebook* que incluía membros do coletivo LGBT que ajudaram na construção da cartilha, assim como apoiadores das ocupações, outro grupo no *Facebook* parece ter sido criado para: “Chamar na verdade, assim, para as outras escolas que ainda não haviam sido ocupadas”⁶¹.

Apesar desta outra cartilha, a forma organizativa foi bastante parecida com aquela verificada na Região Metropolitana de Curitiba, no sentido de estar relacionada à formação de comissões que aparentemente foram voluntariamente atribuídas:

Secundarista Juliana: A gente tinha o cronograma que pegava o corredor inteiro como eu falei da rotina. Na entrada tinha as pulseiras, isso, tinha as cores das pulseiras de TNT. As pulseiras basicamente eram correspondentes as funções de qualquer um ali dentro no espaço a gente revessava as pulseiras. Durante o tinha você tinha que usar a pulseira de TNT. Era fraquinha, arrebentava, mas já era um sinalizador. Principalmente para quem vinha de fora também recebia uma pulseirinha.

Entrevistadora: Que era uma cor de visitante.

Secundarista Juliana: Isso. Eu lembro que era vermelho, verde, azul, amarelo e preto. Tinha o pessoal que ficava na cozinha, pessoal que ficava na limpeza. Pessoal que ficava cuidando das atividades. Pessoal da comunicação que ficava, tinha que tirar foto, postar, se não faz o pessoal da comunicação a gente esquecia de fazer isso. O último era para uma pessoa específico. Uma pessoa ficava o dia inteiro na portaria. Revessava essa pessoa, mais tinha alguém que essa pulseira preta acho que era segurança. [...]

Entrevistadora: Vocês revessavam essas tarefas? Um dia você estava na limpeza outro dia estava na comida?

Secundarista Juliana: Sim. Não necessariamente todos os dias tinha revezamento, tinha pessoas que não gostavam de fazer determinada atividade.⁶²

Além disso, é importante o fato de que, assim como em outros municípios até agora citados, Juliana tem consciência da situação imediata de outras ocupações no município assim como tem pouco ou nenhum contato com escolas de fora de seu município:

61 Ibid, p. 11.

62 Transcrição da entrevista com secundarista Juliana (Paranaguá), p. 17-18. 28 ago. 2019. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 14 mar. 2022.

As pessoas começaram a ter como referência de levar as coisas para lá [Escola de Juliana]. Mas, tinham escolas que estavam ocupadas que não tinham condições de continuar a ocupação porque elas não tinham alimento, elas não tinham nada. Então nós fazíamos essa redistribuição para tentar fortalecer. Pelo menos umas duas vezes por semana passava em todas as escolas ocupadas para conversar para saber como é que estavam as coisas. Essas pessoas que passavam poderia dizer que eram pessoas da rede. Professores, advogados, conselho tutelar. [...]

O instituto do Paraná, instituto. Foi o que teve uma ocupação maior assim lá em Paranaguá. É claro, ele tinha estrutura pra isso, nós não tínhamos estrutura pra isso. Tanto estrutura por parte de prédio. Quanto por parte de apoio das pessoas que estavam próximas, dos professores também, eles encaravam uma outra realidade. A gente foi muito pressionado a desocupar logo, as pessoas já não estavam mais aguentando. Nós tivemos problemas com os familiares que não queriam mais deixar seus filhos ali. [...]

[Uma terceira escola] É uma escola bastante periférica, onde as pessoas a conhecem como sendo um ensino de péssima qualidade. Essa escola. Quando eu estava lá na frente do ponto de ônibus os estudantes gritaram “Você é tal pessoa? Vem aqui.” Eu estava cheia de sacola na mão levando refrigerante, comida para o pessoal do AGV e isso era de manhã. Eles falaram: o que está acontecendo que vocês estão ocupando?” Porque eu postava muitas coisas no meu *Facebook* pessoal também e as pessoas começaram a ter uma referência. Eu entrei na escola para explicar para eles o que estava acontecendo. Eu sinto que eles fizeram de maneira totalmente atravessada, mas eu não podia intervir. Quando eu cheguei lá eu expliquei porque a gente estava ocupando [eles] “a gente também quer ocupar, mas a gente não sabe como é que se faz”. Então eles, então quer saber a gente vai ocupar. Fizemos uma assembleia, eles criaram uma assembleia na hora e nessa assembleia não tinha o quórum mínimo. Tinha umas 10 pessoas lá na assembleia. Daí eles falaram: vamos ocupar. Levanta a mão que for a favor. As pessoas levantaram a mão e simplesmente ocuparam naquele momento criaram cartazes, faixas e eu estava só olhando o que estava acontecendo o mais que eu pude fazer foi pegar minha comida e deixar para eles porque eles não tinham nada para comer. [...]

Eu sinto que faltou isso. Poderia dizer que faltou mais comunicação em nossa cidade, maior conscientização política. Porque as principais ações eram feitas nas escolas centrais, essa escola não era uma escola central. Então ainda éramos a elite das escolas ocupadas. Tanto que a gente fazia alguns formulários para as pessoas se inscreverem propondo oficinas para as Ocupações. Isso também é um ponto legal mencionar. E as pessoas se inscreviam, mas sempre tinham disponibilidade para as escolas do centro. Nunca para as escolas periféricas.⁶³

A entrevista de José demonstra como esse caráter comparativo entre escolas de um mesmo município aparece também em Francisco Beltrão. No começo da entrevista o mediador mostra algumas fotos para o entrevistado que identifica outros colégios e logo depois disso comenta que seu colégio, C.E. Mario de Andrade, junto com o C.E. Dr.

63 Ibid, p. 11, 13, 15, 16.

Eduardo V. Suplicy tiveram ocupações mais tranquilas do que outros do mesmo município:

José: Das escolas, o Mário teve mais aceitação...

Entrevistador: Debate?

José: É, mais debates. Esse aqui era também um ex-presidente de Grêmio Estudantil lá do Cristo Rei e o outro de outra escola, Juliano. Então... Nosso, lá no Mário, a gente foi tranquilo, teve uma ocupação tranquila.

Entrevistador: Sim.

José: Foi o segundo a ser ocupado e... Alguns colégios tiveram mais problemas, né. Que teve até a Beatriz Biavatti [colégio estadual] que deu conflito, que teve até aluno que foi pra... Chegou polícia, teve..., Foi agredido, né, empurra-empurra... E depois teve algumas complicações. Mas que no Mário foi tudo tranquilo. [...]

Entrevistador: Sim, sim. E no Paraná as ocupações já tinham começado desde o começo de outubro?

José: Se eu não me engano, sim. Já tinha bastante. Em município e na região Sudoeste foi a partir dali, do Léo Flach [colégio estadual], do Mário [colégio estadual], que impulsionou, né, mas eu acho que tinha sim, um movimento bem grande do Paraná, porque a gente também levou esses exemplos para a nossa ocupação, né. Então eu acho que já tinha algumas escolas sim.⁶⁴

Pode-se dizer que a municipalização dos colégios de Francisco Beltrão possui dois elementos que a fazem maior do que outros municípios. A primeira foi a manifestação de 2015 contra o projeto de Lei ligado ao Escola Sem Partido citado por José como um episódio de grande manifestação centrado no C.E. Eduardo V. Suplicy:

Secundarista José: Daí a gente foi se articulando já em 2015. Tem um episódio de uma manifestação que a gente fez que, acho que foi a maior até agora, que reuniu boa parte dos colégios, e que a gente fez no centro da cidade, e o Suplicy fica no centro, né. Mas a direção do Suplicy, naquela época, ela era muito mais autoritária. Ele era o colégio, digamos, que o governo do estado aceitava como padrão, né. Aí tudo que vinha do governo do estado, o Suplicy dizia bem, a direção. E eu lembro até hoje que a gente foi caminhando pelas ruas, né, passou pelo Suplicy...

Entrevistador: Isso em 2015? Contra o Escola Sem Partido, né?

Secundarista José: 2015. É. A gente foi chamando os alunos, né, e teve o episódio que os alunos, eles pularam os muros pra ir pra manifestação. Até, lembro que o diretor colocou, se não me engano, foi óleo no muro pra ninguém pular.

Entrevistador: Pro pessoal ficar sujo.

Secundarista José: É, pra ficar dentro da escola, e tentar reduzir o número de alunos que foram

Entrevistador: Nossa...

Secundarista José: É, o Suplicy, ele sempre foi mais, é... Sei lá, mais centralizado, e ele ficava naquilo, né, tanto é que hoje também não tem Grêmio Estudantil lá porque é muito difícil ter esse diálogo com a direção.

64 Ibid, p. 5, 18, 19.

A segunda é “o caso do fórum”, uma audiência pública no dia 24 de outubro onde os estudantes secundaristas foram convidados para, a princípio, debater suas reivindicações, mas que se configura na realidade como uma audiência protagonizada por pessoas favoráveis à desocupação das escolas, criando um clima hostil descrito como “massacre”, “matadouro”, “parcial” e intencionada para pressionar os estudantes a desocuparem suas escolas (David, 2019; Entrevista Ivã, 2019). Esse fórum reuniu estudantes de diversos colégios diferentes e pode-se argumentar que possibilitou maior integração entre as escolas naquele município.

Com essa ressalva realizada deve-se considerar que todas as entrevistas públicas de Francisco Beltrão relatam em alguma medida a relação com outras escolas, Frida, José e Ivã trazem informação sobre as relações das ocupações e segundo Frida havia um intercâmbio municipal significativo:

Sim. Foi uma coisa bem importante. Que talvez eu não tenha lembrado de falar, mas quando a gente ocupou no primeiro [dia], a partir do segundo que a gente tava estabilizado já, a gente já tinha se organizado [...] a gente fez esse rodízio de escolas, então todos os, quase todos os colégios de município foram até o meu colégio e nós fomos em quase todos também. Então em cada um que a gente ia a gente via uma coisa diferente, às vezes uma coisa que a gente poderia melhorar, ou uma coisa que tava errada neles a gente orientava, falava como poderia melhorar aquilo, até na convivência, então foi bem... A gente organizou mais por isso, que cada um tinha um pouco de bom e uma crítica a fazer, uma crítica construtiva, então a gente pegava aquilo que era de bom e trazia pra nossa escola e levava o que a nossa escola tinha de bom pra escola deles. Então acho que por isso que foi bem pacífico na maioria dos colégios, a gente só teve problemas com um, problemas maiores.⁶⁵

Essa articulação municipal parece servir também para caracterizar Curitiba, dado que pelo menos três trabalhos sobre as ocupações curitibanas demonstram consciência dos estudantes com relação às diferenças entre as ocupações, Oliveira (2018) demonstra como ocupantes de escolas periféricas de Curitiba veem na maior propensão dos estudantes dos colégios centrais a realizar ação direta como um efeito da vida em áreas mais nobres da cidade, relacionada a menor expectativa de sofrer represálias violentas como consequência; Pacheco (2018) trabalha justamente com as diferenças entre as ocupações entre as ocupações do CEP e do C.E Pedro Macedo a partir da relação entre eles, Steimbach (2018) constrói toda a estrutura de seus grupos focais nas diferenças entre as ocupações dentro desse município (e da RMC), o que é correspondido pelas falas dos diferentes grupos focais e principalmente pelo CAOS que nada mais é do que uma articulação local que se forma em coletivo. De forma que em todos os casos o

65 Transcrição da entrevista com secundarista Frida (Sudoeste Paraná). 2019. p. 14. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 14 mar. 2022.

contato com o município é contínuo, inclusive para avaliar as diferenças de ocupação para ocupação.

Eliseu e Gustavo em suas ocupações serviram a função de atuar como porta-vozes das ocupações em relação a outras organizações e professores para garantir a manutenção das ocupações, mas não só isso, é uma característica das entrevistas sobre o MSO a comparação da situação imediata da própria ocupação com outras do mesmo município, isto é geral em todo o Estado e não apenas em casos onde os ocupantes estiveram atuando em diversas ocupações ao mesmo tempo.

Decorre dessa municipalização a constituição de relações autônomas entre os diversos municípios, e, portanto, a significativa diferença entre as organizações das ocupações de Pato Branco, Paranaguá, Ponta Grossa, São José dos Pinhais e Curitiba.

Dito isso ainda nos faltam fontes para analisar o elemento municipal das ocupações secundaristas de segunda onda, principalmente por conta da falta de capilaridade de pesquisas no interior do estado, cidades com dezenas de escolas ocupadas ainda não possuem pesquisas que deem conta de sua particularidade e do exame dos elementos de articulações secundaristas a nível municipal, nesse sentido, os dados que são disponíveis para compreender o MSO para além de Curitiba e São José dos Pinhais se encontram em quantidade insuficiente. Procurei ao longo desta parte do capítulo demonstrar que o MSO não é um derivado de Curitiba e a região metropolitana, mas é significativo que os dados utilizados para realizar essa contestação são ainda uma fração daqueles disponíveis para estudar as ocupações do epicentro do MSO. Para citar apenas alguns dos casos onde a insuficiência de dados impossibilita qualquer tipo de análise onde houve uma grande quantidade de escolas ocupadas: Cascavel com 31 escolas ocupadas, Colombo com 17, Foz do Iguaçu 22, Guarapuava 21 (conta apenas com um artigo de Zaluski), Londrina com 39 (exceção é o artigo de Kuboyama e Cunha), Maringá com 17, para citar apenas algumas das maiores cidades do estado em termos de participação no MSO. (Leme, 2018).

4.4 O princípio da autonomia revisitado, o papel do apoiador nas ocupações secundaristas

Se os secundaristas possuem consciência direta das ocupações próximas ao território de suas próprias escolas, isso ainda não nos aproxima tanto do problema que foi posto em discussão neste trabalho, pois resta saber ainda se a universalidade dos princípios organizativos e políticos dispostos são válidos ou se precisam ser particularizados à luz das ocupações particulares.

Para isso, não é suficiente pensar em como as ocupações se relacionam entre si, mas também como uma ocupação específica se constitui, ou seja, é necessário pensar em como um grupo de secundaristas organiza uma ocupação, partindo de suas mediações próprias para então integrar-se ao movimento secundarista de ocupações. Para isso, é necessária uma análise das condições objetivas e subjetivas das ocupações, o que nos coloca em frente ao problema de como estas ocupações garantiram tais condições.

É necessário, portanto, pensar em algo que esteve presente no texto apenas de passagem até então, a presença de apoiadores nas ocupações e na luta secundarista. Na literatura, é comum pensar em como os apoiadores foram fundamentais para a manutenção objetiva das ocupações com doações, mas também das condições subjetivas com a doação de oficinas e aulões (Steimbach, 2016; Pacheco, 2018), mas é menos comum pensar em como os apoiadores constituem a própria forma organizativa e os princípios políticos das ocupações.

Esse ponto do trabalho procura indagar justamente isso, os apoiadores tiveram uma importância subjetiva na produção das ocupações além da influência pedagógica realizada? Reformulando a pergunta, a organização e as orientações políticas das ocupações é afetada em qual grau pela presença de apoiadores?

Há de se considerar que nem todo apoiador ocupa o mesmo espaço dentro do MSO, este espaço se consolida a partir das relações sociais concretas dos secundaristas com os apoiadores. Por exemplo, não seria possível que apoiadores que contribuíssem com a ocupação apenas esporadicamente com algumas doações de alimentos, sem construir o movimento junto dos estudantes tenha alguma função na produção da organização ou da orientação política dos estudantes, por isso é necessário procurar nos dados momentos ou relações entre secundaristas e apoiadores que configurem um outro grau de relação com as ocupações para pensar nesta pergunta.

Partindo dos exemplos já citados no corpo do texto, os estudantes da UTFPR e os sindicalistas tiveram uma função importante na produção subjetiva da ocupação do CEP AJ, assim como Eliseu ocupa uma função similar nas ocupações de Pato Branco e Gustavo nas ocupações de Ponta Grossa, este último apesar de ser secundarista só passa a ocupar a sua própria escola depois de ocupar outras como dirigente da entidade estudantil que construía.

Por isso, é bom começar essa exposição pensando em um caso onde os apoiadores se limitaram fundamentalmente à manutenção das condições objetivas da ocupação, estando impossibilitada a sua inserção no MSO sob outra forma. O caso da

ocupação construída por Ivã é particularmente importante para ilustrar esta situação, segundo o entrevistado, houve uma relação de apoio direta com os professores da escola, entretanto, essa relação foi interrompida por medo da repressão contra os professores:

Entrevistador: E alguém ajudou vocês? O sindicato dos professores, algum partido, alguma organização, algum político? Ajudar assim, de dar alimento e dar apoio.

Ivã: Alimentos nós tivemos ajuda dos professores e até os médicos do postinho chegaram por fora do portão e ajudaram nos levaram no mercado. Professores também apoiavam e conversavam com a gente, mas por fora do portão.

Entrevistador: E a maioria dos professores apoiou vocês e a direção?

Ivã: Não, a maior parte nos repreendeu. Foi contra, a direção eu creio que ele era a favor. [...]

Entrevistador: Ivã, depois que terminou aqui começou nas Universidades e vocês foram na UNIOESTE, você lembra?

Ivã: Nós fomos uma vez lá e conversamos com eles, mas não tivemos mais tempo pra ocupar e ajudar eles. Primeiro, nós fomos recebidos a palmas por eles, porque nosso movimento era muito importante. Eles bateram palmas e conversaram com a gente sobre qual era o nosso objetivo. Os universitários vieram aqui no portão, nem entrar não entraram, conversaram com a gente e nos convidaram pra ir lá e nós fomos lá no dia seguinte. Foi um bate papo só entre alunos.

Entrevistador: E eles ajudaram vocês de alguma outra forma?

Ivã: Na verdade só conhecimento. Eles relataram várias coisas, conversaram sobre tudo que tava acontecendo, conhecimentos gerais mesmo que a gente precisava realmente saber pra defender nosso colégio e pra defender nosso movimento.

Entrevistador: Então o principal grupo que vocês tiveram relação foi os estudantes da UNIOESTE, além dos professores?

Ivã: Sim, eles foram espetaculares para nós. [...]

Entrevistador: E não veio nenhum professor de fora da escola que veio conversar com vocês sobre a PEC e sobre a reforma do ensino médio ou vocês estudaram sozinhos?

Ivã: Veio os professores, mas não entraram no colégio de forma nenhuma. Nós conversamos por fora do colégio que era a melhor coisa a fazer, porque como eu falei tiveram as denúncias contra nós e na época como era ocupação dos alunos o governo não queria que nenhum professor entrasse no colégio. Os professores não podia entrar porque naquela época, eu não me lembro muito bem, se o professor fosse pego entrando no colégio ia dar “sei lá o que” por ocupação, processo contra os alunos e processo contra os professores. Então é claro que ele proibiram os professores de entrar.⁶⁶

Essa parte da entrevista relata a totalidade da relação dos secundaristas com seus apoiadores nas ocupações, algumas conversas esporádicas por fora do portão da escola, troca de informações com estudantes universitários depois da desocupação do colégio e o fornecimento de alimentos. É característico que esta ocupação não tenha tido oficinas,

66 Transcrição entrevista secundarista Ivã. 06 nov. 2019, p. 6, 7, 8. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 14 mar. 2022.

aquilo que marca o aspecto formativo central de todo o movimento secundarista de ocupações.

A organização da divisão de trabalho também se deu de forma mais ou menos desagregada, até porque com o colégio fechado a ocupação se centrou apenas nos ocupantes e fechou-se para a comunidade local, inclusive para os estudantes da escola:

Entrevistador: Então, como que vocês se organizaram? Se basearam em que?

Ivã: Primeiramente, todas as pessoas que se disponibilizaram a ocupar, nós paramos e começamos a conversar e nós ocupamos as 7 salas. A primeira sala foi uma sala de reunião, fizemos uma sala para a gente interagir, uma sala pra se alimentar e a principal sala pra estudar e as outras salas pra dormir.

Entrevistador: E vocês chegaram a conversar com pessoas de outras ocupações, outras cidades?

Ivã: Outras cidades não. Eu até cheguei a comentar com um amigo meu de Santa Catarina que ele também podia fazer o mesmo movimento que eu acreditava que ia ser eficiente. Aí nós começamos assim. [...]

Ivã: Todo mundo se reveza em todas as tarefas. É comprar a gente não precisou não, pois teve os médicos que nos ajudaram e os professores. Tinha professor que queria trazer as coisas pra gente e talvez não podia porque ia ser denunciado e tinha que vir na escala da noite trazer uma comida e a gente tinha que pegar por cima do portão e trazer pra dentro do colégio, porque não podia.⁶⁷

Se vê aqui a inexistência das comissões para divisão do trabalho, essa ocupação se fez na divisão completa das tarefas em revezamento, mas sem uma estrutura de trabalho específica para determinados dias, o trabalho se realiza coletivamente sem uma estrutura prévia que a oriente.

Esta entrevista explicita uma constante ameaça de repressão à ocupação, o que ele atribui à condição periférica da escola, repressão esta que se dava em dois níveis, o primeiro na própria ocupação, o segundo na repressão possível contra os professores que se aliassem às ocupações como apoiadores, deixando os estudantes desamparados em termos organizativos, cujo resultado foi o fechamento do colégio durante toda a ocupação, assim como a dificuldade de produção de uma pedagogia das ocupações foi impedido. Sobre a repressão à ocupação:

Eu acho que a repressão foi o principal, de quem passava na frente do colégio, as vezes foi o fato de tacarem pedra, às vezes os pais passar nos xingando com palavras grosseiras e hostil. Chamavam a gente de vagabundo e de marginais, coisas que não tem nada a ver com nós, totalmente nosso contrário. Só que a repressão foi a maior parte que aconteceu e foi muito constrangedor. Todo dia tinha alguma coisa, porque na verdade as pessoas que sabiam o que a gente tava fazendo apoiava, mas quem não parava pra perguntar e nem pra ler o que tava nos muros,

⁶⁷ Ibid, p. 5, 10.

tinha muitos cartazes colados, cartolinas. Era só parar e ler e você entendia o que tava acontecendo, mas ninguém fazia isso. A repressão foi extremamente alta. [...]

Nós cuidávamos no colégio. E a gente revezava pra cuidar do colégio (fazer segurança), porque a repressão era tão alta e como é um bairro de periferia até veio pedra no colégio. Porque o governo passava na mídia que nós estávamos errados e eu vi uma reportagem. A mídia falava que os alunos estavam aqui sem isso e sem aquilo, até nos negamos a gravar com a mídia. Veio um senhor de idade jornalista e um câmera e nós negamos, nos negamos a falar com a mídia e a mídia passava isso pra população e a população vinha nos repreender. Então, nós tínhamos que cuidar do colégio pra ninguém entrar pra dentro, ninguém quebrar o portão.⁶⁸

O resultado dessa separação entre apoiadores e secundaristas é a produção de uma ocupação centrada em si, cujas discussões acerca das pautas se mantiveram restritas aos secundaristas, mais do que isso, restringe o aspecto da formação política para os próprios secundaristas ao não haver a troca subjetiva característica daquilo que ficou consagrado na literatura como aspecto formativo do MSO.

Não obstante, é importante notar que o apoio objetivo para a ocupação existiu, médicos e professores locais tiveram a importância de fornecer alimento para a ocupação, possibilitando que o colégio se mantivesse por 15 dias até o pedido de reintegração de posse que o entrevistado chama de “carta”. Portanto, a ocupação relatada por Ivã possuiu uma rede de apoiadores, cuja função dentro do movimento secundarista de ocupações foi de colaborar com a manutenção objetiva, entretanto, não houve a contrapartida subjetiva, da produção de uma troca substantiva de elementos político e ideológicos dessa ocupação, o que não permite a formação daquilo que se destaca aqui como apoiador-chave.

Outra ocupação desligada de qualquer apoio subjetivo substantivo foi a descrita pelo entrevistado Tadeu, da região de Campos Gerais, organizada pelo grêmio da escola do qual o entrevistado participava, a ocupação constitui-se à margem de um apoio significativo de partidos, sindicatos e movimentos sociais:

Entrevistadora: Isso anterior às ocupações, mas durante as ocupações o grêmio estava ativo? Qual foi o papel do grêmio nesse processo?

Tadeu: Então, como era eu que estava a frente do grêmio naquela época, o grêmio como um todo, todos os alunos que compunham o grêmio foram juntos pras ocupações, trabalharam com a gente ali. O grêmio teve um papel muito importante, tanto é que foi o grêmio ali, que começou com as reuniões e tudo mais quando a gente reuniu todas as pessoas, todos os alunos porque a gente tinha um propósito assim, não deixar os professores ter muita voz porque senão os pais iam se rebelar contra os professores, porquê também tinha professores que eram contra as ocupações. Então a gente preferia que nós estivéssemos a frente das reuniões e eles ficavam

68 Ibid, p. 9, 10.

numa área mais secundária, pra que eles não tivessem né....que fossem acusados de qualquer coisa.⁶⁹

Este afastamento dos professores derivado do receio de repressão ou represálias posteriores é significativa, presente em diversos municípios do estado do Paraná. Aliado à ausência de organizações políticas, o grêmio da escola passa a se tornar o único operador político responsável por conduzir autonomamente a ocupação, produzindo uma dinâmica interna e externa particular, descrita por ele da seguinte forma:

Entrevistador: Vocês se organizaram em comissões e de qual comissão você fez parte?

Tadeu: Sim, eu fiquei na parte da cozinha porque eu gostava muito de cozinhar. Então teve essa divisão, tanto é que a noite, e gente não cadeava as portas então a gente deixava sempre os alunos que eram maior de idade, cuidando da escola.

Entrevistador: Que tarefas você realizou durante as ocupações?

Tadeu: Eu acho que foi a questão de que a gente limpava os terrenos limpava a escola, a gente fazia isso porque a gente não queria que as pessoas pensassem que a gente estava na escola pra fazer badernas, então a gente fez uma página no *Facebook* em que a gente divulgava sempre as tarefas realizadas pra que eles vissem que a gente não estava fazendo baderna.

Entrevistador: Vocês fizeram discussões sobre quais assuntos durante as ocupações e como foram feitas essas discussões?

Tadeu: Durante os sete dias que a gente ficou lá dentro do colégio não teve nenhuma pessoas que foi fazer palestra, porém todos os dias a gente se organizava e cantava o hino do colégio, a gente cantava antes das reuniões e aí a gente fazia as reuniões discutia como seria a nossa manhã ali dentro.⁷⁰

Se percebe alguns dos elementos que se repetem do MSO como um todo, como as redes sociais para divulgação de tarefas e contraponto ao ponto de vista do Estado e da mídia burguesa e a divisão de tarefas, em menor medida as reuniões diárias replicam a forma organizativa geral do movimento. Entretanto, há uma ausência significativa que se manifesta no aspecto pedagógico das ocupações.

Há ainda uma particularidade no caso de Tadeu, pois sua trajetória pessoal indica algum envolvimento com figuras políticas locais⁷¹, uma ex-diretora do colégio que se tornou vereadora e membros da família que se candidatam frequentemente para cargos públicos, o que despertou um interesse pessoal no secundarista em participação política, participando de algumas reuniões na câmara dos vereadores e se tornando presidente do grêmio de sua escola, além disso atribui a formação de suas ideias políticas (social-democrata) a uma professora de geografia.

69 Transcrição entrevista secundarista Tadeu, s/d, p. 3.

70 Ibid, p. 8.

71 Entrevista Tadeu, p. 2-3.

É difícil saber se esse envolvimento prévio configura como apoio, dado que no momento da ocupação estas pessoas não se fizeram presentes, sobretudo nos elementos subjetivos da ocupação. Tadeu menciona sua mãe como elemento de apoio objetivo⁷² com materiais de higiene, alimentação e outras necessidades básicas, mesmo que seus pais pessoalmente tivessem posicionamentos conservadores, esta foi a única menção sobre a manutenção das condições objetivas das ocupações durante a entrevista.

Contudo, nem todas as ocupações cuja relação com apoiadores não foi tão intensa tiveram uma certa fragilidade ou alto grau de repressão. Algumas ocupações se constituíram sem uma ligação direta com organizações políticas e ainda assim tiveram a possibilidade de produzir características de todo o movimento secundarista de ocupações, além de garantir condições objetivas e subjetivas das ocupações.

É o caso da ocupação descrita por Antonio em Curitiba, formada a partir da discussão de estudantes sobre a PEC 241 e a reforma do ensino médio. O entrevistado ressalta o caráter pedagógico da ocupação, assim como a auto-organização dos estudantes, principalmente na produção de oficinas para que a ocupação fosse uma iniciativa pedagógica, assim como a ligação com a comunidade local, familiares e outras escolas para garantir as condições objetivas das ocupações. Entretanto, não há, segundo ele, a presença de organizações políticas ou grandes apoiadores nos elementos organizativos ou políticos da ocupação nesse processo. Suas dificuldades objetivas foram constantes, mas solucionadas majoritariamente pela comunidade local:

Em primeiro momento, a gente começou a ter dificuldade de recurso, né. A gente não tinha muito alimento, pessoalmente falando não tinha muito dinheiro pra pagar o ônibus pra ir até a ocupação, então, sim, a gente teve dificuldades. Mas essas felizmente elas... a gente teve muito apoio, tinham outras escolas integrando e vários pais que traziam comida pra gente lá na escola, chegavam cestas assim enormes cheia de alimento pra gente prosseguir com a ocupação, né. Se o alimento acabava a gente não ia ter como prosseguir. Mas sim, a gente teve muitas dificuldades.⁷³

Quando perguntado sobre a presença de organizações políticas nas ocupações, Antonio afirma não ter havido senão implicitamente, e que não se recorda de apoio direto de nenhuma organização, apesar de se lembrar da presença de alguma entidade secundarista ou de grêmios de outras escolas⁷⁴. Sobre o apoio à ocupação, ele ressalta a presença da comunidade local e dos familiares, limitando a presença de organizações políticas ao que ele chama de “forma indireta” de ajuda:

⁷² Ibid, p. 7.

⁷³ Transcrição da entrevista com secundarista Antonio (Curitiba - SESMAG). Sem data. p. 8. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 14 mar. 2022.

⁷⁴ Ibid, p. 9.

Entrevistador: E no âmbito político, já que você trouxe essa questão, eram outras organizações que participavam, que apoiaram? Seja ajudando nas oficinas, seja ajudando na organização?

Antonio: Diretamente não. Talvez de forma indireta sim, mas diretamente auxiliando não. Assim, a gente teve algumas ofertas, mas nenhuma entrou de forma direta na ocupação.

Entrevistador: E você poderia dizer, explicar pra gente quem seriam essas organizações?

Antonio: Então, eram as organizações que não tinham, não se apresentavam com nome, mas tinha um vínculo né, com algumas outras escolas que estavam ocupadas, enfim, através delas que a gente criou essa ponte também. Então a gente não tinha necessariamente conhecimento. Eu acredito que grande parte não vinha necessariamente de qualquer organização, eu acho que grande parte vinha dos pais, muitos pais trouxeram coisas lá pra gente. Inclusive de outras escolas, pais que não tinham alunos estudando lá naquela escola, enfim, criaram um tipo de compaixão e trouxeram lá pra nossa escola também. Então a nossa maior força de auxílio foram dos próprios pais, mas a gente também teve no meu sentimento, não é uma coisa que eu tava participando, mas no meu conhecimento sim, a gente teve algumas outras organizações que ajudaram de forma indireta ali na ocupação.⁷⁵

Antonio também nos dá indicações acerca da auto-organização dos estudantes no que diz respeito às condições subjetivas das ocupações. Por um lado, as condições subjetivas foram construídas durante todos os espaços de convivência da própria ocupação:

Antonio: E assim, foi muito bom pra mim porque eu tive muitas conversas com visões diferentes porque as pessoas que estavam dentro da ocupação não necessariamente elas tinham uma ideia igual sobre aquela proposta de emenda constitucional, então a gente parou várias e várias vezes dentro da sala dos professores que a gente sempre quis fazer isso, dominar a sala dos professores, com cafézinho na mesa e vamos conversar, vamos discutir. Porque é isso que os professores fazem, então se eles fazem vamos considerar que dá certo. E a gente começou a discutir, daí a gente discutiu várias coisas bem diferentes sobre a mesma proposta e outras pessoas aqui e aquilo virou uma rotina nossa de todo dia de manhã, a gente tinha horário pra acordar, a gente determinou um horário, batia umas panela. E enfim, a gente se unia e ficava o dia inteiro debatendo. A gente fazia alguns jogos também, a gente lia muitos livros diferentes juntos também, a gente limpou toda a escola, vamos fazer uma faxina geral, eu sempre quis limpar esse cantinho que a gente usa tanto. [...]

Antonio: A gente pegava todo o jornal, tudo que existia de informações acerca do tema que era o motivo das ocupações, então todo esse congelamento de gastos, qual que seria o impacto disso. A gente trazia vários documentos que falava sobre isso durante as ocupações. É lógico que a todo tempo não, a gente tinha muitas discussões paralelas, muitas focas, muitas brincadeiras dentro da própria ocupação, enfim, mas quando existiam essas discussões que eram frequentes, mas não constantes, a gente tinha essas quebras de momento, elas normalmente

pegavam esses documentos ou manchetes que estavam lá e aí a gente comentava sobre aquilo, a gente discutia sobre aquilo.

Entrevistador: E como vocês faziam essas discussões? Vocês gostavam mais de fazer uma mesa redonda, era mais dinâmico?

Antonio: Era mais dinâmico. Era completamente dinâmico. Lógico que a mesa ela influenciava muito na gente pensar sobre discutir alguma coisa, mas poderia ocorrer por exemplo no pátio, poderia ocorrer no dormitório, poderia ocorrer, enfim, no banheiro. Então era bem dinâmico, não tinha um lugar específico. A gente só deixava fluir quando vinha a necessidade de falar sobre algo que tinha relação com isso a gente conversava.⁷⁶

Além de um espaço de contínuo formação e debate político, os estudantes do CESMAG também organizaram-se para construir espaços formativos formalizados com apoiadores, de forma que os apoiadores foram integrados pelos próprios ocupantes em um processo de consolidar a realização de oficinas, aulas e mesas redondas dentro da ocupação:

Entrevistador: E vocês tinham apoio no sentido de, vocês faziam atividades para o pessoal de fora, o grupo de fora? Oficinas?

Antonio: Sim, sim. Essa foi uma atitude que a gente tomou mais ou menos no terceiro dia, que a gente começou a pensar nisso. Então os primeiros dias foi organizar. O que que a gente tá fazendo, como que a gente vai fazer, quem fica responsável pelo que, como que a gente vai organizar. E depois a gente começou a pensar "tá, agora a gente precisa resolver como a gente vai prosseguir aqui dentro" pra, por exemplo, corresponder às necessidades de vários colegas nossos que eram contra a ocupação e que queriam tá tendo aula. A gente pensou "se o problema dessas pessoas são aulas, vamos buscar". Tem algum tipo de atividade, a gente teve a presença de vários professores aqui da própria federal [...]

Então os professores ficavam lá dentro, eles foram e a gente fez várias aulas falando sobre a segunda guerra mundial, falando sobre tribos indígenas, falando sobre toda a África que não é muito explorado na história, né, então a gente teve muitas oficinas.⁷⁷

O apoio destas ocupações está determinado por elementos objetivos, mas a produção subjetiva é mais difusa. A produção dos debates está condicionada pelas oficinas, mas fortemente ligada aos debates espontâneos que surgem entre os estudantes e não há a presença de alguma orientação política mais ou menos aceita pelos estudantes a partir de uma organização externa, portanto, o elemento pedagógico do MSO não depende apenas da relação com apoiadores.

Contudo, em outros casos, ocupações tiveram relações diretas com apoiadores que passam a uma outra condição dentro do MSO, aquilo que se pode chamar de posição de apoiadores-chave. Utilizarei o exemplo relatado pelos entrevistados Eliseu e Renata e a dissertação de Pacheco (2018) como fontes para demonstrar como uma ocupação também pode produzir uma relação outra com apoiadores.

⁷⁶ Ibid, p. 7, 10.

⁷⁷ Ibid, p. 8.

A ação de Eliseu no movimento secundarista não foi apenas de orientação organizativa, mas também de linha política e ideológica. O momento que isso se torna mais significativo é na desocupação das escolas, pois se a nível estadual as entidades estudantis controladas pela UJS foram incapazes de coordenar desocupações massivas, em Pato Branco isso ocorreu de forma liderada pela direção dos agentes políticos ligados ao PCdoB:

Eu faço parte de um movimento organizado que lutou muito para que os vestibulares fosse cada vez mais esquecidos e no lugar deles surgissem um outro mecanismo de inserção da juventude dentro das universidades e aí surge o ENEM ao longo do tempo, em um dos governos do Presidente Lula surge o ENEM e também surge o SISU, surge o REUNI, e o PROUNI por exemplo que é o programa social que eu usufrui e aí pensando assim, olha nós lutamos tanto tempo a gente brigou tanto para muitos jovens tivessem o direito de acessar as universidades e um ensino superior que não é justo que as ocupações privem o direito dessa garotada de fazer o Enem e alcançar o ensino superior e as ocupações também já estava sendo bem enfraquecidas sabe muita dificuldade estrutural de manter, uma parte já estava desmotivada [...]

Já tinha determinado a reintegração e a polícia cumpriria aqueles mandados e algum dia a polícia ia cumprir os mandados e assim eu pessoalmente orientei a galera o seguinte, que não ia ser bom pro movimento como um todo que além de ter um derrota política porque o governo Temer aprovou a PEC do Teto, fez mudanças no Ensino Médio. Então assim além da derrota política que a gente sofria eu não queria que eles tivessem uma derrota pessoal sabe e ter se exposto da forma que eles se expuseram com a coragem e a hombridade e ter que sair da escola a chutes de a ponta pé pela polícia militar. É... O que, que eu orientei e a gente chamou uma outra assembleia das ocupações da cidade mesmo aqui em Pato Branco e na inteligência coletiva nós adotamos a seguinte postura. Nós, a ocupação, os agentes da ocupação vão desocupar no sentido de que o ENEM seja realizado e que a juventude tenha acesso a prova e possa acessar o ensino superior. [...]

As quatro comissões mais a direção da escola fazia a avaliação no colégio todo assinava um termo no final que tava pegando a escola do jeito que tinha sido ocupada, todo mundo fez uma passeata, a gente saiu dessa assembleia foi até o núcleo de educação chamou a chefe do núcleo e simbolicamente todos entregaram as chaves dos colégios que estavam em poder dos estudantes, foram entregues nas mãos da chefe do núcleo regional de educação daqui da cidade.⁷⁸

Mais importante do que a decisão tomada é a capacidade de um apoiador de influir diretamente na forma organizativa, na propagação das ocupações⁷⁹ e na linha política e tática adotada, inclusive largamente contrária às ocupações do epicentro do MSO que em sua maioria mantiveram as suas ocupações até a impossibilidade de fazê-lo pelas reintegrações de posse. Tal sorte que há aqui uma configuração explícita de apoio-chave,

⁷⁸ Ibid, p. 7-8.

⁷⁹ Segundo Eliseu apenas uma escola de ensino médio em Pato Branco não aderiu ao MSO, o EJA, o que também demonstra a capilaridade de sua atuação no movimento secundarista enquanto um organizador geral.

dados que elementos significativos das ocupações foram formados a partir de uma ligação criativa entre uma organização política e a luta secundarista, ligação esta produzida pela inserção prévia de Eliseu no movimento secundarista local.

Pacheco (2018) relata sua presença na ocupação do C.E Pedro Macedo e neste processo acompanha o desenvolvimento dos estudantes em luta, é notável que duas das secundaristas engajadas na luta contra a MP 746 eram militantes do LPJ, o que facilitou a presença do coletivo dentro da ocupação, algo que foi uma constante, mas que não ocorreu sem contradições. Logo no primeiro dia a forma organizativa da ocupação do colégio foi orientada pela presença do LPJ:

Nesta primeira noite fizeram uma assembleia com os estudantes ocupantes, na qual falaram sobre a importância da ocupação, da disciplina e da divisão de tarefas. Utilizaram como referência a divisão utilizada no CEP e formaram equipes de trabalho, que chamaram de Núcleos de Base (NB's), com influência da metodologia participativa, na qual todas as pessoas envolvidas no processo se responsabilizam, além das tarefas políticas, por tarefas práticas de manutenção do espaço. (Pacheco, 2018, p. 112).

Segundo Pacheco (2018), os núcleos de base fazem parte de uma metodologia usada em movimentos sociais que embasam a estrutura organizativa do Levante, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, proposta pelo Instituto Josué de Castro e se baseia na indissociabilidade do trabalho teórico e trabalho prático, sendo trabalho e estudo uma atribuição de todos. Método utilizado para desenvolver a divisão de tarefas e a disciplina consciente. Há também uma preocupação com a distribuição igualitária de tarefas independente de gênero, idade e posição política ocupada no movimento.

A presença das estudantes do Levante facilitou a participação do coletivo, de forma estiveram presente durante as noites, assim como auxiliaram na organização de tarefas diárias e assembleias. A assembleia foi a forma organizativa central da ocupação do C.E Pedro Macedo, havia em tese soberania decisória, mas no início das ocupações os secundaristas tiveram dificuldades em realizar esse espaço pela falta de experiência dos secundaristas: “Ainda que de forma pouco organizada [...] as pessoas falavam ao mesmo tempo, para chamar a atenção era preciso gritar, os pontos não estavam bem divididos e os assuntos se cruzavam e se confundiam, não havia sistematização das decisões”⁸⁰.

Depois de uma primeira experiência de assembleia os secundaristas recorreram às militantes do LPJ para melhorar a organização do espaço decisório da ocupação:

80 Ibid, p. 119.

A assembleia aconteceu no meio da manhã, em uma dinâmica similar à do dia anterior, com duas pessoas coordenando o espaço, mas sem pauta pré-elaborada, sem inscrição para as falas e sem sistematização dos encaminhamentos. Neste segundo dia até mesmo eles me disseram que acharam mais difícil realizar o espaço sem uma proposta metodológica e nos pediram ajuda para organizar a próxima. Explicamos, com base no que era a metodologia comum no movimento estudantil tradicional, o que era a pauta (predefinição de pontos a serem debatidos), a inscrição para estabelecer uma ordem para as falas e a relatoria, que poderia conter dados como quantidade de participantes, descrição dos debates ou somente os encaminhamentos destes.⁸¹

Essa citação demonstra a forma que o conhecimento e experiência previamente acumulado pelo coletivo apoiador é buscado pelos próprios secundaristas para fortalecer e melhorar a dinâmica organizativa dos estudantes. Não se vê aqui um processo de direção no sentido de imposição, mas de uma troca intersubjetiva e coletiva entre grupos que se fortalecem mutuamente, a posição dos militantes em apoio aos secundaristas é de um agente legítimo do movimento secundarista cuja função é justamente fornecer trocas de experiência, conhecimentos e acúmulos organizativos que são utilizados em favor da luta secundarista. Essa relação era legitimada pelos secundaristas que viam no LPJ uma força aliada e que deveria ser buscada para amparo organizativo, político e também ideológico.

O LPJ também atuou no aspecto formativo da ocupação, realizando oficinas teóricas e práticas, assim como atividades junto dos secundaristas que faziam parte da formação prática de um ativista ou militante de movimentos sociais:

Eu e uma companheira do movimento demos uma oficina de fanzine, que é uma técnica de colagem para montar cartazes, panfletos e materiais gráficos. Fizemos os zines à noite e saímos para colar no entorno da escola, em um grupo mais reduzido. Muitos dos ocupantes nunca haviam participado de atividades noturnas, que, ainda que legais, pareciam subversivas e arriscadas. Explicamos a necessidade da segurança quando atividades de fato perigosas fossem realizadas, para garantir a realização da mesma e a integridade física deles. [...]

Realizamos diversas oficinas – de break, estêncil, dança, de bolha de sabão gigante, de birutas – rodas de conversa – sobre a democratização dos meios de comunicação, sobre o MST e agroecologia, sobre o feminismo – e aulas preparatórias para o vestibular e o ENEM – de matemática, produção de texto, história.

A participação nas atividades estava com uma boa assiduidade e todos diziam ser uma experiência positiva participar de espaços formativos em formatos distintos das aulas convencionais. A relação com a escola, neste sentido, fora atualizada pelos ocupantes, pois se identificavam enquanto mantenedores do espaço, proponentes das atividades e participantes de forma voluntária.⁸²

81 Ibid, p. 124.

82 Ibid, p. 128, 129, 131.

Enquanto apoiadores, o coletivo também procurou atuar para garantir condições objetivas de manutenção das ocupações, utilizando contatos próximos à organização para conseguir materiais de alimentação, higiene e limpeza, apesar de que isso foi menos necessário pois o colégio recebeu uma quantidade significativa de doações:

Eu fui mandar mensagem para os sindicatos parceiros do Levante, solicitando materiais de apoio para as ocupações. Havia militantes do Levante acompanhando, com maior ou menor intensidade, nove ocupações em Curitiba e na Região Metropolitana. Alguns sindicatos contribuíram com materiais de arte para a realização das oficinas e outros com materiais de limpeza, higiene pessoal e alimentos. Fui, depois de mandar as mensagens para as pessoas inseridas nos colégios ocupados e para os sindicatos, contribuir com a tarefa da cozinha, onde me surpreendi positivamente com a quantidade de alimentos doados pelos apoiadores do processo de ocupação do Pedro Macedo, principalmente quando comparado aos colégios com os quais acabara de entrar em contato, que os outros militantes do Levante estavam acompanhando e que estavam com necessidade de diversos itens básicos.⁸³

Todavia, é importante considerar que a ocupação do C.E Pedro Macedo foi uma ocupação em disputa entre o LPJ e um coletivo antifascista de cunho autonomista, o que levou a tensões entre as duas organizações pois em determinados momentos tiveram de negociar táticas cujas organizações não consideram favoráveis ao desenvolvimento do movimento de ocupações. Principalmente a partir do momento que os estudantes passaram a ser ameaçados de agressão física, militantes antifa foram convidados a permanecer no colégio durante a noite⁸⁴.

As tentativas de desocupação de escola organizados por movimentos desocupados aliados com o MBL foram realizadas em algumas escolas, entre elas a C.E Pedro Macedo, no dia 28 de outubro de 2016, o que levou a uma reação do movimento secundarista: “Passamos a tarde mobilizando a rede de apoiadores, entre eles estudantes do próprio colégio, das universidades, militantes do Levante e de outros movimentos sociais e coletivos do movimento estudantil, artistas, sindicalistas, advogados.”⁸⁵

Essa defesa da ocupação do colégio⁸⁶ também foi objeto de disputa entre organizações de campos político-ideológicos distintos:

Nós reunimos os apoiadores que já estavam em frente ao colégio e pedimos para que mandassem mais mensagens de convocação para uma ação de defesa da ocupação. Enquanto isso posicionamos os que já

83 Ibid, p. 120

84 Ibid, p. 128.

85 Ibid, p. 147.

86 Sobre as tentativas de desocupação dos colégios estaduais Lysimaco da Costa e Pedro Macedo, ver parte 2 do documentário República do Caos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bsSyie4OopM&list=PLqhUx85ve7I8NsWcdQr76PUjfbLAu6YM2&index=2>. Acesso em 22 mar. 2022.

estavam lá em fileira, protegendo o portão do colégio. Eu e os demais militantes do Levante decidimos ficar fora do colégio para ajudar na coordenação da ação dos apoiadores e tentar impedir a entrada de manifestantes contrários, casos tentassem furar a barreira que estávamos organizando.

Membros do Antifa, um coletivo de apoiadores, estavam encapuzados e avisaram aos ocupantes que iriam até onde estava o grupo contrário, para ver quantos eram e como estavam organizados. Eles foram em um bloco até a esquina em frente ao outro grupo, entoando gritos de ordem. Houve um estrondo e, quando voltaram, afirmaram que os manifestantes contrários à ocupação haviam jogado bombinhas de pólvora para tentar assustá-los.⁸⁷

Após a dispersão da tentativa de desocupação, militantes do coletivo antifa e do LPJ ficaram no colégio durante a noite para garantir a segurança dos secundaristas. Durante a noite, alguns homens tentaram abrir a escola pelo portão frontal, enquanto outros pularam dentro do colégio e arremessaram rojões no pátio. Por conta disso foi necessário tomar algumas medidas para defender a ocupação:

Reunimos todos os ocupantes para avaliar quais as medidas de segurança possíveis e definimos aumentar a ronda nos fundos do colégio e o número de pessoas na guarita, durante a noite.

Eu estava fazendo ronda com mais alguns estudantes quando vimos alguém tentando pular o muro dos fundos do colégio. Corremos em direção à pessoa, que recuou. Quando fui avisar na guarita que haviam tentado entrar no colégio me deparei com os estudantes se encapuzando e pegando pedaços de pau para “fazer a segurança”, com base no método dos antifa, que coordenavam o processo de ronda.⁸⁸

É significativo que esse processo leva a uma disputa de sentido e tática no movimento secundarista de ocupações entre as duas forças apoiadoras nesta ocupação:

Estávamos na guarita conversando sobre o acirramento das tensões, que evidentemente iria aumentar a partir daquele momento não somente no colégio C. E. Pedro Macedo. Eles disseram que poucos dias antes o MBL tentou entrar em um colégio da região, o Lysímaco da Costa, que estava com cerca de cinco pessoas ocupando e eles “os colocaram para correr”. Foi então que um dos rapazes mostrou um soco inglês, e disse estar preparado para lidar com os fascistas contrários à ocupação.

Eu me lembrei de ter escutado que no Lysímaco da Costa manifestantes contrários chegaram a entrar no colégio e a Polícia Militar interveio, ainda que de forma truculenta com os ocupantes, para o manutenção da ocupação. O relato dos membros do antifa me pareceu, na hora, exagerado, mas não quis questioná-los, pois estavam na posição de apoio e enquanto referência para os estudantes, assim como nós.

Na manhã seguinte, no entanto, pedi para fazermos uma reunião em que colocamos alguns questionamentos acerca do que acontecera na noite anterior para os estudantes. Falamos que a metodologia da ação direta era uma ferramenta que diversos movimentos sociais utilizam, de formas diferentes. Explicamos como a ação direta funciona nos movimentos como

87 Ibid, p. 147.

88 Ibid, p. 148.

o MST e o próprio Levante, com planejamento antecipado, avaliação de riscos e levantamento de possíveis medidas jurídicas posteriores. Eu fiquei muito incomodada por ter sido “levada” a fazer uma ronda com um cabo de vassoura na mão, sem ter conversado antes sobre como deveria usá-lo, se, de fato entrassem no colégio. Falei das implicações de estar lá enquanto alguém maior de idade e que seria responsabilizada caso algum dos estudantes se ferisse e o questionamento mais importante que tinha pensado em relação ao acontecido: se de fato alguém entrasse, eles bateriam na pessoa? Até que ponto, para expulsar ou para machucar? Questionamos ainda sobre o que aconteceria quando a mídia fosse entrevistar o estudante contrário à ocupação e ele relatasse que havia sido agredido com cabos de vassoura, bala clava e soco inglês no interior do colégio ocupado. Nos posicionamos contrárias a estas ações dentro do colégio e dissemos ainda que o que havia garantido o sucesso da resistência da noite anterior não havia sido um grupo de quinze pessoas que foram espantar o MBL na esquina, mas as trezentas pessoas que estavam fazendo o cordão de segurança em torno dos manifestantes. Salientamos ainda que precisávamos conversar sobre para que os estudantes decidissem se essa era a linha de ação que tomariam e nós, do Levante, decidíssemos se a partir dali seguiríamos dormindo na ocupação para reforçar a segurança deles.⁸⁹

Pode-se ver que no momento de inflexão das ocupações, de maior tensão, a disputa entre a forma organizativa e tática também se orienta em relação à presença ou ausência das organizações enquanto apoiadores, assim que as táticas autonomistas passam a ser utilizadas as militantes do LPJ se sentem forçadas a disputar a direção do movimento debatendo sua própria concepção de ação direta, deixando claro que se ausentariam das ocupações a depender da tática adotada.

Os secundaristas acabaram por optar por não manter pessoas maiores de 18 anos dentro das ocupações a partir daquele momento, e que os apoiadores podiam ficar nos arredores do colégio para cuidar contra invasores por meio da ação direta, mas sem prescindir da mobilização de apoiadores para realizar manifestações de apoio, de forma que não houve um rompimento nem com o coletivo antifa nem com o LPJ, estando ambos presentes na ocupação do NRE junto dos ocupantes do C.E Pedro Macedo.

Não obstante, as tensões no tocante às ocupações não ocorre apenas entre as organizações posicionadas como apoiadores-chave,⁸⁹ entre os próprios secundaristas as formas organizativas e a divisão de trabalho geravam tensões que estavam orientadas pelo ideário adotado pelos estudantes.

Isso ocorre por conta da expectativa de horizontalidade mencionada anteriormente, que na realidade expressa uma relação direta com os apoiadores-chave autonomistas. Se os estudantes entraram em contradição por conta da disparidade entre discurso e prática, deve-se pensar como esse discurso só se torna uma expectativa e princípio organizativo

89 Ibid, p. 149-150.

para a ocupação por conta de sua relação com os apoiadores. Pacheco relata este conflito da seguinte forma:

Uma situação em que observei essa disparidade entre o discurso em torno da ocupação e a prática foi entorno da aproximação de estudantes para se somarem nas atividades e na dinâmica da ocupação. Os ocupantes afirmavam com frequência que a ocupação era auto gerenciada e todas as pessoas envolvidas tinham capacidade semelhante de se envolver e decidir. No entanto, após a segunda semana, as pessoas que estavam nas equipes e haviam assumido protagonismo nas tarefas estavam sendo vistas enquanto referências, no que tangia à coordenação das atividades específicas referentes àquela tarefa, mas não eram legitimadas para falarem enquanto tal, nos espaços de assembleia e no próprio cotidiano da ocupação. O exemplo mais explícito em que isto aconteceu foi em relação à tarefa da limpeza, que no começo era incumbência de uma equipe. Uma das participantes da equipe se destacou neste processo, pois organizava os grupos de limpeza com facilidade e sabia onde estavam os materiais de limpeza, quais as demandas de doação e quantas pessoas era necessário acrescentar na tarefa, com base na participação flutuante diária. Os demais participantes da equipe começaram, com o passar dos dias, a “esperar” que ela “mandasse” para começarem a fazer a limpeza e, ao mesmo tempo, reclamavam que ela estava “se achando” a chefe, e por isso não faziam o que ela dizia ser necessário, mas, na prática, tampouco faziam o que eles mesmo achavam ser preciso de forma auto organizada. Na segunda semana de ocupação ela já estava afirmando estar brava com todos os companheiros de equipe e não propunha mais a arrumação, que passou a ser feita através de mutirões porque a equipe se desfez. [...]

No dia em que dormi na ocupação, em meio a este cenário, percebi que a dinâmica da ocupação estava diferente. Os estudantes estavam preocupados e irritados e os conflitos que no começo eram resolvidos em conversas estavam gerando brigas e desacordos. Um grupo pequeno assumira o papel de mediação destas situações e estava sendo considerado o grupo dirigente da ocupação, o que gerava outros atritos e reclamações, pois eles se declaravam auto organizados. A posição contraditória entre a autogestão e a formação de grupos que organizavam as demandas era frequente e os estudantes disputavam-na, constantemente. O que estava em questão era, principalmente, se as decisões deveriam todas ser tomadas nas assembleias, ou se um grupo reduzido podia planejar e apenas apresentar a proposta no espaço mais geral. Esta segunda opção foi adotada na maior parte das vezes na organização da ocupação, ou seja, cada grupo levantava as demandas de sua tarefa e repassava em assembleia o que havia sido encaminhado. A assembleia podia ser considerada, portanto, o espaço de encontro da ocupação, onde todos os ocupantes eram informados do que acontecia em todos os aspectos da ocupação.

Havia, na prática, um grupo restrito que coordenava as assembleias, desde a chamada para que elas acontecessem, ordenava as pautas a serem debatidas e sistematizava o que era encaminhado no espaço. O desgaste do debate se havia um grupo coordenando ou não a ocupação, que acontecia nos corredores, mas não era colocado na assembleia pelos que faziam a crítica, acabou de certa forma desmobilizando o próprio espaço, que tinha cada vez menos assiduidade e as pessoas se sentiam cada vez menos participantes dos processos decisórios, ainda que elas mesmas não fossem para os espaços onde as decisões eram tomadas.⁹⁰

90 Ibid, p. 132-133, 137-138

É possível, após essa exposição compreender a relação direta entre a posição de apoio e a produção de uma ocupação, pois é nítido como a forma organizativa, os princípios políticos e ideológicos, assim como as possibilidades reais de manutenção objetiva da tática de ocupações depende em grande parte das relações entre secundaristas e apoiadores.

Neste caso, a relação direta entre a ocupação relatada em militante antifascistas criaram a expectativa da horizontalidade nas decisões de acordo com o princípio da horizontalidade, sob outra perspectiva a relação com o LPJ é utilizada para garantir oficinas, aulões e apoio na condução de espaços decisórios internos. Entretanto, antes da contradição interna ser uma função das duas organizações disputando a liderança, se trata de uma contradição de como o princípio da horizontalidade é realizado dentro das ocupações.

Pode-se dizer por isso, que essa ocupação é, em certo sentido, resultado da identificação dos secundaristas com um determinado grupo de apoiadores, de forma que a autonomia se relativiza perante uma relação que é também de dependência constituindo uma dialética do desenvolvimento das ocupações que se manifesta na combinação única entre os secundaristas e os apoiadores realmente existentes.

A própria ocupação do CEPAJ se constitui em parte por uma relação com apoiadores que favorecem o desenvolvimento da autonomia, estando distante de organizações políticas, os estudantes universitários se fizeram presentes, mas sem produzir uma linha política que seria seguida pelo CEPAJ, reiterando o princípio da autonomia e da horizontalidade nesse caso:

Até a Manuela achou que ia ter um apoio pelo menos da mídia da União, mas não. O que frustrou bastante a gente em questão de mídia foi isso; eles iam atrás da UPES pra responder, cara, não era eles que estavam encabeçando o movimento. A gente sempre colocou o movimento como horizontal, não tinha um líder, não tinha um deus, não tinha... mas precisava de uma pessoa que respondesse as perguntas e encabeçasse pelo menos essas questões. Então, a Manuela nunca gostou disso, "ai a Manuela é a líder do movimento, não." Todo mundo aqui é líder do movimento, então a gente ficou bem pistola com a questão de a galera... porque isso também remetia a informações falsas, né? Porque eles não sabiam... a União Paranaense não sabia o que tava acontecendo. Ia dar uma entrevista lá, não sabia o que tava acontecendo, e a gente falou "pronto, o Mateus [presidente da UPES] fazendo merda". Foi bem isso. Tinha, não vou dizer que não tinha, nossa, a galera da esquerda tava louca pra gente levantar uma banderinha. Meu Deus! O PSOL corria atrás da gente, Meu Deus! Dava adesivinho, a tinha um adesivinho do PSOL, o adesivo com a logo do PSOL. A gente recortada o logo do PSOL e usava o adesivo no boné. Quem que queria falar com a gente?... Aquele que foi

candidato a governador pelo PT... não vou lembrar. Ele era deputado... é, acho que era deputado. Também queria falar com a gente, queria uma entrevista no comitê do PT em Curitiba... não sei o que. Falei “ih rapaz!” a Manuela falou assim “não, não quero gente filiada à partido nenhum”, e é mais que o certo. A gente tava tentando atingir uma gama neutra de pessoas que concordava com a gente, se a gente levantasse uma bandeira... tipo assim, tinha pessoas além do que suas preferências políticas, a gente não podia fazer nada com isso, tá ajudando no movimento, ok. Aí depois que acabou o movimento teve gente que se filiou ao partido e enfim... esses rolê que eu corri bem rápido, mas é isso.⁹¹

Por isso, nesses casos é comum pensar em como as organizações políticas tradicionais da esquerda não foram capazes de se estabelecerem como apoiadoras, sendo interpretadas pelos secundaristas como oportunistas ou auto-interessadas, o que acaba por reafirmar a horizontalidade do movimento quando Renata diferencia diretamente a postura de Manuela como liderança tácita e informal do CEPAJ e organizações tradicionais que procuravam colocar suas bandeiras à frente do movimento, corroborando claramente com o modelo discutido.

Podemos citar novamente o exemplo de Eliseu, que nada mais é do que uma atuação de apoiador que se manifesta de outra forma que aquela presente na RMC. De forma que neste caso a relação com o apoiador é também uma relação de “supervisão” das ações das ocupações e da disciplina, o que não causava incômodo nos ocupantes, porque a forma organizativa e os princípios políticos que orientavam a ocupação não estavam ligados necessariamente ao princípio da horizontalidade, como não estavam no interior do Paraná como um todo.

Eliseu foi militante do grêmio da escola que o contatou para fazer parte diretamente da luta secundarista, em outras palavras, não se trata exatamente de uma aversão à forma organizativa ou orientação político-ideológica, nem mesmo uma determinação advinda das redes sociais que força o MSO ao autonomismo e a negação de lideranças, mas a própria falta de lideranças orgânicas que apresentam aos secundaristas um senso de reciprocidade, de reconhecimento, portanto, pode-se dizer que a força hegemônica no movimento secundarista institucional — a UJS e as entidades estudantis — em sua maioria não foram capazes de realizar essa ligação orgânica, papel que os coletivos autonomistas tiveram maior sucesso em fazer.

A secundarista Frida demonstra uma trajetória parecida, onde a participação da UBES e da UPES nas ocupações permitiram que ela se tornasse eventualmente militante nesses espaços, contrariando o modelo proposto da autonomia e da horizontalidade.

91 Transcrição entrevista secundarista Renata (São José dos Pinhais). 4 out. 2019, p. 18. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 14 mar. 2022.

Por outro lado, estar no interior não significa uma maior ligação com as entidades secundaristas. O caso de José demonstra justamente essa distância para com a UBES mesmo que ela tenha visitado sua escola ocupada, assim, ele pensa que o diálogo municipal teve mais relevância para a formação das ocupações. Mesmo assim, não é por conta de uma negação da UBES que sua ocupação irá se tornar horizontalizada, como já discutido antes, a ocupação teve uma estrutura de liderança sem que isso tivesse causado alguma contradição dentro do movimento, rompendo com a expectativa de horizontalidade presente no modelo.

Pode-se dizer que o interior do Paraná possui homogeneidade em termos ideais ou que elas incorporam passivamente o modelo existente na RMC? Não me parece ser o caso, ao mesmo tempo esse movimento de ir até o objeto do ideário do interior integra uma parte necessária da compreensão da totalidade do ideário do MSO. É preciso superar interpretações sobre o MSO que negligenciam as ocupações do interior em suas formulações, parte que necessariamente deve estar conjugada ao problema do desenvolvimento do movimento porque parte integrante dele.

Saindo da perspectiva da horizontalidade, é preciso pensar no princípio da autonomia. Pois se foi fundamental para o modelo ressaltar a autonomia dos secundaristas, os dados nos mostram que essa autonomia deve ser pensada também na relação com os apoiadores. De forma que quem se constitui como aquilo que se pode chamar de apoiador-chave - aquele apoiador que afeta diretamente as condições subjetivas das ocupações como a organização ou seus princípios políticos – possui algum grau de influência na formação das ocupações, tal sorte que os secundaristas antes de serem completamente independentes para produzir sua ocupação, acabam por incorporar elementos subjetivos daqueles com quem constroem relações.

Aqui encontramos um problema fundamental: o modelo apresentado não parece ser tão universal quanto se propõe. Quando os autores apresentam o modelo afirmando que: “em todos os demais estados foi possível verificar como esta demanda do protagonismo secundarista pautou a relação com os atores externos”⁹² o postulado está parcialmente correto, em todos os lugares onde o MSO surge há *uma demanda de protagonismo* dos secundaristas, o que não dizer que a demanda de protagonismo seja a mesma e nem que haja uma forma pré-determinada de relação externa. A demanda de protagonismo se estabelece nas relações concretas dos secundaristas com sua situação imediata, de forma que as relações com atores externos se modificam em larga medida a depender da localidade da ocupação.

92 Ibid, p. 24.

Mais fundamental nesse processo é que as próprias formas de relações internas são afetadas por quais atores externos se estabelecem como apoiadores das ocupações, é claro que esse processo não é determinista, não é porque uma ocupação se relaciona diretamente com uma organização política que ela irá assumir sua ideologia, táticas e forma de organização, ainda assim, há uma relação que não pode ser ignorada, algo que é demonstrado claramente pela ocupação do CEPAJ que ao incorporar uma série de influências ecléticas acaba por produzir algo parecido com o modelo proposto pelos autores.

Além do mais, autonomia é um conceito relacional. Não existe autonomia sem um outro com o qual se estabelece a relação de autonomia, ao mesmo tempo, autonomia é um termo que possui uma carga político-ideológica no MSO que representa a autonomia perante organizações políticas tradicionais. Portanto, autonomia é ao mesmo tempo um conceito sociológico sobre uma relação entre dois atores e um termo que nomeia um princípio político⁹³.

Nenhuma ocupação possui autonomia absoluta, o princípio da autonomia se baseia em uma relação. Se estabelece autonomia com relação a algo ou alguém ao mesmo tempo que se estabelecem laços de dependência e reciprocidade com outros, isso pode ser afirmado para qualquer movimento social ou organização política (todas precisam de formação política ou financiamento, por exemplo).

Como os analistas pensam o MSO até agora? Reconhecendo a dependência dos estudantes secundaristas sob os termos da manutenção das condições objetivas das ocupações, mas considerando que essa dependência objetiva pode ser abstraída dos elementos subjetivos onde os secundaristas possuiriam absoluta autonomia perante outras organizações políticas que são interpretados como agentes externos às ocupações: “A ocupação da escola só se manteve com a base da colaboração de sujeitos externos a ela”⁹⁴. Uma afirmação como esta é tomada como ponto pacífico dentro da literatura sobre o MSO.

Vamos ver como os elementos subjetivos das ocupações pensados: “Toda ajuda sempre foi bem-vinda, mas qualquer tentativa de intromissão ou direção exógena seria denunciada como intolerável”⁹⁵. Em outras palavras, a doação (ou troca) de elementos subjetivos estaria impedida, mas não qualquer doação de elementos subjetivos pois as oficinas frequentemente abordaram temas políticos, táticos e estratégicos, ou seja, o erro

93 Essa ambiguidade dificulta sua operacionalização, apesar de ser necessário para o estudo do objeto. Por isso, quando me referir à relação entre diferentes atores falarei em autonomia, quando me referir ao princípio político utilizarei o termo princípio da autonomia.

94 Ibid, p. 22.

95 Ibid, p. 24.

da literatura até aqui foi não problematizar o que se configura como “intromissão ou direção exógena” ou quem determina as posições interiores e exteriores ao MSO em cada ocupação. Quem determina quem são os apoiadores? Mais do que isso, é necessário estranhar de pronto a afirmação de um princípio da autonomia, como já dito, toda autonomia é relativa, portanto, a resposta à afirmação da autonomia deve ser sempre acompanhada da seguinte pergunta: Então do que, ou de quem, dependem os secundaristas?

À luz dos dados, é possível compreender como o modelo de organização das ocupações e de suas orientações políticas sofre alterações significativas a depender pelo menos em parte de quais relações concretas ela manteve durante seu desenvolvimento. Apesar disso, até mesmo ocupações que mantiveram relações com atores externos ligados à organizações políticas, como em Ponta Grossa, tiveram ressalvas com a apresentação pública dessa relação:

Professora Simone: E esses outros movimentos que também vinham para pernoitar, que movimentos são esses?

Secundarista Andréa: a maioria movimentos de esquerda né, não adianta a gente esconder, são movimentos que hoje coordenam manifestações aqui em Ponta Grossa e que na época das ocupações estavam juntos com a gente, partidos, e organizações de juventudes, como a UJS, o próprio PSOL, então partidos que já tem assim uma trajetória de luta e estavam com a gente.⁹⁶

A relação secundarista-apoiador é uma relação documentada desde os primeiros documentos sobre o movimento. Como os autores de *Escolas de Luta* argumentam, uma parte da estratégia de deslegitimação do movimento advém da acusação de partidarismo, principalmente procurando ligar ao Partido dos Trabalhadores e a APEOESP, a mesma tática foi utilizada no Paraná com acusações públicas do governador Beto Richa e o Secretário de Segurança Pública Wagner Mesquita sobre o suposto partidarismo do movimento, e que inclui também as tentativas do MBL de imputar ao MSO esse suposto partidarismo que não se confirma na realidade (Torresan, 2019).

Em contrapartida a esta acusação, se tornou prática comum entre os secundaristas e seus apoiadores afirmar o apartidarismo do movimento, normalmente seguido da argumentação da horizontalidade, do aspecto pedagógico e da organização interna das ocupações.

Pode-se dizer por isso que afirmar o caráter apartidário do movimento é mais que uma representação da realidade, configurando-se também como uma ferramenta tática de

⁹⁶ Transcrição entrevista secundarista Andrea (Ponta Grossa). s/d. p. 9. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 14 mar. 2022.

disputa da legitimidade pública do movimento, tática que não foi bem sucedida dado que cerca de 66% dos respondentes da pesquisa de opinião realizada sobre o MSO acreditavam que havia envolvimento de partidos políticos nas ocupações paranaenses⁹⁷. Portanto, a afirmação de autonomia não é apenas um princípio político.

97 Pesquisa Paraná – Ocupação das Escolas Estaduais e PEC 241. Paraná Pesquisas. Nov. 2016. Disponível em: <https://www.paranapesquisas.com.br/pesquisas/pesquisa-parana-ocupacao-das-escolas-estaduais-e-pec-241-novembro-2016/>. Acesso em: 4 abr. 2022.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido às características da tática de ocupação de escolas, constituído por estudantes secundaristas a partir de recursos de doações, essas doações deveriam ser organizadas a partir das localidades e das articulações que os secundaristas foram construindo com redes de apoiadores, relações que se constituem a partir das inserções locais por motivos logísticos, o transporte de doações entre municípios demanda uma quantidade de recursos indisponível para o MSO, não por acaso o MSO se reúne enquanto escolas ocupadas no estado do Paraná apenas uma vez no dia 26/10. Por isso, de antemão, a municipalização do movimento não é apenas uma característica do movimento, mas uma necessidade para a sua própria existência quando se consideram as condições materiais do movimento.

Isso não significa, entretanto, que o movimento irá necessariamente se municipalizar. Na realidade, o que ocorre é uma troca de condições objetivas e subjetivas no âmbito municipal onde os estudantes reconhecem-se entre si no município, mas mantém pouca ou nenhuma relação fora dele. O que interfere, também, nas formas organizativas e nos princípios políticos das ocupações, apesar de não conferir uma homogeneidade desses elementos subjetivos das ocupações nos municípios, afinal cada ocupação acaba por ser uma amálgama de elementos externos e internos produzidos pela relação social produzida, inclusive pela presença ou ausência de apoiadores-chave.

Quando um grupo de secundaristas resolve se mobilizar ocupando uma escola eles não possuem de prontidão uma concepção de ocupação que forma comissões para divisão de tarefas rotativas separadas em alimentação, comunicação, limpeza, segurança, imprensa, informação, relações externas, etc. essas comissões se existirem também não são automaticamente criadas para questionar a naturalização da divisão sexual do trabalho e opressão de gênero, as assembleias diárias também não se constroem sozinhas, assim como a horizontalidade das decisões não é automática, mesmo as oficinas que parecem ter sido um traço geral do movimento não ocorreu em todos os lugares como nos mostra a entrevista de Ivã.

O CEPAJ estabelece uma relação com o sindicato, estudantes da UTFPR e O Mal Educado; o CEP estabelece relação com militantes antifascistas ligados ao autonomismo; o C.E. Pedro Macedo possui dentro de sua ocupação uma disputa entre militantes do LPJ e antifascistas autonomistas; em Paranaguá a primeira ocupação é fortemente ligada ao coletivo LGBT, enquanto que a ocupação do Instituto possui forte atuação do seu

movimento estudantil universitário que incluía militantes do PT e do RUA - Juventude anticapitalista; Ponta Grossa e Pato Branco tiveram forte presença das entidades estudantis via UJS e em Querência do Norte a ocupação esteve ligada ao MST, assim por diante.

Um apoiador é alguém que participa ativamente do MSO, é integral para a manutenção das condições objetivas da ocupação garantindo recursos materiais variados que podem ir de aparelhos básicos como fogões, colchonetes, alimentos, produtos de higiene, produtos de limpeza, etc.. O apoiador é também aquele que possibilita a realização de espaços de formação, rodas de conversa, saraus. O modelo formativo das ocupações é, em grande medida, possibilitado por apoiadores voluntários, processos que envolvem uma troca subjetiva entre ocupantes e apoiadores com conteúdos variados, é por meio desses espaços formativos que o MSO ficou lembrado por ser profundamente pedagógico. Se os estudantes relataram um aprendizado significativamente maior dentro das ocupações do que na educação formal com transformações de cunho político, social e subjetivo esse processo se constitui também, mas não só pelo alinhamento da teoria e da prática política possibilitada pela presença dos apoiadores nas ocupações.

Apoiadores são parte integrante da luta do MSO pois sem eles a própria tática de ocupações dos colégios seria impossibilitada, neste sentido os apoiadores não são apenas apoiadores: são lutadores por uma série de reivindicações puxadas pelos secundaristas, por exercerem uma série de tarefas especializadas que não poderiam ser realizadas pelos estudantes secundaristas. Entretanto, temos uma contradição no MSO com relação aos apoiadores e que se manifesta na literatura sobre eles: os apoiadores são ao mesmo tempo fundamentais para as ocupações e não fazem parte dela, estão em um limiar entre o MSO e a sociedade civil alheia ou de oposição ao movimento, estão em um local de existência dupla, são parte do MSO porque sem eles o próprio MSO não existiria, mas não podem ser parte do MSO por conta da própria relação entre secundaristas e apoiadores por uma razão ideológica, é necessário desvelar essa ideologia a partir de agora.

Um apoiador não é alguém específico, não é uma posição pré-determinada, os apoiadores de cada ocupação se tornam apoiadores mediante a relação concreta dos estudantes com seus contextos locais, por vezes as relações de apoio envolveram organizações políticas como partidos, sindicatos, juventudes partidárias, entidades estudantis, coletivos, ONGs, órgãos do estado e até associações religiosas, por vezes se estabeleceu a partir das relações familiares dos próprios secundaristas, professores e diretores apesar de muitas vezes agiram contra o MSO tiveram atuações importantes

enquanto apoiadores, assim como professores e alunos universitários. Entretanto, seria difícil pontuar apenas um elemento que caracteriza os apoiadores além da identificação com a causa secundarista, a preocupação com o bem-estar desses secundaristas e um alinhamento político com as pautas (e mesmo o alinhamento político por vezes não foi necessário).

Cada uma dessas relações estabelece-se com negociações dos elementos subjetivos das ocupações que resultam em formas organizativas diferentes mesmo que todas elas compartilhem a tática de ocupar suas escolas. Não é um traço comum do MSO estar afastado das juventudes partidárias, dos movimentos sociais tradicionais ou de qualquer tipo de organização em favor de uma primazia autonomista, pelo contrário, é *característico do MSO constituir relações com organizações políticas da esquerda imediatamente próximas aos ocupantes e neste processo constituir relações de dependência que envolvem elementos objetivos e subjetivos constitutivos de uma direção política.*

Que o autonomismo tenha sido dominante no MSO paulista é um dado a ser estudado e provavelmente se liga às mobilizações de junho de 2013, à experiência da poligremia e d'O Mal Ocupado, assim como à fragilizada hegemonia da estratégia democrático-popular sobre as entidades estudantis e sindicais que suscita a reação da oposição à esquerda. Porque agora parece claro que esta relação não é tão generalizada e simples como Medeiros; Januário; Melo (2019) descrevem, posso então afirmar: existem demandas plurais de protagonismo ao invés de uma só, que se desenvolvem a partir da relação direta dos ocupantes com apoiadores e com o seu ambiente externo.

Contudo, pode-se afirmar que as ocupações foram autônomas? Sim e não, como já argumentei, as ocupações não foram dirigidas por partidos políticos e a evidência disponível em sua maioria aponta para o protagonismo dos estudantes secundaristas. Por outro lado, a relação entre secundaristas e apoiadores ainda segue nebulosa por causa da necessidade de afirmar a autonomia e protagonismo secundarista perante a opinião pública que acaba por mistificar as relações entre secundaristas e apoiadores, estas mais nuançadas do que a oposição fixa entre autonomia-partidarismo permite compreender.

Conclui-se disso que a ocupação não é uma produção absolutamente autônoma, mas que a ocupação é a síntese da autonomia e da dependência. O protagonismo secundarista esteve presente na imensa maioria das ocupações, mas a forma com que ele se apresenta varia relativamente a depender das relações concretas com seus apoiadores, que podem ou não se tornarem apoiadores-chave.

Contudo, é importante ressaltar que as relações com os apoiadores é um produto da intencionalidade dos secundaristas apenas de forma parcial, pois, se de um lado os secundaristas têm concretamente a possibilidade de barrar a presença de um grupo político ou de agentes entendidos como danosos ao movimento, de outro os secundaristas só podem entrar em relação com apoiadores concretamente existentes na materialidade do local onde existem.

Não é possível para uma ocupação secundarista se ligar a uma organização política qualquer que não possui algum grau de inserção no território no qual a escola se situa, por isso também a relação de apoio depende em grande parte da inserção prévia dos movimentos sociais e políticos nos territórios, não a toa a dispersão de diferentes apoiadores a depender da localidade dentro da Região Metropolitana de Curitiba e do estado do Paraná. Por isso, é importante considerar que a relação de apoio é também iniciada pelas organizações políticas devido sua inserção naquele local. O caso das ocupações do C.E Pedro Macedo e de Pato Branco são exemplares nesse sentido, não se trata apenas de uma busca ativa das organizações para se inserirem nas ocupações, mas uma busca dos secundaristas pelas organizações a partir de uma relação previamente estabelecida com estes locais.

Assim, o modelo da autonomia e da horizontalidade quando confrontado com as particularidades das ocupações do interior do estado do Paraná parece ter menos força, porque não considera que a ocupação não só demanda protagonismo, mas produz esse protagonismo enquanto luta, e luta em uma situação determinada também por elementos exteriores.

Em uma situação onde a inserção política de organizações varia largamente no espaço, resulta que o movimento secundarista de ocupações acaba por incorporar de forma difusa e não-determinada no espaço formas organizativas e princípios políticos que parecem contrastantes ou até contraditórios, permitindo ao mesmo tempo a condução da UJS e das entidades estudantis e a expulsão de militantes ligadas ao LPJ, a diferença entre essas duas formas organizativas é o local onde elas estão.

Desta combinação entre apoiadores e secundaristas que é específica a depender da escola que resulta a ocupação, sua forma organizativa, seus princípios políticos, a produção das condições materiais, a reprodução das ideias e o aspecto pedagógico das ocupações. Apesar disso, porque uma ocupação tem a possibilidade de criar uma outra ou influenciar a outra, é inteiramente plausível entender a razão pelo qual uma série de estudos sobre as ocupações relatam formas organizativas e ideológicas similares, mesmo

que isso também seja um problema ligado ao problema do protagonismo e a própria intenção de velar a direção do MSO em determinados locais.

Por isso, é possível confirmar a hipótese, mas com uma ressalta. Não se pode falar completamente na municipalização do MSO, pois não há, de fato, uma homogeneização das ocupações em um determinado território, o que ocorre é uma referência e uma relação entre as ocupações do município que, normalmente, não ultrapassam as relações municipais, criando redes de solidariedade específicas.

Mas estas redes de solidariedade possuem multiplicidades de organizações internas e orientações políticas das ocupações porque a forma com que uma ocupação se constitui é também resultado da presença ou não de apoiadores-chave, e de quem são esses apoiadores-chave, estes tendo uma significativa influência na forma política que a ocupação apresentará.

O que explica, entretanto, que uma organização esteja ligada à uma ocupação, e por isso interfira parcialmente na forma política que essa ocupação assume, é o fato dessa organização estar inserida naquele local e atuar de forma solidária às ocupações. Em todos os casos que foram relatados há uma relação de reciprocidade entre os ocupantes e seus apoiadores, isso também descreve grande parte do desconforto dos ocupantes da RMC com relações aos partidos e entidades estudantis, que ao invés de criarem relações de solidariedade procuraram liderar as ocupações, produzindo uma reação negativa a elas. Tal sorte que o princípio da autonomia só pode ser pensado nas relações concretas das ocupações, não havendo uma demanda de protagonismo única que se baseie na autenticidade da luta secundarista legitimada por si mesma.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. B; MARTINS, M. F. As ocupações das escolas no Paraná: elementos para a retomada da grande política e dos novos projetos societários. In: COSTA, A. A. F; GROPPPO, L. A (orgs.). O movimento de ocupações estudantis no Brasil. Ed. 1. São Carlos: Pedro e João Editores. 2018.

BADIOU, A. The rebirth of history. Verso Editions, 2012.

BARDIN, L. El analisis de contenido. Ed. 2. Madri: Ediciones Akal, 1996.

BOGHOSSIAN, C. O. e MINAYO, M. C. de S. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. Saúde soc. [online]. 2009, vol.18, n.3, pp.411-423. ISSN 0104-1290.

BORGES, S. G. A dialética das experiências escolares na emergência da prática de ocupar e resistir. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Vale do Rio dos Sinos: UNISINOS. São Leopoldo, p. 137, 2018.

CAMPOS, A. M. Escolas de luta, ladrões de merenda: dois momentos das ocupações secundaristas em São Paulo. In: MEDEIROS, J; JANUÁRIO, A; MELO, R. (orgs.). Ocupar e Resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, 2019. pp. 79-102.

CAMPOS, A. M; MEDEIROS, J; RIBEIRO, M. Escolas de luta. Ed. 1. São Paulo: Veneta, 2016.

CASTELLS, M. Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet. Ed. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COSTA, A. A. F; GROPPPO, L. A. O movimento de ocupações estudantis no Brasil. Ed. 1. São Carlos: Pedro e João Editores. 2018.

CORSO, A. M. Ocupar é aprender: Representações da juventude sobre as ocupações em escolas públicas de ensino médio em Irati (PR). Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas: UNICAMP. Campinas, p. 242, 2020.

DAVID, F. M. Movimento de ocupações escolares: “O fazer político dos jovens secundaristas” no município de Francisco Beltrão-PR. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná: UNIOESTE. Francisco Beltrão, p. 153, 2019.

DAYRELL, J. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educ. Soc. [online]. 2007, vol.28, n.100, pp. 1105-1128. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf>>. Acesso em 29/01/2017.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. Rev. Bras. Educ. [online]. 2003, n.24, pp. 40-52. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em 29/01/2017.

ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: Karl Marx e Friedrich Engels Obras Escolhidas: Volume 3. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

ENGELS, F. As guerras camponesas na Alemanha. In: ENGELS, F. A revolução antes da revolução. v.1. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FANON, F. Os condenados da Terra. Ed. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.

FARIA, C. G. M; SILVA, M. R. O Movimento pela Base Nacional Comum: configurações da relação público-privado no contexto do ensino médio. In: AZEVEDO, J. C.; REIS, J. T. (Orgs.). Neoconservadorismo e resistência: dilemas da educação pública. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, 2019. Pp. 85-100.

FISHER, M. Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? 1. Ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GRAMSCI, A. Escritos políticos, v. 1. Lisboa: Seara Nova, 1976.

_____. Escritos políticos, v. 2. Lisboa: Seara Nova, 1977.

_____. Escritos políticos, v. 3. Lisboa: Seara Nova, 1977.

_____. Escritos políticos, v. 4. Lisboa: Seara Nova, 1978.

_____. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. Cadernos do cárcere. [Volume 2]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Cadernos do cárcere. v. 3. Maquiavel: Notas sobre o Estado e a política. 3. Ed. Civilização Brasileira, 2007.

GROPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. Revista de Educação do Cogeime. Ano 1, nº. 25, dez, 2004.

_____. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. Última Década. Valparaíso, nº. 33. p. 11-26, dez. 2010.

_____. O funcionalismo e a tese da moratória social na análise das rebeldias juvenis. Estudos de sociologia, Araraquara, v. 14, n. 26. p. 37-50, 2009.

_____. O Novo Ciclo de Ações Coletivas Juvenis no Brasil. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luís Antonio (Org.). O Movimento de Ocupações Estudantis no Brasil. São Carlos: Pedro&João Editores, 2018. Cap. 4. p. 88-118.

_____. Ocupações Secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: Formação e auto-formação políticas das e dos ocupas. Ocupações estudantis, Alfenas, 2021. Seção Fontes. Disponível em: <https://www.ocupacoesestudantis.com.br/acervo>. Acesso em 18 abr. 2022.

GROppo, L. A; TREVISAN, J. BORGES, L. F; BENETTI, A. M. Ocupações no sul de Minas: Autogestão, formação política e diálogo intergeracional. ETD-Educação Temática Digital, Campinas, v. 19, nº. 1. p. 141-164, jan.-mar, 2017.

GROppo, L. A; SILVA, R. M. D. Experiência e subjetivação política nas ocupações estudantis no Rio Grande do Sul. Estudos Avançados, v. 34, n. 99, 2020.

GROppo, L. A; ARAUJO, R. M. L; MORAES, V. C. M. O movimento das ocupações estudantis no Pará em 2016. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 14, n.33, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v14i33.14509>. Acesso em 17. jan. 2021.

HEGEL, G. W. F. Fenomenologia do Espírito. Ed. 9. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

HONNETH, A. Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais. Ed 1. São Paulo: Editora 34, 2003.

IASI, M. As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento. Ed. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

JANUÁRIO, A; CAMPOS, A. M; MEDEIROS, J; RIBEIRO, M. M. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. Revista Fevereiro, nº9. p. 166-199, abr. 2016.

MARTINS, S. A. O fazer político dos jovens das classes populares: As ocupações estudantis paranaenses. Revista Pedagógica, v. 20, nº. 43, jan.-abr, 2018.

MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. Ed. 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. Sobre a questão judaica. Ed. 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. As lutas de classes na França. Ed. 1 [Versão Eletrônica]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

_____. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. Ed. 1 [Versão Eletrônica]. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. A guerra civil na França. Ed. 1 [Versão Eletrônica]. Rocket Editions, 1999.

_____. O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Ed 2. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAZZEO, A. C. Estado e burguesia no Brasil: Origens da autocracia burguesa. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1989.

MOLL, J. Reformar para retardar: a lógica de mudança no EM. Retratos da Escola. Brasília. v. 11, nº. 20, p. jan-jun, p. 61-75, 2017.

NETTO, J. P. Introdução ao método de Marx. Ed. 1. Expressão Popular, 2011.

LEME, R. B. Movimento estudantil secundarista como resistência às políticas educacionais neoconservadoras: as ocupações de escolas públicas nos estados de São Paulo, Goiás e Paraná (2015-2016). Dissertação de Mestrado (Educação), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, p. 239, 2018.

LUKÁCS, G. História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista. Ed. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

OLIVEIRA, D. W. S. Entre vozes, espaços, cartografias e ações: os territórios da juventude do bairro Sítio Cercado e o ensino geografia. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 266, 2018.

O MAL EDUCADO. Como ocupar um colégio? Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile, 2015. Disponível em: <<https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colc3a9gio.pdf>>. Acesso em 30 de nov. 2020.

OSORIO, J. O Estado no centro da mundialização: A sociedade civil e o tema do poder. Ed. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PACHECO, C. S. Ocupar e resistir: As ocupações das escolas públicas como parte do ciclo atual de mobilização juvenil do Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 271, 2018.

PIOLLI, E; PEREIRA, L; MESKO, A. S. R. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. *Crítica Educativa*. Sorocaba, v. 2, nº. 1, p. 21-35, jan.-jun, 2016.

PLEYERS, G. *Movimientos sociales em el siglo XXI: perspectivas y herramientas analíticas*. Ed. 1. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

POCHMANN, M. Estado e capitalismo no Brasil: A inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. *Educ. Soc*, Campinas, v. 38. nº. 139. p. 309-330, abr-jun, 2017.

POULANTZAS, N. *Poder político y clases sociales en el Estado capitalista*. Ed. 30. Ciudad de Mexico: Siglo XXI Editores, 2007.

RAMOS, A. R. *Movimento autônomo secundarista de São Paulo: conflitos, processos sociais e formação política*. Tese de Doutorado. Unicamp: Campinas, 2020, pp. 274.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

ROCHA, C. "Imposto é roubo!" A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. In: Rocha, C; Solano, E. (orgs.). *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SALLAS, A. L. S; MEUCCI, S. "O melhor medo da minha vida" – emoções nas ocupações secundaristas. *Linhas Críticas*. Brasília: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. v. 27. (2021), pp 1-19.

SANTOS, R. K. *A primavera secundarista e o universo da cibercultura: análises a partir do pensamento gramsciano*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 206, 2020.

SILVA, M. P. *Antagonismo nas ruas e na educação: a reforma do ensino médio e as organizações estudantis*. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Paulo: UNIFESP. Guarulhos, p. 104, 2021.

SILVA, M. R. *Currículo e competências: A formação administrada*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Currículo, ensino médio e BNCC: Um cenário de disputas. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 367-379, jul./dez. 2015.

_____. A BNCC da reforma do ensino médio: O resgate de um empoeirado discurso. *Belo Horizonte: Educação em Revista*. v. 34, 2018.

SILVA, M. R. BNCC do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. Educação em Revista, v. 34, pp. 1-15, 2018.

SILVA, M. R.; FERRETTI, C. J. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. Educação e Sociedade, v. 38, n. 139, pp. 385-404, 2017.

SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio: Pragmatismo e lógica mercantil. Retratos da Escola. Brasília. v. 11, nº. 20. jan-jun, p. 19-31, 2017.

SILVA, M. R; CALDAS, ANA; JESUS, P. **República do Caos – CWB contra Temer**. 2017a. (22:44). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bsSyie4OopM&list=PLqhUx85ve7l8NsWcdQr76PUjfbLAu6YM2&index=1>>. Acesso em: 09 de mar. 2021.

_____. **República do Caos – Ocupa Tudo (Parte 2)**. 2017b. (25:27). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bsSyie4OopM&list=PLqhUx85ve7l8NsWcdQr76PUjfbLAu6YM2&index=2>>. Acesso em: 09 de mar. 2021.

_____. **República do Caos – Ocupar e Resistir (Parte 3)**. 2017c. (26:17). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bsSyie4OopM&list=PLqhUx85ve7l8NsWcdQr76PUjfbLAu6YM2&index=3>>. Acesso em: 09 de mar. 2021.

_____. **República do Caos – CWB contra Temer**. 2017d. (22:44). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bsSyie4OopM&list=PLqhUx85ve7l8NsWcdQr76PUjfbLAu6YM2&index=1>>. Acesso em: 09 de mar. 2021.

SILVEIRA, I. B. “Lute como uma menina”: Gênero e processos de formação na experiência das ocupações secundaristas. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Alfenas: UNIFAL. Alfenas, p. 103, 2019.

SPOSITO, M. P. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, nº. 13, 2000.

SPOSITO, M.P.; GALVÃO, I. A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência. Perspectiva, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 345-380, 2004.

STEIMBACH, A. A. Escolas ocupadas no Paraná: Juventudes na resistência política à reforma do ensino médio (Medida Provisória 746/2016). Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná: UFPR. Curitiba, p. 348, 2018.

TAVARES, F. M. M; VELOSO, E. R. “A gente ainda nem começou”: repertórios de confronto político nas escolas ocupadas em Goiânia (2015-2016). In: MEDEIROS, J;

JANUÁRIO, A; MELO, R. (orgs.). Ocupar e Resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, 2019. pp. 103-123.

THOMPSON, E. P. The moral economy of the english crowd in the eighteenth century. Oxford: Past & Present, n. 50. Feb. 1971. pp. 76-136.

_____. Miséria da teoria ou um planetário de erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Ed. 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.

TOMIKAZI, K; DANILAIUSKAS, M. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. ProPosições, v. 29, n. 1. jan.-abr. 2018.

TORI, L. A; HOMMA, L. H. G; FIACADORI, G. Coletivos e o uso das redes: o caso das ocupações das escolas de São Paulo em 2015. Revista Simbiótica, Vitória, v.7, n.3, 2020.

TORRESAN, V. N. Ocupa ou desocupa: A disputa de enquadramentos entre secundaristas e MBL em torno da reforma do ensino médio no Facebook. Dissertação (Mestrado em Comunicação), UFPR. Curitiba, p. 145, 2019.

VAL, A. Ocupação de Escola – Parte 1 fora da escola. 2016a. (4:56) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=slprU7DPpqY>>. Acesso em: 30 de nov. de 2020.

VAL, A. Ocupação de Escola – Parte 2 dentro da escola. 2016b. (12:34). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BQCBEI40qfQ&t=73s>>. Acesso em 30 de nov. de 2020.

VAL, A. Ocupação escola Londrina/PR – Conselho Tutelar. 2016c. (12:10). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6mzbQg4C8Pg>>. Acesso em 30 de nov. de 2020.

XIMENES, S. B; BRAZ, M. A; RIBEIRO, D; SENA, K. E. M; ABREU, L. R; ARAÚJO, F. C. “Ao vivo é muito pior”: Direitos, resistência e repressão aos estudantes nas ocupações de escolas no Ceará. In: Costa, A. A. F.; Groppo, L. A. (orgs.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. Ed. 1. São Paulo: Pedro e João Editores, 2018. pp. 145-174.

ZIZEK, S. Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia. Ed. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.